

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**O DISCURSO ORGANIZACIONAL SOBRE O 'TIME' E SUAS
IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE: UMA ABORDAGEM
DISCURSIVA**

CÉLIA REGINA CRESTANI

**FLORIANÓPOLIS
2005**

CÉLIA REGINA CRESTANI

**O DISCURSO ORGANIZACIONAL SOBRE O 'TIME' E SUAS
IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE: UMA ABORDAGEM
DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Hammes Rodrigues

**FLORIANÓPOLIS
2005**

TERMO DE APROVAÇÃO

CÉLIA REGINA CRESTANI

**O DISCURSO ORGANIZACIONAL SOBRE O TIME E SUA
IMPLICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE: UMA BORDAGEM
DISCURSIVA**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós- Graduação em Lingüística, da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. ROSÂNGELA HAMMES RODRIGUES

Prof. Dr. FÁBIO LOPES

Prof. Dr. RENILSON MENEGASSI.....

Florianópolis, 17 de outubro de 2005.

RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de analisar o discurso organizacional sobre o 'time' em publicações dirigidas às organizações empresariais. Com base nos substratos teóricos de Michel Foucault e os teóricos do Círculo de Bakhtin, foi feita uma abordagem discursiva de enunciados que tratam de temas referentes ao universo do trabalhador e sua relação com o ambiente de trabalho. Os dizeres em que a união, a cooperação e o trabalho de equipe apareceram foram os escolhidos para análise, uma vez que pressupõem a formação do 'time', de um bloco unido para a consecução dos objetivos da empresa. Abordamos a dialogicidade interna desses discursos, bem como as formações discursivas presentes na sua elaboração. O discurso do time e outras metáforas utilizadas no discurso da empresa para disseminar o trabalho de equipe foram analisadas sob o ponto de vista da análise do discurso. O discurso, no presente trabalho, é entendido como uma maneira social de pensar e não como um texto maior do que a sentença. Alguns pontos de contato entre as teorias de Foucault e Bakhtin estão presentes como fundamentação teórica do trabalho. Sob essa perspectiva, abordamos as noções de ideologia e sua relação com a construção da subjetividade; a relação da organização empresarial com a comunicação; a palavra como signo ideológico e a utilização de determinados vocábulos no discurso organizacional.

Palavras- chave: Discurso. Dialogismo. Subjetividade. Trabalho de equipe. Ideologia

ABSTRACT

The present paper had the objective of analysing the organisational discourse about the "team" in publications directed to enterprise organisations. Based on the theoretical substrate by Michel Foucault and the theoreticians of the Bakhtin Circle, a discourse approach of propositions that deal with the topics referent to the universe of the worker and his relation with the work environment was made. The propositions where the union, the co-operation and the team work appear were chosen for the analysis, since they suppose the "team" formation, of a united block for the achievement of the enterprise goals. We approach the internal dialoguing of these discourses, as well as the discourse formations present in their elaboration. The team discourse and other metaphors used in the enterprise discourse to disseminate the team work were analysed under the perspective of the discourse analysis. The discourse, in the present paper, is seen as a social way of thinking, and not as a text which is bigger than a sentence. Some points of contact between the theories of Foucault and Bakhtin are present as theoretical foundation for the paper. Under this perspective, we approach the notions of ideology and its relation with the subjectivity construction; the relation of the enterprise organisation with the communication; the word with the ideological sign and the using of determined words in the organisational discourse.

Key – words: Discourse. Dialogism. Subjectivity. Team work. Ideology.

AGRADECIMENTO

Meu mais sincero agradecimento à orientação competente, segura e sobretudo humana da Professora Dra. Rosângela Hammes Rodrigues. É nessa hora que consigo compreender o quanto Bakhtin tinha razão: as palavras não conseguem exprimir o que nos vai n'alma, pois poderia tecer aqui os mais altos e merecidos elogios a sua orientação e o quanto aprendi com ela. Porém, ainda seriam insuficientes. Portanto, do modo mais prosaico que conheço, obrigada professora!

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
SUMÁRIO.....	ii
AGRADECIMENTO.....	iii
1 INTRODUÇÃO.....	01
1. CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS	
1.1 Análise do discurso: as contribuições do Círculo de Bakhtin	07
1.2 Foucault e Bakhtin: uma possível aproximação.....	15
1.3 Dialogismo e poder: concepções aproximadas.....	20
1.4 Ideologia e subjetividade.....	23
1.5 A problematização da identidade segundo Foucault e Bakhtin.....	33
1.6 Vontade de verdade e monologismo.....	42
2. CAPÍTULO II – ANÁLISE DOS DADOS.....	56
2.1 A organização empresarial e a comunicação: a supremacia do código.....	57
2.2 A organização empresarial, o individualismo e o trabalho de equipe: mudança de paradigma?.....	65
2.3 A organização empresarial e o trabalho de equipe: metáforas do universo discursivo.....	68
2.4 A recorrência de vocábulos e a ideologia: uma análise possível.....	79
2.5 O nós do discurso organizacional empresarial.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

Alguns discursos são fáceis de serem reconhecidos, dada sua usual repetição, nos mais diversos campos do conhecimento. Entre esses discursos, um deles começa a se firmar, no mundo do trabalho, no que diz respeito ao comportamento organizacional empresarial, ou seja, nas relações entre o capital e o trabalho. Essa área parece dominada por um certo discurso aceito por grande parte da sociedade: o de que é necessária a formação de um bloco 'único', do 'time', da identidade como um elo unindo todos os trabalhadores para a formação da identidade da organização, como forma de 'vencer desafios' para que a organização empresarial torne-se mais competitiva. Uma das variações desse discurso é a idéia de que, dentro da empresa, todos devem 'falar a mesma linguagem', ou ainda, 'vestir a camisa da empresa'.

Ainda na esfera da relação capital x trabalho, um discurso parece se contrapor a este: o de que o trabalhador precisa ser 'empreendedor' e criar seu próprio negócio, não esperar mais por empregos ofertados, caminhar em busca de ser seu próprio patrão. Alguns poderiam achar que este é um outro discurso, ou o contraponto do discurso do 'time'. O que levantamos como hipótese, porém, é que ambos os discursos são complementares e se inscrevem numa mesma rede de memória: aquela que representa discursos classistas e que tentam penetrar no mais recôndito da subjetividade do sujeito e lá se estabelecer para que se justifiquem e se aceitem como 'verdades' as relações postas entre o capital e o trabalho. Ora, se o trabalhador está empregado, ele precisa pensar no coletivo, no 'time', e a individualidade fica de fora, não é vista com bons olhos; se ele está desempregado, a individualidade, a criatividade, o 'faça-se você mesmo' é o estilo adequado.

O que queremos dizer com isso é que os discursos citados parecem ser representantes de uma orientação mercantilista desses tempos, em que observamos a cada dia a necessidade maior de que os trabalhadores sejam submetidos a certas 'verdades' criadas para a manutenção da ordem capitalista.

Esse discurso, como um sintoma pálido da vocação mercantil contemporânea, certamente não acontece sem frinchas. Portanto, acreditamos que o tema do presente trabalho, como outro discurso qualquer, é valorado e subjetivado numa articulação entre o sujeito, o discurso, as relações de poder e a procura da

identidade. Ora, se já é possível constatar que este discurso da unidade, da procura da identidade sem maiores questionamentos já extrapolou a área dos negócios, consideramos importante perceber quais as implicações que advêm desta prática discursiva. Isso porque já é muito prolífera a produção acadêmica a respeito da subjetividade, das diferenças culturais, da pluralidade, das cosmovisões diferenciadas. Nesse sentido, nos surpreendemos com o fato de não encontrarmos muitas publicações, no âmbito da organização empresarial, que questionem ou que relativizem a possibilidade da consecução do objetivo da unidade, do 'time', da concentração total de forças em torno de um objetivo comum.

Portanto, com o propósito de entender o discurso do 'time', do trabalho de equipe no interior da empresa, analisamos, neste trabalho, **a constituição e o funcionamento da subjetividade no discurso organizacional empresarial e como o trabalhador, no interior dessas relações, forma sua subjetividade.** Investigar essa questão para que entendamos com mais profundidade a proposição do 'time' é o que justifica a presente pesquisa, uma vez que qualquer reflexão sobre cultura precisa levar em conta os discursos oficiais (institucionalizados) que podem nos auxiliar a fazer a leitura de nossa época. Isso porque vemos as empresas como formatos sociais inseridas num contexto mais amplo, lugares onde acontecem práticas sociais concretas, onde se desenvolvem simbolismos próprios, pois são espaços de interação humana, habitados por um imaginário que é socialmente construído e veiculado externa e internamente.

A definição desse objetivo foi precedida de algumas questões que consideramos relevantes. Ei-las.

a) o trabalho em equipe, daquilo que se convencionou chamar de 'time' dentro das organizações empresariais, tem o poder de anular a subjetividade? A princípio, parece que é uma questão que dificilmente poderia ser respondida, haja vista que jamais teremos acesso àquilo que se convencionou chamar de 'verdade' ou de 'certeza', principalmente quando o que está em discussão são questões subjetivas. Mas acreditamos ser possível levantar muitas pistas que tornem mais conhecidas as formas de subjetivação e de submissão a este discurso, repetido *ad nauseum* na sociedade do trabalho.

b) outra questão que procuramos problematizar é: se toda palavra é dialógica¹, quais as estratégias discursivas para que se apresente como monológica? Sobre que outro (ou respondendo a que) discursos se fazem as assertivas da ‘unidade’ no interior das empresas?

Nossa intenção foi a de abordar o discurso ultrapassando os limites da língua imanente (aquela formalizada pelo gramático) buscando elementos que permitissem refletir a intervenção da exterioridade da língua no próprio objeto língua, ou seja, sem diluir os domínios que lhe são conexos. Acreditamos que a separação da língua do contexto onde emerge é artificial e que o que se convencionou denominar exterior pertence à língua, entendida aqui como discurso, tal como proposto por Bakhtin, e não como sistema. Utilizamos de assertivas foucaultianas e bakhtinianas, que balizaram a nossa pesquisa, procurando trazer à tona, como nos ensina o método arqueológico de Foucault, a irrupção dos discursos, sem, contanto, importar-nos se o conteúdo de tais discursos expressa a ‘verdade’, porque não estávamos buscando ‘verdades’, mas leituras de nosso tempo. Neste ponto, o que nos orientou foi o fato de acreditarmos que não é possível a ninguém ter pleno domínio de seu discurso, como entende Foucault em “As Palavras e as Coisas” (1985). Neste sentido, o que buscamos foram as regularidades discursivas e não a interpretação dos discursos analisados. O que procuramos focalizar foram as práticas discursivas que formam o saber de uma época, ou seja, procuramos trabalhar com arquivos compostos por enunciados escritos e o funcionamento desses escritos, na contemporaneidade.

É, portanto, na perspectiva da análise do discurso que trabalhamos, método que procura escapar à dupla redução da linguagem:

- a) em relação à língua – tomada como objeto neutro;
- b) em relação ao código – com função puramente informativa.

Como dados de pesquisa, coletamos discursos sobre o trabalho em equipe, do ‘time’, selecionados dentre obras expressivas da área da organização empresarial. O critério de seleção desses discursos privilegiou aqueles que, de

¹ Segundo BAKHTIN (1929), nenhuma palavra é monológica. Todas são o resultado do fenômeno social da interação verbal, portanto, são dialógicas. O dialogismo é um princípio constitutivo da linguagem, mas muitos discursos tentam criar, como diz Bakhtin, um efeito de monologismo, apagando o discurso já dito e a influência do discurso do interlocutor.

forma impessoal, se dirigem a todos indistintamente, como se não houvesse hierarquização no interior das empresas.

Esta dissertação está assim estruturada: no primeiro capítulo, abordamos os fundamentos teóricos que balizaram nossa pesquisa, apresentando substratos teóricos de Mikhail Bakhtin e Michel Foucault. Além disso, estabelecemos uma possível aproximação entre esses teóricos e sua contribuição para que pudéssemos analisar a língua ultrapassando os limites de uma lingüística do significante. Não se tratou de aproximá-los com o sentido de detectar simplesmente suas semelhanças ou suas diferenças, mas de perceber como as teorias por eles formuladas problematizaram os conceitos de sujeito, de ideologia, de subjetividade, de identidade e de verdade, conceitos com os quais analisamos os dizeres da esfera discursiva da organização empresarial.

No segundo capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa. Nossos dados de pesquisa são compostos de obras destinadas a empresas: “Administração Estratégica” (2001); “Novos Paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas” (1996) “Gestão de Pessoas” (1999); “Os Gênios da Organização” (1999); “Introdução à Teoria Geral da Administração” (1996); “O que podemos aprender com os gansos” (2001); “Trabalho de Equipe” (2002); “Como trabalhar em Equipe” (2002). Além dessas obras, a apostila Oficinas de Empreendedorismo (1996), a Revista Conexão 14 (2001) e um panfleto publicitário fizeram parte de nossos dados de pesquisa.

Selecionamos alguns dos dizeres presentes no discurso organizacional empresarial, procurando detectar trechos que consideramos como representações de certas regularidades discursivas, cujas marcas possibilitam mostrar seu modo de funcionamento. Para exemplificar, apresentamos enunciados que são representativos dessas regularidades, analisadas em cada seção.

Na seção 2.1, analisamos enunciados sobre a comunicação no meio empresarial, ou como essa esfera discursiva apreende o sentido do que seja comunicar-se nesse meio.

Na seção 2.2, analisamos o discurso da crítica que se faz ao individualismo no interior da empresa. Apresentamos também, nessa seção, um enunciado que aparentemente se contrapõe ao discurso do ‘time’, priorizando o sujeito empreendedor.

Na seção 2.3, analisamos o discurso do trabalho em equipe, selecionando enunciados que privilegiaram esse discurso. Nessa seção, fizemos uma análise das metáforas presentes no discurso organizacional empresarial e a possível relação dessas metáforas com a idéia do 'time'.

Outras duas seções compõem esse capítulo. Nas seções 2.4 e 2.5, analisamos duas palavras que recorrentemente apareceram em publicações direcionadas à área organizacional empresarial: 'pessoas' e 'nós' e os efeitos de sentido que elas provocam.

Nas seções que compõem esse capítulo, além de dar conta do objetivo da pesquisa, procuramos mostrar o estreito laço que existe entre as dimensões verbal e social dos dizeres, considerando que só podemos interpretar o sentido do que dizemos quando levamos em conta essa relação inextricável.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Trabalhar com o objeto discurso exige que esclareçamos que não o estamos entendendo como algo homogêneo e transparente, cujas fronteiras estejam bem delimitadas, bastando apenas que dele nos aproximemos para extrair de um todo acabado os conceitos, o modelo de análise, aplicando-o empiricamente. Conceituar discurso depende, antes, da concepção teórica de linguagem que adotamos. Por isso, é importante apontar para a polissemia do termo, que permite a sua utilização no interior das mais variadas concepções teóricas que trabalham com a linguagem. Sobre isso, Possenti (1988, p.01) comenta:

O termo discurso continua vago. Aliás, cada vez mais vago. Está se transformando numa espécie de lixeira para onde se recolhem os restos da lingüística, sejam os restos que sobram de uma gramática, sejam os restos que sobram das sentenças [...]

A vagueza do termo discurso, comentada por Possenti, decorre do fato de haver diferentes concepções do estudo teórico da linguagem, que tentam ir além da lingüística para focar as práticas do dizer. Essas diferentes concepções teóricas permitem que analisemos o objeto discurso de diferentes maneiras, pois o modo como o concebemos cria diferentes modos de abordá-lo. Constatação que nos permite afirmar que não há uma análise do discurso, mas várias, cada uma delas com um quadro de referências explícito ou implícito, isto é, o objeto de análise é construído a partir de um conjunto de referências, das quais temos domínio crítico ou não.

Assim, a possibilidade polissêmica do termo discurso permite designar diferentes objetos teóricos para ele. Por sua vez, a lingüística, enquanto estudo das formas da língua como sistema exclui o discurso como objeto de estudo, como constata Indurski (1997, p. 17): "A partir do momento em que a lingüística determinou que seu objeto de estudo encontra seu limite na frase, o discurso, por sua própria natureza, ficou dela excluído" .

Ultrapassar os limites da lingüística não significa, porém, prescindir dela, ou colocá-la em oposição a discurso. Bakhtin no capítulo *O discurso em Dostoievski*, da obra "Problemas da Poética de Dostoievski" (1981, p. 157) diz:

As pesquisas metalingüísticas², evidentemente, não podem ignorar a lingüística e devem aplicar seus resultados. A lingüística e a metalingüística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético - o discurso, mas o estudam sob diferentes aspectos e de diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se. Na prática, os limites entre elas são violados com muita freqüência.

Como vemos, Bakhtin não prescinde da lingüística, pois afirma que ela

conhece, evidentemente, a forma composicional do discurso dialógico e estuda as suas particularidades sintáticas léxico semânticas. Mas as estuda enquanto fenômenos puramente lingüísticos, ou seja, no plano da língua, e não pode abordar, em hipótese alguma, a especificidade das relações dialógicas entre as réplicas. Por isto, ao estudar o “discurso dialógico” a lingüística deve aproveitar os resultados da metalingüística. (BAKHTIN, 1981, p. 158).

Para o teórico russo, a linguagem vive apenas na comunicação dialógica daqueles que a usam. Assim, mesmo reconhecendo que as relações dialógicas são extra-lingüísticas, ele também reconhece que “essas relações não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, da língua enquanto fenômeno social concreto, pois é isso que constitui o verdadeiro campo da linguagem” (BAKHTIN, 1981, p. 158).

É importante ressaltar que não iremos analisar as teorias que se propuseram, até aqui, a trabalhar com discurso; apenas, de forma geral, traçaremos o quadro das principais idéias sobre esse tema presentes nos escritos produzidos pelo Círculo de Bakhtin³ e a produção teórica de Michel Foucault.

1.1 Análise do discurso: contribuições do Círculo de Bakhtin

A linguagem é entendida pelo Círculo de Bakhtin como um objeto complexo, que engloba, além da esfera física, fisiológica e psicológica, a relação social

² Nome usado por Bakhtin para um conjunto de disciplinas ainda não existentes na sua época, mas vislumbradas por ele. Dado o sentido que o termo metalingüística tem no Ocidente, muitos autores preferem o termo translingüística. Esse conjunto de disciplinas, segundo o autor, ultrapassa o objeto da lingüística (a língua enquanto sistema abstrato e a análise tendo a frase como limite) e tem no discurso o seu objeto, permitindo a descrição e a análise das relações dialógicas.

³ Grupo que se reuniu regularmente de 1919 a 1929, em Leningrado, formado por intelectuais das mais diversas formações e atuações profissionais. Desse grupo, estudamos os escritos de dois de seus componentes: Bakhtin e Volochinov.

organizada. Ao buscar delimitar inicialmente as fronteiras de seu objeto de estudo, os teóricos do Círculo observam que se levarmos em conta apenas o conjunto das três esferas da realidade citadas (a física, a fisiológica e a psicológica) sem, contudo, inserir essas esferas na relação social organizada, faltará a esse conjunto a 'alma', ou aquilo que daria a ele uma unidade. Em suas palavras, falta inseri-lo (BAKHTIN;VOLOCHINOV 1997, p. 70-71)

[...] num complexo mais amplo e que o engloba, ou seja, na esfera única da relação social organizada [...] é preciso situar os sujeitos - emissor e receptor do som – bem como o próprio som, no meio social [...] é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata [...] Portanto, a unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem.

Buscando isolar e determinar a linguagem como objeto de estudo, foi necessário reduzi-la a um determinador comum. E as respostas dadas a essa questão, segundo o Círculo de Bakhtin, podem ser reunidas em duas orientações principais: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato, e que têm orientado a maior parte dos estudos da linguagem⁴. São orientações analisadas pelos teóricos do Círculo, no sentido de problematizá-las, uma vez que, segundo eles, não fornecem resposta coerente sobre a natureza da linguagem. Ambas as orientações, para pensar sobre a língua, apóiam-se na enunciação monológica fechada, desligada de seu contexto social e discursivo, que gera a responsividade e a multiplicidade de vozes, bem como consideram o ato de fala como individual.

A direção tomada pelos teóricos russos é outra, pois considera o ato de fala, a enunciação, o discurso, como sendo de natureza social, determinados pela situação social imediata e mediata e pelas condições sociais mais amplas. Para eles, nossa consciência não existe fora da linguagem e a realidade da linguagem não está nem na enunciação monológica nem no ato individual, mas na interação. A partir dessa percepção somos considerados seres de linguagem, nosso conteúdo mental é construído na e pela linguagem. Não nos apropriamos dela como algo pronto e acabado, pairando acima de nós, mas mergulhamos na cadeia discursiva,

⁴ É preciso lembrar, no entanto, que essas considerações do Círculo foram feitas na década de vinte.

constituída por muitas vozes organizadas socialmente. Nesse espaço social, a língua vai sendo estruturada continuamente.

Segundo esses teóricos, nossa consciência é semiótica, materializada por signos, os quais estão repletos de valores ideológicos. Por isso, nosso olhar sobre o mundo é sempre refratado, isto é, entramos no terreno dos já-ditos, e não num universo natural, virginal. Assim, nosso mundo interior é formado por esses signos sociais de valores, que vêm de fora, compostos pela palavra do outro. Palavra que pode funcionar como signo interior sem expressão externa e que é entendida como palavra interiormente persuasiva. No entanto, não se trata de processo determinista em que o mundo interior apenas reproduz o exterior: no mundo interior, os discursos que tomamos dos outros se bivocalizam e ganham novas nuances. A palavra pessoal - palavra do outro é um processo interacional, pois essas palavras se cruzam, provocando uma forma de interação entre essas vozes.

Esse oceano de signos em que mergulhamos, essa cadeia discursiva permanente mas móvel, permite que nossos ditos signifiquem exatamente porque entramos nessa teia social, construída por muitas vozes. A percepção dialógica da linguagem é uma das categorias básicas do pensamento do Círculo de Bakhtin, em que o dito entra em conversa com outros já-ditos e até mesmo com os ainda não ditos, uma vez que ele considera a possibilidade de resposta pré-figurada do interlocutor dentro do fluxo histórico ininterrupto da comunicação humana. É nesse ponto que as teorias lingüísticas que centram sua atenção no falante mostram uma concepção diferente do ponto de vista da emissão da fala e até da responsabilidade do dizer, uma vez que entendem o falante como fonte de seu dizer. Porém, o falante já nasce num mundo repleto de signos, onde sua consciência, que é semiótica, é formada. Os falantes são apenas posições intercambiantes, que "extraem palavras de um estoque social de signos disponíveis" como afirmam Bakhtin; Volochinov (1997, p. 113). Entender o sujeito como uma posição intercambiante não significa que não haja responsabilidade no dizer, mas que essas posições acabam por ditar as regras desse dizer.

Bakhtin volta a abordar esse tema novamente. Por exemplo, na obra *Estética da Criação Verbal* (1997b, p. 290-291) ele afirma:

O ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda, (total ou parcialmente) completa, adapta, apronta-se para executar, etc.[...] A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa [...] toda compreensão é preche de resposta, e de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor.

Na obra *Questões de Literatura e Estética* (1998, p. 89).

O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, pressente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do “já-dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso - resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo.

Amplia-se assim a concepção de diálogo. Não apenas aquele que se realiza face a face, mas qualquer tipo de comunicação verbal, pois nela há sempre espaço para a resposta ou o uso da palavra, mesmo que sejamos impedidos de responder em voz alta. A compreensão, para os integrantes do Círculo de Bakhtin, já é uma espécie de diálogo. E essa responsividade dialógica é o elemento que dá dinâmica à interação, em que os sujeitos, em situações concretas, tecem réplicas que se orientam por múltiplos universos ideológicos ou universos de representação.

Assim, se fôssemos retomar a tradicional divisão língua/fala, diríamos que nem a língua é completamente estruturada, nem a fala é completamente desestruturada. Para os teóricos do Círculo, a estrutura não se separa do fluxo, da dinâmica social, mas se imbricam, se fundem. A estrutura não é entendida como um ponto de partida *a priori*, destacado desse fluxo, pois é o movimento, o discurso concreto que se dá via interação que organiza nosso dizer.

É por isso que esses teóricos vão admitir a existência de um componente reiterável e outro não reiterável no processo discursivo e que eles distinguem como sendo o tema e a significação das enunciações concretas, estudo presente no capítulo 7 de “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (1997a). O tema se caracterizaria por ser concreto, dinâmico, individual, não reiterável e de ter sentido apenas na enunciação completa e que se compõe de todos os elementos lingüísticos e extralingüísticos da situação. Embora o tema seja tão concreto quanto o instante histórico ao qual pertence, ele é irreduzível à análise lingüística devido ao seu caráter

de novidade. Já a significação é abstrata, reiterável e idêntica em cada enunciação particular, podendo ser analisada em todos os segmentos lingüísticos que a compõem. Mas não é possível separá-los, pois, segundo Bakhtin; Volochinov (1997a, p.129)

é impossível designar a significação de uma palavra isolada (por exemplo, no processo de ensinar uma língua estrangeira) sem fazer dela o elemento de um tema, isto é, sem construir uma enunciação, “um exemplo”. Por outro lado, o tema deve apoiar-se sobre uma certa estabilidade da significação; caso contrário, ele perderia seu elo com o que o precede e o que o segue, ou seja, ele perderia, em suma, o seu sentido.

Assim, apesar de o enunciado sempre criar algo que, antes dele, nunca existira, algo novo e irreproduzível, esse algo está sempre relacionado a algum valor já existente, pois, segundo Bakhtin(1997 b) qualquer coisa criada se cria sempre a partir de uma coisa que é dada (a língua, o fenômeno observado na realidade, o sentimento vivido, o próprio sujeito falante, o que já é concluído em sua visão de mundo, etc). O *dado* se transfigura no *criado*. Mas observa o quanto isso pode reduzir a análise, pois descobrir apenas o que já estava dado direciona essa análise ao que já estava pronto, ao dado prévio. Quando reflete sobre essa questão, ele exemplifica com a criação artística, e afirma:

As coisas estão ali, inteiramente prontas: o objeto, os recursos lingüísticos de sua representação, o próprio artista com sua visão de mundo. Então, mediante recursos já prontos, à luz de uma visão de mundo já pronta, o poeta reflete um objeto já pronto. Ora, a verdade é que o objeto vai edificando-se durante o processo criador, e o poeta também se cria, assim como sua visão de mundo e seus meios de expressão. (BAKHTIN, 1997b, p. 349).

Para ele, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos. Nessa dinâmica, o novo vai sendo criado, o novo possibilitado pela interação, que já contém nele o *dado*. Como a consciência do sujeito é semiótica (não existe fora dos signos), a distinção entre tema e significação tem um papel importante no processo da compreensão, uma vez que a significação não está na alma do locutor ou do ouvinte "ela é efeito da *interação do locutor e do*

receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro. É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos dois pólos opostos [...] Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz de sua significação" (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1997a, p. 132, itálico dos autores).

Na obra "Discurso, Estilo e Subjetividade", Possenti (1988, p. 52) dá outro exemplo que pode também elucidar a questão da estreita relação entre tema e significação.

Há um casal; a esposa faz costumeiramente um certo trajeto para ir ao trabalho. O marido trabalha em casa e apenas eventualmente sai. Quando o faz, passa de carro perto do local de trabalho da esposa. Um dia, dá-se o seguinte diálogo, no momento em que a esposa vai sair:
 Esposa: - Você vai no Darlan?
 Marido: - Eu vou te levar, sim.
 Evidentemente, a resposta do marido só é possível porque ele não considera a pergunta da esposa como um mero pedido de informação, mas como um modo de pedir carona. E isso só é possível se os interlocutores levam em conta um quadro habitual de comportamento.

É nessas situações, em que o concreto da comunicação verbal faz parte constitutiva do sentido, que vão se estabelecendo novas significações, mas sempre com caráter provisório. A mesma pergunta feita ao marido do exemplo, mas numa outra situação (domingo, quando ela não vai ao trabalho, por exemplo) gerará outra resposta. Esse quadro habitual de comportamento de que fala Possenti é levado em conta na hora de compreender o dito. E esse cenário habitual não precisa ser explicado a cada vez que enunciamos algo, ele está presumido no processo de significação. Portanto, se para as pessoas que estão de fora desse quadro habitual de comportamento esse diálogo é incompreensível, para os interlocutores ele é completo, pleno de sentido. Por esses exemplos, fica claro que elementos não lingüísticos estão imbricados no lingüístico e que não podemos prescindir de nenhuma dessas dimensões para que nossos falares produzam sentidos. Além disso, o entendimento da relação estreita entre tema e significação nos permite entender por que "o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis" (BAKHTIN; VOLOCHINOV, p. 106). Ou, ainda, dado um contexto, provavelmente não será qualquer palavra a ser empregada por um locutor determinado.

Ao apontarem a necessidade de se levar em conta a situação social que engendrou o discurso para que ele faça sentido, o Círculo de Bakhtin vai ampliar o objeto de estudo da linguagem, entendendo-a como fenômeno de comunicação cultural. Nesse sentido, o discurso deixa de ser auto-suficiente, não sendo possível compreendê-lo independentemente do contexto extra-verbal. A questão que se põe, então, é: como se relaciona a extensão verbal com a extra-verbal, e, ainda, como o dito se relaciona com o não dito? A lingüística formal não tem essa resposta, uma vez que a análise fonética, morfológica e semântica das palavras não possibilita que o não dito aflore.

Problematizando, então, a concepção unitária saussuriana da linguagem, o Círculo de Bakhtin entende que a linguagem, enquanto manifestação da consciência na história é plural, um espaço onde convivem e dialogam incessantemente vozes distintas, representando pontos de vista distintos, muitas vezes conflitivos, em contínua interação. E é assim também que irão entender a situação de produção dos discursos: qualquer que seja a espécie de enunciado concreto, ele sempre põe em relação os participantes de uma situação que, por ser comum, os instaura como co-participantes. Dessa perspectiva, a situacionalidade concreta não é meramente a causa mecânica do enunciado, mas se integra a ele como parte constitutiva essencial à construção de seu sentido, pois o dizer não significa em si, mas em estreita relação com o horizonte espacial e temporal.

Segundo Brait (1994, p. 16), mais do que um arcabouço teórico, a concepção de linguagem do Círculo de Bakhtin é uma postura científico-filosófica, uma forma de investigação que aponta para uma totalidade aberta em que o discurso, forma histórica e falante, faz-se ouvir através de suas inúmeras vozes, dirige-se a um interlocutor e impõe uma atitude dialógica, a fim de que os vários sentidos, distribuídos entre as vozes, possam aflorar. Nessa perspectiva, diz ela, o discurso e seu concerto incessante de produção de efeitos de sentido não é jamais um objeto pacífico e passível de submissão ao monologismo de uma teoria acabada.

Essa concepção de linguagem com certeza abre espaço para o sujeito/falante, a realidade em que ele está inserido, as práticas discursivas e para as contradições e tensões produzidas pelos falares de sujeitos situados. Porém, se por um lado a meta é problematizar a imposição de uma voz única, detentora de uma verdade, por outro não se pode pensar que o que Círculo de Bakhtin está

propondo é o relativismo de uma existência acrítica de todas as vozes. Se a concepção da voz única torna o diálogo, como Bakhtin o entende, impossível, a concepção de todas as vozes vivendo de modo justaposto tornaria o diálogo desnecessário. O que esses teóricos buscam é uma superação crítica, em que a inseparabilidade dos contrários instaure o diálogo nas relações entre as diversas morais conflitantes dentro de uma sociedade pluralista.

Diversas morais conflitantes que não podem ser entendidas como blocos justapostos, mas intercambiando-se ininterruptamente, sem limites demarcados, mas consubstanciados em forças que Bakhtin chamou de forças centrífugas e centrípetas:

e esta estratificação e contradição reais não são apenas a estática da vida da língua, mas também a sua dinâmica: a estratificação e o plurilingüismo ampliam-se e aprofundam-se na medida em que a língua está viva e desenvolvendo-se; ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológico e da união, caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação. (BAKHTIN, 1998, p. 82).

Por essas concepções, o Círculo de Bakhtin vai discutir o processo cultural como algo não centralizado. Não há uma realidade com uma estrutura dada, uma representação mental 'correta' da realidade e uma relação fixa entre objetos e palavras. Reconhece a existência humana como uma atividade ininterrupta, um campo de forças criado pelo embate das forças centrífugas, que compelem ao movimento, ao devir, à história, e pelas forças centrípetas, que resistem à história e desejam a quietude, a mesmice, negando o movimento das forças sociais. São forças que atuam no campo das relações sociais, das classes econômicas e culturas inteiras e que se chocam, tencionam-se pela interatividade.

Nessa dinâmica, muitas vezes o discurso com efeito monológico pode ser uma das estratégias utilizadas como forma de imposição de determinadas 'verdades'. Porém, como mesmo em produções verbais profundamente monológicas é possível observar sempre uma relação dialógica (BAKHTIN, 1997 b, p. 355), o processo de tentativa de homogeneização dos discursos encontra sempre resistência, precisamente na heterogeneidade cultural da situação social. O indivíduo, enquanto consciência constituída na heterogeneidade, encontra espaço

nas lacunas da descontinuidade, nas tensões, nas contradições das vozes sociais, que permitem resistir à monologização.

E neste ponto, tanto Bakhtin quanto Foucault irão discutir a possibilidade de resistência aos discursos sociais circulantes. Para refletir sobre essa possibilidade, apresentamos, a seguir, alguns pontos de contato entre esses dois teóricos.

1.2 Foucault e Bakhtin: uma possível aproximação

Na aula inaugural que Foucault proferiu ao assumir a cátedra no College de France, ele falou do desejo de transparência, de não movimento, de imutabilidade, da não complexidade do que Bakhtin denominou de forças centrípetas:

O desejo diz: eu não queria ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo: gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa e de onde as verdades se elevassem, uma a uma: eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz. (FOUCAULT, 2003a, p. 07).

Em linhas gerais, poderíamos dizer que o termo discurso designa objetos diferentes para Foucault e o Círculo de Bakhtin, principalmente se considerarmos que, para Foucault, o sujeito, na produção do discurso, é assujeitado, enquanto que os teóricos russos não anulam o sujeito, mas o põem como agente. Não um agente individual, mas social, pois a consciência individual é um fato sócio-ideológico, uma vez que os teóricos do Círculo não opõem o conceito de social ao de individual, mas ao de sujeito natural:

A consciência não pode derivar diretamente da natureza, como tentaram e ainda tentaram mostrar o materialismo mecanicista ingênuo e a psicologia contemporânea (sob suas diferentes formas: biológica, behaviorista, etc). A ideologia não pode derivar da consciência, como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significativo, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido de sentido que os signos lhe conferem. (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1997a, p. 35).

Foucault não vai discutir a formação dos discursos como passando por uma criação intersubjetiva dos falantes; para ele, os discursos determinam o sujeito.

Contudo, é possível aproximá-los em alguns pontos, principalmente quando entendemos que para Foucault os discursos não possuem uma unidade ou uma homogeneidade interna, são heterogêneos, tais como as vozes sociais de que fala Bakhtin.

Para Foucault, os discursos não formam uma unidade por se referirem a um mesmo objeto (o objeto também é heterogêneo), por comportarem um tipo específico de enunciação ou alfabeto específico de noções ou uma unidade temática. Antes, um conjunto de enunciados é definido por sua dispersão - cabendo a esse tipo de análise pesquisar se entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas, que se encontram dispersos, é possível definir uma regularidade ou perceber elementos de sua formação. O sujeito do discurso seria, assim, uma dispersão de vozes, o que se aproxima da noção de sujeito constituído por várias vozes, conforme entende Bakhtin.

Foucault problematiza a idéia de sujeito fundante e entende discurso como um conjunto complexo e difuso de enunciados que modelam nossos dizeres, nossa representação de mundo e nossa vida social. Para Bakhtin e seu Círculo, o sujeito não é autônomo nem condicionado de modo determinístico pelas estruturas da ideologia ou do inconsciente, mas envolvido numa rede múltipla e intrincada, que deixa um espaço para que o individual possa agir. É assim que podemos entender como as mudanças ocorrem: pela interação, pelo diálogo. Foucault, entretanto, não se preocupa em explicar como as mudanças ocorrem, apenas constata que elas acontecem. Quanto à ausência ou o vazio do lugar do sujeito nos enunciados, idéia defendida por Foucault, deve ser compreendido num sentido político, pois o discurso é efeito de poder, objeto pelo qual se luta, como ele afirma na obra “A Ordem do Discurso”:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação como desejo e o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o

objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2003a, p. 10).

É essa disputa pelo poder que provoca as mudanças. Se assim não fosse, elas não ocorreriam, pois tudo estaria previamente determinado. Lutar, então, por quê?

Na obra “Discurso, Estilo e Subjetividade”, Possenti (1988, p.02) vai problematizar essa questão, quando diz que se as estruturas fossem acabadas, sem frinchas e se igualassem efetivamente em todos os sentidos os elementos a que se referem (indivíduos numa sociedade, átomos lingüísticos numa língua) a única definição possível de sujeito seria pela sujeição. “Mas então as sociedades e as línguas não mudariam”.

Foucault, do mesmo modo, vai constatar que as sociedades mudam. Observamos essa leitura das mudanças na obra “As Palavras e as Coisas” (1985) especialmente no capítulo *A prosa do mundo*, em que Foucault mostra que o mundo é um grande texto a ser decifrado. Ao proceder à leitura desse texto ele vai descobrindo como as sociedades foram adotando diferentes modos de ler, de compreender, de explicar a vida, ou como o saberes foram se constituindo. Não há, nessa leitura, um autor a quem ele dê a agentividade dessa mudança. Pelo contrário, Foucault vai desconstruir o conceito de autor e de subjetividade, passando a privilegiar o discurso. Segundo ele,

[...] o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (FOUCAULT, 2002, p. 107).

Se levarmos em conta que o Círculo de Bakhtin vai defender a idéia de que não há discurso sem dono, poderíamos encontrar nesse ponto uma questão irreconciliável entre os teóricos. Mas se nos aprofundarmos um pouco mais, encontraremos, em Foucault (2002, p. 105) a seguinte assertiva: “Não há signos sem alguém para proferi-los[...] Mas esse ‘autor’ não é idêntico ao sujeito do

enunciado”. Do mesmo modo, encontraremos em Bakhtin (1997b, p.377, itálico do autor) a percepção de que o si não o é sem o outro, num fragmento de suas notas de caderno: “Minha própria refração no outro empírico pelo qual tenho de passar para desembocar no *eu para mim* (poderá ser solitário esse *eu para mim*?)”.

Segundo Faraco (1999, p.03), esta não coincidência entre mim e mim mesmo presente na teorização bakhtiniana ocorre porque entre mim e mim está o não eu: o outro, questão subjetiva que está posta no horizonte desde Hegel, com o reconhecimento da dialética hegeliana de que o eu só aparece como presença de si para si pela mediação do outro, pondo em questão o solipsismo transcendental de Descartes (em que o eu aparece como unidade coincidente consigo mesmo na intuição do *cogito*).

Outra questão discutida por Foucault é a relação entre discurso e poder, que se dá na perspectiva de não entender o saber como o outro do poder, mas como seu correlato. O discurso, o saber, é necessariamente movido por uma vontade de poder e o poder exige o reconhecimento daquilo e daqueles que devem ser governados e regulados. Porém, é importante destacar a ressalva feita por Foucault quanto ao entendimento estreito das relações de poder que as metanarrativas críticas apregoam e que atribuem sempre à classe dominante ou ao Estado. Analisando essa relação, ele disse:

Não se deve tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de uma classe sobre outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe - não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado, aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte, ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (2003b, p. 183).

A perspectiva de Foucault em juntar discurso e poder não está fora do pensamento do Círculo de Bakhtin, que fala no signo como uma arena de luta, na tensão entre as forças centrípetas e centrífugas, no discurso de autoridade, no conflito de vozes sociais, nos índices sociais de valor, nas relações tensas em que o

poder circula. Por isso, assim como Bakhtin, Foucault não vai determinar um lugar para sempre para o poder, uma realidade que possua uma natureza, uma essência, algo unitário e global; antes, podemos pensá-lo como forças díspares e heterogêneas, visto que circula, em constante transformação. Não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e como tal, constituída historicamente. Um discurso.

Um discurso não tomado como um enunciado apenas maior que a sentença, nem como um sistema formal, mas como práticas sócio-interacionais, práticas que se realizam entre indivíduos organizados socialmente. Essa é uma questão disseminada por todos os textos do Círculo de Bakhtin, que entendem haver uma íntima relação entre a língua e as práticas sócio-interacionais, formando uma emaranhada rede signos. Essa emaranhada rede de signos nos permite entender por que é impossível instituir de uma vez para sempre o poder em determinado local; uma vez que as diferentes posições axiológicas estão em constante embate, em guerras discursivas, em permanente tensão, em contradições postas pela descontinuidade e pela fluidez das relações sociais.

Mas se não há uma relação de poder instituída para sempre, há o desejo de que o discurso cumpra o papel de transformar o nosso discurso em 'o' discurso, aquele que detém a verdade, a 'correta' condução dos problemas advindos da complexidade das relações sociais.

Quanto a este ponto, tanto Foucault quanto Bakhtin irão discutir a resistência: para este, toda palavra é sempre uma réplica à palavra de outrem e assume significação a partir dessa orientação exterior: o outro está sempre presente no nosso discurso, estruturando-o de fora; para Foucault, a sociedade ocidental sustenta-se por uma rede disciplinar, exercida por todos, que invade e organiza todas as práticas sociais, inclusive as discursivas. Na sociedade, todos vigiam todos para punir e domesticar quem está 'desviado'.

Para ambos, os usuários desses discursos não os utilizam de modo neutro, mas seguindo certas regras sociais que disciplinam, organizam e padronizam esse uso. O 'outro' que escuta oferece resistência a esses discursos, procurando sempre discipliná-lo e enquadrá-lo. Desse modo, o contexto discursivo dos falantes é um campo de batalha em que o limite e o alvo é sempre o outro a quem se pode exaltar, criticar, vigiar, etc., mas não ignorar. A imagem que ambos têm dos falantes é de

processo e de luta e não de usuários passivos, de um sistema fechado, artificialmente estável.

Assim, apesar de a problemática da constituição dos sujeitos apresentar diferenças entre esses teóricos, podemos dizer que há um ponto de aproximação entre eles, no sentido de que, para Foucault (2003b), o sujeito está em constante interação e conflito com o outro, que o vigia, disciplina e pune, exercendo uma espécie de microfísica do poder; para Bakhtin, também vivemos em interação e conflito com o outro (ou seja, diálogo não significa, na teoria, consenso), visto que nossa fala só adquire concreção a partir da percepção do outro, cuja presença estrutura nossa fala. O sujeito se faz nesse processo de confronto e não há, para ambos, uma idéia de progresso, de superação dialética e de ponto final em que se chegue a um ideal de sujeito.

1.3 Dialogismo e poder: concepções aproximadas

Foucault, em entrevista que deu a Rabinow e Dreyfus (1995), fala das relações entre o sujeito e o poder, entendendo poder como “um modo de ação sobre as ações dos outros”, o que pode remeter o dialogismo em Bakhtin. Se, para Bakhtin (1997b, p. 291) dialogismo pressupõe responsividade, para Foucault relações de poder só se estabelecem entre homens livres, ou seja, aqueles que podem responder, deslocar-se e, no limite, escapar. Portanto, é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça.

No centro da relação de poder, provocando-a incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade. Mais do que um “antagonismo” essencial, seria melhor falar de um “agonismo” de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente. (FOUCAULT *apud* Rabinow e Dreyfus;1995, p. 244-245).

Entender a relação de poder como uma provocação permanente e um modo de ação sobre a ação dos outros, permite-nos pensar em poder como uma relação dialógica, uma relação em que o outro participa ativamente do processo, ocupando uma posição intercambiante, na medida em que o poder se exerce em rede. Mas mesmo defendendo a idéia de que o dialogismo é condição essencial de sentido do discurso, e a liberdade a condição essencial para que possa haver relações de

poder, princípios constitutivos do discurso e do poder, respectivamente Bakhtin e Foucault reconhecem que o monologismo (Bakhtin) e a violência (Foucault) regem a cultura ideológica dos tempos modernos, e se deixam perceber pela tentativa de ‘apagamento’ do outro no discurso e pela tentativa de ‘apagar’ a reação do outro, às vezes pela coação física.

Assim, há textos que podemos considerar como monovocais, dependendo das estratégias discursivas utilizadas, estratégias que permitem que essas vozes se escondam sob a aparência de uma única voz. Esse efeito de sentido provoca a cristalização da fala, encerrando-a no pedestal sagrado da autoridade, dado de antemão. Segundo Bakhtin (1998, p. 143)

a palavra de autoridade exige de nós o reconhecimento e assimilação, ela se impõe a nós independentemente do grau de sua persuasão interior no que nos diz respeito; nós já a encontramos unida à autoridade. A palavra de autoridade, numa zona mais remota, é organicamente ligada ao passado hierárquico. É, por assim dizer, a palavra dos pais. Ela já foi reconhecida no passado. É uma palavra encontrada de antemão. Não é preciso selecioná-la entre outras equivalentes. Ela ressoa numa alta esfera, e não na esfera do contato familiar. Sua linguagem é uma linguagem especial (por assim dizer, hierática). Ela pode tornar-se objeto de profanação. Aproxima-se do tabu, do nome que não se pode tomar em vão.

Mas toda palavra é prenhe de resposta, como enfatiza Bakhtin. E essa possibilidade de resposta também ocorre com a palavra de autoridade, uma vez que ela entra em conflito com outra categoria de palavra examinada por Bakhtin, que é a palavra interiormente persuasiva. Segundo ele,

A palavra ideológica do outro, interiormente persuasiva e reconhecida por nós, nos revela possibilidades bastante diferentes. Esta palavra é determinante para o processo de transformação ideológica da consciência individual: para uma vida ideológica independente, a consciência desperta num mundo onde as palavras de outrem a rodeiam e onde logo de início ela não se destaca; a distinção entre nossas palavras e as do outro, entre nossos pensamentos e os dos outros se realiza relativamente tarde. Quando começa o trabalho do pensamento independente experimental e seletivo, antes de tudo ocorre uma separação da palavra persuasiva da palavra de autoridade imposta e da massa das palavras indiferentes que não nos atingem.

Á diferença da palavra de autoridade exterior, a palavra persuasiva interior no processo de sua assimilação positiva se entrelaça estreitamente com a “nossa palavra”. (BAKHTIN, 1998, p. 145-146).

Esse conflito entre a palavra de autoridade e a palavra interiormente persuasiva determina, segundo Bakhtin, a história da consciência ideológica individual.

Geralmente, o processo de formação ideológica caracteriza-se justamente por uma brusca divergência entre as categorias: a palavra de autoridade (religiosa, política, moral, a palavra do pai, dos adultos, dos professores, etc.) carece de persuasão interior para a consciência, enquanto que a palavra interiormente persuasiva carece de autoridade, não se submete a qualquer autoridade, com freqüência é desconhecida socialmente (pela opinião pública, a ciência oficial, a crítica) e até mesmo privada de legalidade. (BAKHTIN, 1998, p. 143).

É fácil constatar essa divergência, uma vez que os discursos sociais são valorados segundo essa autoridade. Assim é que nos acostumamos a não estranhar quando não se permite que algumas categorias sociais não sejam ouvidas, não tenham sua voz reconhecida: o adolescente, o aluno, o velho, o louco. O discurso de autoridade reprime esses dizeres. O discurso científico institucional da alopatia, por exemplo, sobrepõe-se ao da homeopatia; o discurso racional se impõe ao discurso emocional; o discurso do índio, do negro, se historicamente analisados, também revelam a imposição do discurso de autoridade que os subjugou. Há, assim, uma relação de poder instituída que os ridiculariza (ou desautoriza). Mas essa repressão não os faz desaparecer, pois é possível, dialogicamente, responder a ela, mesmo que não seja em voz alta. Segundo Bakhtin (1998, p. 146)

No fluxo de nossa consciência, a palavra persuasiva interior é comumente metade nossa, metade de outrem. Sua produtividade criativa consiste em que ela desperta nosso pensamento e nossa nova palavra autônoma, em que ela organiza do interior as massas de nossas palavras, em vez de permanecer numa situação de isolamento e imobilidade. Ela não é tanto interpretada por nós, como continua a se desenvolver livremente, adaptando-se ao novo material, às novas circunstâncias, a se esclarecer mutuamente aos novos contextos. Além do mais, ela ingressa num inter-relacionamento tenso e num conflito com as outras palavras interiormente persuasivas. Nossa transformação ideológica é justamente um conflito tenso no nosso interior pela supremacia dos diferentes pontos de vista verbais e ideológicos, aproximações, tendências, avaliações.

Levando em conta a premissa bakhtiniana de que nenhuma palavra é só nossa, mas que traz em si a perspectiva de outra voz, é possível buscar essa outra voz. Quanto às contradições resultantes desse embate de vozes, é interessante lembrar que não se está pensando em oposições binárias, em poder de um sobre

o outro, em teses e antíteses que levariam a uma suposta síntese, a um acordo, a um consenso, a uma evolução; antes, pensa-se na complexidade das relações sociais, no ininterrupto devir da história e do tempo que forma e vai sendo formado pelos atores sociais que nele vivem.

Em seus escritos, o Círculo de Bakhtin nos ajuda a compreender essa complexa condição de alteridade, essa rede de relações humanas, princípio básico da constituição do sujeito e dos discursos, ao mesmo tempo em que nos alerta para a impossibilidade de se atribuir autoria absoluta do dizer. Em outras palavras: não estamos sozinhos em nosso dizer, fazemos parte de um grande enunciado chamado existência humana. O importante é atentar para os cortes, para a exclusão de vozes sociais que fazem parte de uma intrincada rede de relações de poder de que fala Foucault.

1.4 Ideologia e subjetividade

Por entendermos as relações entre capital x trabalho como algo mais complexo, buscamos inicialmente na obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (Bakhtin; Volochinov 1997a), substratos teóricos para nosso estudo. Na página 31 da referida obra, os autores apresentam aquilo que consideram a falha científica do método marxista: a ausência de uma abordagem filosófica de linguagem para que se avançasse de maneira eficaz no entendimento do conteúdo do conhecimento humano e da construção da nossa consciência. Dizem eles:

Para começar, as bases de uma teoria marxista da criação ideológica – as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc – estão estreitamente ligados aos problemas da filosofia da linguagem. Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo o que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo o que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia.

No entanto, todo corpo físico pode ser percebido como símbolo: é o caso, por exemplo, da simbolização do princípio da inércia e de necessidade na natureza (determinismo) por um determinado objeto único. E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade. (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1997a, p. 31, itálico dos autores).

Em sendo assim, nunca nos relacionamos com o objeto de forma direta, pois há uma aura formada por muitas vozes em torno do objeto que precisa ser levada em conta. Porém, o lingüístico não se basta a si mesmo, pois o sentido do que se diz está ligado a sua exterioridade, uma vez que o signo é um fenômeno do mundo exterior. Mesmo o corpo físico não é apenas “coisa para si”, pois passa a ser “coisa para nós”, uma vez que este corpo físico emerge no processo de interação social. Portanto, podemos concluir que o que faz de um signo um signo é a sua significação social, construída pelos homens vivendo em sociedade.

Porém, Bakhtin; Volochinov (1997a, p. 32, *itálico dos autores*) nos alertam que

Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro ou falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico.*

Essa citação nos remete para um entendimento bem mais amplo do conceito de ideologia, não apenas como sendo uma visão ‘distorcida’, ‘velada’, ‘obnubilada’ da realidade, que precisaria ser desvelada para que a ‘verdade’ pudesse emergir. Em uma definição marxista, quando se falava em ideologia, pensava-se exatamente nesse processo de ocultação da realidade; pensava-se que ideológica seria toda prática alienada dos pressupostos que a embasavam. Ideológico era qualquer comportamento sentido como naturalizado e normalizado, a serviço de interesses que lhe eram estranhos ou desconhecidos. Atualmente, não é mais tão simples pensar assim, já que este conceito de ideologia embutia a idéia de que há coisas que são verdadeiras e outras que são falsas, umas corretas, outras erradas, como se os dizeres não tivessem enunciadores situados espaço/ temporalmente.

Essa não é a perspectiva adotada pelos teóricos do Círculo de Bakhtin e por Foucault (e, por conseguinte, nem por nós). O que estamos pretendendo defender, baseada nos autores, é que qualquer comportamento é ideológico, quer se queira quer não. E, se estamos adotando esta linha de pensamento, isto significa que entendemos que há sempre um conjunto de princípios organizando o modo pelo qual vivemos e pensamos. Se não refletirmos a respeito, essa base teórica, ou ideológica torna-se tão natural que pensamos ser a única, ou a ‘correta’.

Segundo a posição dos componentes do Círculo de Bakhtin, a ideologia é o sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir das referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por grupos sociais organizados. É a partir disso que poderemos falar do modo de pensar e de ser de determinados indivíduos, ou de determinado grupo social organizado, de sua linha ideológica, que apresenta um núcleo central relativamente sólido e durável de sua orientação social, resultado de interações sociais ininterruptas, em que a todo o momento se destroem e se reconstróem os significados do mundo e dos sujeitos.

Explicando melhor: quando atravessamos a rua e um pedinte nos aborda, dar a ele a moedinha ou não pressupõe centenas de implicações ideológicas. Alguns se sentem culpados e dão o dinheiro de qualquer modo. Outros não dão 'porque o sujeito é um vagabundo que devia estar trabalhando'. Outros não dão e pedem que ele vá procurar a prefeitura. Outros não dão e nem notam o sujeito, seguem despreocupados pensando o que pensavam antes. Outros dão enquanto não é possível fazer algo melhor, para manter o sujeito vivo até que se reforme o mundo.

Há, ainda, os que ficam paralisados diante da questão. Percebem que ela é complexa e nada 'natural'. Não é 'natural' dar ou não dar o dinheiro. Não é 'normal' desmoralizar ou beijar o pedinte. Assim, estes sujeitos percebem que não têm, ainda, opinião formada a respeito e passam, então, a discutir o problema com os amigos, o pastor ou o padre em quem confiam, os dirigentes do partido político a que pertencem, o marido, a esposa, o filho, enfim, passam a buscar no jornal matérias que o esclareçam a respeito. Todas essas reações, que a princípio podem parecer 'naturais' são ideológicas, pois estão orientadas por concepções (de mundo, de homem e de sociedade) que nos dirigem, quer saibamos ou não.

Segundo Bakhtin;Volochinov, (1997a, p. 33) "cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade". Assim, permitimo-nos aventar a possibilidade de que os discursos que nos rodeiam tenham a possibilidade de expressar fragmentos materiais de uma realidade econômica e social, que emergem de condições históricas vigentes. Assim é que se tornam práticas discursivas, um dos pontos de aproximação entre Foucault e as idéias do Círculo de Bakhtin.

É importante salientar que esta aura heteroglótica que está nos objetos, conforme explicitado acima, também é um dos pontos de contato entre Foucault e o Círculo de Bakhtin, uma vez que na obra *A ordem do Discurso*, Foucault (2003a, p.53) diz que “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos”, numa clara alusão de que todo objeto apreendido pela linguagem já vem conformado pela visão de mundo do enunciador do discurso, bem como do lugar social de onde ele fala. Neste texto, Foucault (2003a, p. 52) afirma, ao explicitar um dos princípios de seu método, que o princípio de especificidade alerta para que não transformemos o discurso num jogo de significações prévias, que não imaginemos o mundo com uma face legível que teríamos de decifrar apenas, pois ele não é cúmplice de nosso conhecimento.

Voltando então às práticas discursivas apontadas acima: se Bakhtin;Volochinov consideram o signo ideológico um “fragmento material da realidade”, entendemos, baseadas na concepção de linguagem dos teóricos, que esses fragmentos possam ser apreendidos como “o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva”, como afirma Foucault (2002, p. 147). Isso implica, como primeiro passo, considerarmos o discurso no interior de formações sociais (Foucault) ou esferas sociais (Bakhtin).

Falar em subjetividade remete ao campo da psicologia, mas para Bakhtin;Volochinov é importante não reduzirmos essa reflexão ao campo da psicologia idealista, que entende a atividade psíquica como uma passagem da fala interior para o exterior, mas entendê-la como “um fenômeno social, infiltrado no organismo do indivíduo [...] pois, para ser fala interior, a palavra nasce e se desenvolve no processo de socialização do indivíduo”. (1997a, p.64). Entendem esses teóricos que, por natureza, o psiquismo subjetivo localiza-se “no limite do organismo e o mundo exterior, [...] na fronteira dessas duas esferas da realidade, [...] mas esse encontro não é físico: *o organismo e o mundo encontram-se no signo*”. (1997a, p. 49, itálico dos autores).

Prosseguindo na sua argumentação, Bakhtin;Volochinov afirmam que, por isso, o objetivo da psicologia não poderia ser explicar os fenômenos psíquicos pela causalidade, como se fossem análogos aos processos físicos ou fisiológicos. Essa postura encarna uma tendência comum ao conjunto da corrente idealista, que

consiste em conferir ao signo uma significação fora do tempo e do espaço material. Mas, segundo os teóricos russos, “a significação é a função do signo; eis por que é impossível representar a significação [...] à parte do signo, como algo independente, particular”, por isso, “ela deve ser analisada por intermédio do signo real e tangível” (1997a, p. 51).

Portanto, por essas considerações, podemos entender que a atividade mental só existe sob a forma de signos, exprimíveis por palavras, o mais importante material semiótico que, se excluído, reduziria o psiquismo a quase nada. Além disso, não dá para separar, como fazem os psicólogos funcionalistas, em duas faces a atividade mental: “de um lado, *o conteúdo da atividade mental*, de outro, *a função de qualquer conteúdo objetivo dentro do sistema fechado da vida psíquica individual*” (1997 a, p. 53, *itálico dos autores*). Para Bakhtin;Volochinov, é importante resgatarmos “a filosofia da palavra, enquanto signo ideológico por excelência. O signo ideológico é o território comum, tanto do psiquismo quanto da ideologia; é um território concreto, sociológico e significativo” (1997a, p. 57).

Portanto, é no limite do organismo com o mundo exterior que se localiza o psiquismo, “mas esse encontro não é físico: o organismo e o mundo encontram-se no signo” (1997a, p. 49), ou seja, é no mundo da cultura que se cria a consciência, segundo a concepção de linguagem que orienta os estudos do Círculo de Bakhtin. Essa imbricação, essa inseparabilidade entre essas duas realidades (mundo interior e mundo exterior; ou mundo da cultura e mundo da consciência) se deve ao fato de não haver uma separação possível entre elas, pois a consciência é um fenômeno social, apesar da delimitação que se costuma fazer entre essas realidades. Segundo Bakhtin;Volochinov (1997a, p. 58)

O que complica mais o problema da delimitação do psíquico e do ideológico é o conceito de “individual”. Aceita-se, geralmente, uma correlação entre o “individual” e o “social”. De onde se extrai a conclusão de que o psiquismo é individual e a ideologia social. Esta concepção revela-se radicalmente falsa. “Social” está em correlação com “natural”: não se trata aí do indivíduo enquanto pessoa, mas do indivíduo biológico natural. O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico. Esta é a razão porque o conteúdo do psiquismo “individual” é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe

pertencem é ideológica, histórica, e internamente condicionada por fatores sociológicos⁵. Todo signo é social por natureza, tanto o exterior quanto o interior.

Nesse ponto, eles chamam a atenção para que não se confunda o conceito de indivíduo natural isolado, não associado ao mundo social, como há nos estudos do biólogo, e o conceito de individualidade, que eles entendem como uma superestrutura ideológica semiótica. Assim, a consciência já nasce como discurso, com índice social de valor dado pelas relações sociais. E imbricada a ela está o psíquico, que é tão social quanto nossa consciência.

Será, então, pelo conceito de interação social que podemos entender mais claramente a idéia de Bakhtin; Voloshinov de que é possível nos libertarmos da 'determinação' psíquica difundida pelos estudos psicologistas: os teóricos russos afirmam (1997a, p. 59) que não é somente o sistema psíquico fechado em si que formará nossa subjetividade, mas os fios sociais pelos quais interagimos. Segundo eles (1997a, p. 59-60)

O caráter único desse sistema não é determinado somente pela unicidade de meu organismo biológico, mas pela totalidade das condições vitais e sociais em que esse organismo se encontra colocado [...] Quanto mais estreitamente ligado à unicidade do sistema psíquico o signo interior estiver e quanto mais fortemente determinado pelo componente biológico e biográfico, mais ele se distanciará de uma expressão ideológica bem definida. Em compensação, na medida em que é realizado e formado ideologicamente, ele liberta-se, por assim dizer, do contexto psíquico que o paralisa.

Eis, portanto, a importância do caráter social na formação da nossa subjetividade, não mais refém de um psiquismo determinista, que o imobiliza (ou cristaliza). Não se trata de negar o componente psicológico, mas de colocá-lo em interação com o mundo da cultura, dos fios sociais que nos enredam. É aquilo que poderíamos chamar de "escape" salvador da determinação psíquica, proporcionada pela interação social, segundo a concepção interacionista da linguagem.

Por outro lado, o signo interior, em sua forma pura, é acessível apenas à introspecção, que ameaça a unicidade da experiência exterior objetiva se a realidade do psiquismo for entendida como coisa e não como realidade semiótica.

⁵ Bakhtin; Volochinov, em nota de rodapé na obra citada, (1997 a, p. 58) esclarecem que na última parte do seu trabalho "veremos que os direitos do autor sobre seu próprio discurso são relativos e marcados ideologicamente,

Se for entendida como realidade semiótica, a introspecção (ou signo interior) pode ser signo exterior. Segundo Bakhtin;Volochinov, o signo interior constitui um dos problemas essenciais da filosofia da linguagem, pois o signo interior por excelência é a palavra, o discurso interior, que só pode ser resolvido no terreno da filosofia da linguagem enquanto filosofia do signo. Neste ponto de sua argumentação, eles perguntam: como definir a palavra no seu papel de signo interior? Sob que forma se realiza o discurso interior? Quais são seus laços com a situação social? Como ele se relaciona com a enunciação? Que métodos descobrir para captar, ou capturar durante o vôo, por assim dizer, o discurso interior? Perguntas mais do que instigantes, e completamente necessárias para nossa compreensão da subjetividade. Ao responder à segunda das questões postas, eles afirmam (1997a, p.63) que as formas mínimas do discurso interior, que se assemelham às réplicas do diálogo (daí discurso interior) prestam-se muito pouco a uma análise sob a forma de constituintes e que não existem entre essas unidades mínimas laços de ordem lógica ou gramatical: as unidades do discurso interior estão ligadas segundo leis de convergência apreciativa (emocional) e numa estreita dependência das condições históricas da situação social.

Outra premissa que se deixa entrever na produção teórica dos dois pensadores é a sua crença no componente axiológico intrínseco ao existir humano. Em outras palavras, nada do que se diz ou do que se pensa está fora da ideologia, da valoração subjetiva humana, pois nossas palavras significam sempre. Está fora de cogitação o falar e o pensar puros, não atingidos pela interação, pelo mundo da vida. É no mundo da vida que se criam as consciências. Que implicações isso pode trazer para nossa análise?

Acreditamos que muitas. Uma delas é a de que para o sistema lógico-formal dos estudos lingüísticos, os seres humanos são dispensáveis. Por essa concepção fomos levados a acreditar que há uma língua única, monológica, onipresente, e que basta nos apoderarmos do código estabelecido para dela fazermos uso. Para esse entendimento, a linguagem não é problema, dado que está pairando acima do humano e servindo tão somente de instrumento de comunicação. O que aparece

e que a língua demora muito tempo para elaborar formas próprias para exprimir claramente os aspectos individuais do discurso”.

então é a concepção de indivíduo atomizado, senhor de suas palavras, tão celebrizado pela teoria liberal que tenta nos convencer de termos opiniões absolutamente próprias, de que somos livres para pensar como quisermos, e de que cada um tem uma filosofia de vida particular. Daí para a idéia de que nos fizemos sozinhos é um passo.

No diálogo que Bakhtin; Volochinov travam com as correntes lingüísticas dos anos 20 (objetivismo abstrato e subjetivismo idealista) na obra em estudo, eles apontam para os problemas da lógica idealista: o sistema de signos, autônomo e abstrato para o objetivismo abstrato, independe das significações ideológicas que reflete e refrata. O indivíduo recebe da comunidade lingüística um sistema já constituído e qualquer mudança no interior desse sistema ultrapassa os limites de sua consciência individual. Para Bakhtin; Volochinov, o equívoco dessa orientação consiste em colocar num único e mesmo plano diferentes contextos em que aparece uma palavra qualquer.

Por sua vez, o subjetivismo idealista acredita que o psiquismo individual constitui a fonte da língua. São as leis da psicologia individual que devem ser estudadas pelos lingüistas e pelos filósofos da linguagem. As relações entre língua e fatores políticos, sociais e econômicos não são significativos. Embora a crítica à perspectiva puramente individual tenha se intensificado no correr do século XX, essa perspectiva é ainda muito forte, talvez porque haja outros campos, como o da economia ou da política, por exemplo, que reforçam cada vez mais a idéia de que somos indivíduos individuais. A tônica individualista desses tempos atuais tem, no subjetivismo idealista e no objetivismo abstrato, grandes aliados.

Essas duas tendências com as quais discutem para construir sua teoria dialógica da linguagem situam-se no embate epistemológico mais amplo das formas abstratas de apreensão da realidade social. A primeira tendência articula-se a partir do sistema lingüístico tomado abstratamente e a segunda a partir do indivíduo, considerado 'elemento primitivo' para a organização dos atos de fala. Ora, se o indivíduo é entendido como 'elemento primitivo', o discurso só poderá ser entendido como elaborado pelo próprio falante. É a emissão e a elaboração do discurso que passa a ser analisada, como se com ele tivesse nascido, de modo a - histórico e não social. A representação do discurso, por sua vez, é apenas a (re)apresentação do que se disse, isto é, seu espelho: uma concepção especular de linguagem, ou a

idéia de que a linguagem reflete o mundo. Por esse entendimento, poder-se-ia pensar de que há sempre uma relação direta entre a palavra e o ente que ela designa, e de forma única. A isso Bakhtin;Volochinov chamam de compreensão passiva, que exclui, de antemão e por princípio, qualquer réplica ativa (1997a, p. 99).

Compreender, como Bakhtin o faz, que o ser humano não nasce como um ser biológico abstrato, mas já vem a um mundo socialmente organizado pressupõe entender que seres humanos são feixes de relações sociais heterogêneas, criados pela linguagem, ao mesmo tempo que a criam, a qual reflete mas também refrata a realidade na qual se insere, pois os signos têm índices sociais de valor. Essa dinâmica permite compreender que o sujeito não é a fonte de tudo, é antes um produto em constante processo de transformação tecido pelos fios ideológicos, também estes em constante transformação. Para Bakhtin (1997b p. 282), "a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua".

No texto "O que é linguagem" (1998, p. 107) escrito por Volochinov em 1930, encontramos a definição de ideologia dada por um dos componentes do Círculo de Bakhtin de forma explícita e direta: "Por ideologia entendemos todo o conjunto de reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sógnicas".

Portanto, entender o mundo da cultura como criação humana histórica, social, e portanto, ideológica, pressupõe não dicotomizar a criação da consciência do indivíduo, cuja linguagem possui como substância o fenômeno social da interação verbal, desse mundo cultural. Inserir a criação da consciência individual no mundo da criação cultural permite estabelecer que sem signos não há produto do espírito, portanto, não há subjetividade.

Bakhtin e seus companheiros do Círculo não trabalham com a questão da ideologia como algo pronto e já dado, ou vivendo apenas na consciência individual do homem, mas inserem essa questão no conjunto de todas as discussões filosóficas, que eles tratam de forma concreta, como a questão da constituição dos signos, ou a questão da subjetividade.

Refletir e refratar a realidade: eis o pressuposto fundamental da concepção dialógica de linguagem de Bakhtin; Volochinov. Para eles, o universo da criação cultural é um universo ideológico. Porém, em seus textos, a palavra ideologia refere-

se à realidade semiótica, ao universo de signos e não ao entendimento reduzido e mecanicista de ideologia que a vê como falsa consciência. Por esse último entendimento, há uma verdade que está 'oculta' e que precisa ser trazida à tona.

Para eles, porém, não se tem acesso a uma verdade final, ou a uma realidade estática, proporcionada pela 'correta' visão de mundo. O que se tem é acesso aos discursos sobre a realidade, que a constroem de acordo com os índices sociais de valores que os falantes, vivendo em sociedade, têm dessas realidades. Portanto, os signos refletem, mas também refratam a realidade porque a resistência, a discordância e o conflito são intrínsecos à natureza humana. Essas questões são tratadas quando Bakhtin, em textos posteriores, fala da alteridade, do outro, que não é igual a ninguém e, portanto, nasce sob o signo da diferença, da 'outridade'. É um sujeito individual/social, pois se forma pela interação verbal, apesar de não haver ninguém igual a ele, justamente porque os fios ideológicos que o formam são heterogêneos e irrepetíveis.

Poderiam nos perguntar: então quer dizer que somos, de certo modo, determinados por esses signos, já saturados de valores no mundo socialmente organizado, quando da nossa inserção no mundo cultural? Se não levarmos em conta a complexidade das relações sociais, diríamos simplesmente que sim, mas se considerarmos que os feixes de relações sociais são heterogêneos, admitindo inúmeras composições e contradições, exatamente pela diferença constitutiva desses feixes de relações dos seres humanos, diríamos que nem tanto. O que há, de fato, é uma horda mutante de significados interagindo constantemente, produzindo aquilo que podemos chamar de 'guerra de discursos'. Nela, os conflitos e as contradições abrem a fenda do movimento, criam o caldo para a relativização das determinações. Na tensão do discurso, abre-se o espaço para a atividade humana, para a transformação, para o novo.

Quando Bakhtin;Volochinov (1997a, p. 69-109) criticam a corrente do subjetivismo idealista ou a do objetivismo abstrato, o fazem justamente por entender que ambas dicotomizam, isto é, separam o mundo da criação da consciência do mundo da cultura, reduzindo o entendimento da linguagem, abstraída da complexidade das questões sociais. A proposta feita por eles é a de que se perceba que o mundo simbólico, a que outros reservam o nome de superestruturas e as ideologias do cotidiano estão em permanente relação, na dinâmica da interação

social.

Outra questão importantíssima da teoria dialógica da linguagem é a importância que se dá ao outro na constituição dos discursos. A questão da alteridade, ou da 'outridade' é condição *sine qua non* para a compreensão desta teoria.

Na obra “Estética da Criação Verbal” (1997b, p. 317) Bakhtin aponta para a importância do papel ativo do ‘outro’ na constituição do sujeito e do discurso, quando afirma que “nosso próprio pensamento – nos âmbitos da filosofia, das ciências, das artes – nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal de nosso pensamento”.

Portanto, a questão do conflito, da divergência não é conjuntural, mas resultado imediato da heterogeneidade social. Por isso, podemos pensar que as relações sociais são fundamentalmente conflitivas, por conta das diferenças entre os sujeitos, porque resultam da alteridade que, para Bakhtin, é elemento definidor da condição humana. A alteridade, assim, não é uma escolha que podemos fazer, mas uma eventualidade inevitável, porque é constitutiva do mundo cultural, que é intersubjetivo e feito de relações.

Por isso, em todo o enunciado, segundo Bakhtin, (1997b, p. 318) contanto que o examinemos com cuidado, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, veremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas e com graus diferentes de alteridade.⁶

1.5 A problematização da identidade segundo Foucault e o Círculo de Bakhtin

A problematização do sujeito na obra de Michel Foucault aparece associada à questão da “morte do homem”, na arqueologia das ciências humanas que ele construiu na obra “As palavras e as coisas”. Nesse texto, Foucault põe em questão o estatuto de ciências das disciplinas que se reclamava de uma antropologia filosófica ou da tradição do *cogito*. Foucault atribui à psicanálise um lugar privilegiado no que

⁶ Esta constatação é importante para nossa análise.

diz respeito à sua posição no conjunto dos saberes que organizam a episteme de nossa época. Disse ele

A psicanálise e a etnologia ocupam, no nosso saber, um lugar privilegiado. Não certamente porque teriam melhor que qualquer outra ciência humana, embasado sua positividade e realizado enfim o velho projeto de serem verdadeiramente científicas; antes porque, nos confins de todos os conhecimentos sobre o homem, elas formam seguramente um tesouro inesgotável de experiências e de conceitos, mas sobretudo, um princípio de inquietude, de questionamento, de crítica e de contestação daquilo que, por outro lado, pôde ser adquirido. (FOUCAULT, 1985, p. 390-391).

O privilégio dessas disciplinas abre um novo espaço ao mesmo tempo teórico e prático de uma nova época histórica. Segundo suas palavras

A etnologia, como a psicanálise, interroga não o próprio homem tal como pode aparecer nas ciências humanas, mas a região que torna possível, em geral, um saber sobre o homem; como a psicanálise, ela atravessa todo o campo desse saber num movimento que tenta atingir os seus limites. Mas a psicanálise serve-se da relação singular da transferência para descobrir, nos confins exteriores da representação, o Desejo, a Lei, a Morte que desenham, no extremo da linguagem e da prática analíticas, as figuras concretas da finitude; [...] FOUCAULT, 1985, p. 395).

Foucault não vê essas ciências como ciências do homem, mas contraciências, porque seu interesse não é explicar o comportamento humano. A psicanálise trabalha com o inconsciente, podendo mostrar que desejo, morte e linguagem são inelutáveis e constituem necessariamente o psiquismo. A etnologia mostra que há sistemas formais responsáveis pela estruturação de qualquer sociedade. Para ele, ambas as disciplinas “dissolvem o homem” (1985, p. 396).

Além dessas disciplinas, Foucault também evocou o papel da lingüística, que serviu de modelo para a formalização, decifrando as ciências humanas. Nas três dimensões da *epistémê* moderna (ciências matemáticas e físicas, ciências da linguagem, da vida, produção e distribuição de riquezas e reflexão filosófica) a lingüística aparece como um componente dos saberes afetos à formalização das ciências humanas. Não há, para a lingüística, assim como não há para a psicanálise e a etnologia, o homem representável ou explicável e sim os elementos que o constituem.

Assim se tece sob nossos olhos o destino do homem, mas tece-se às avessas; nestes estranhos fusos, ele é reconduzido às formas de seu nascimento, à pátria que o tornou possível. Mas não é essa uma forma de conduzi-lo ao seu fim? Pois a

lingüística tanto quanto a psicanálise ou a etnologia, não fala do próprio homem. (FOUCAULT, 1985, p. 398).

No final do capítulo sobre a arqueologia das ciências humanas, Foucault aborda a finitude do homem. Para ele, é impossível ter-se, ao mesmo tempo, o homem e o discurso. Quando o homem nasce para o saber no século XIX, o faz através de ciências que o pensam como aquele que vive, trabalha e fala. Mas isso sofre uma mutação, que é quando a linguagem passa a dizê-lo. Segundo Foucault, toda a *epistémê* moderna, aquela que constituiu o modo de ser do homem e a possibilidade de conhecê-lo empiricamente, estava ligada ao desaparecimento do discurso, ao deslizar da linguagem para o lado da objetividade e ao seu reaparecimento. Ele se pergunta:

Se essa mesma linguagem surge agora com insistência cada vez maior numa unidade que devemos mas não podemos ainda pensar, não será isto o sinal de que toda essa configuração vai agora deslocar-se, e que o homem está em via de perecer, na medida em que brilha mais forte em nosso horizonte o ser da linguagem? Tendo o homem se constituído quando a linguagem estava voltada à dispersão, não vai ele ser disperso quando a linguagem se congrega? E se isto fosse verdade, não seria um erro – um erro profundo, pois que nos esconderia o que cumpre pensar agora – interpretar a experiência atual como uma aplicação das formas da linguagem à ordem do humano? Não seria antes preciso renunciar a pensar o homem, ou para ser mais rigoroso, pensar mais de perto esse desaparecimento do homem [...] na sua correlação com a nossa preocupação com a linguagem? Não se deve admitir que, estando a linguagem novamente aí, o homem retornará àquela inexistência serena em que outrora o mantivera a unidade imperiosa do Discurso? (FOUCAULT, 1985, p. 403).

Apesar de essas questões remeterem para um aparente niilismo, segundo Araújo (2000, p. 51 itálico do autor) a conclusão de “As Palavras e as Coisas” não é niilista, pois “se não temos algo que “diga” o homem sem cair na representação, esse mesmo fato, a dissolução do homem pronto em sua essência, poderá mostrar não quem ele é, mas o que o *constitui*”. Essa constituição do sujeito seria assim, essa dispersão dos discursos que o formaram. Não é o homem que fala, mas a linguagem que fala nele.

No rastro da problematização da identidade do sujeito, a identidade dos discursos também é posta em xeque por Foucault quando afirma, em “A Arqueologia do Saber” (2002, p. 36-37) que os enunciados pertencentes a grandes conjuntos, como a medicina ou a gramática, por exemplo, não formam uma unidade por se

referirem a um mesmo objeto, mas por sua característica de dispersão. Assim, o que se deve buscar nos discursos é justamente essa dispersão, pesquisando se entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas é possível definir uma regularidade ou elementos que o formaram. Por esses pressupostos, entendemos que, para Foucault, são as *epistémês* de longa duração que explicarão o que somos, ou seja, que somos pensados, falados e determinados por elas.

Os estudos do Círculo de Bakhtin também irão recuperar a memória, o interdiscurso, o já-dito, mas levarão em conta também o 'novo' contexto em que as palavras ditas emergem, o que faz com que o discurso não seja apenas determinado pela memória. O contexto imediato terá importância para a significação, que é o que Volochinov explica no texto "Discurso na vida e discurso na arte" ao analisar um discurso verbal flagrado num momento de conversação cotidiana. Nesse texto, Volochinov afirma que o discurso nasce de uma situação pragmática, e mantém a conexão mais próxima possível com essa situação, de tal sorte que este discurso estará diretamente informado pela vida, não podendo ser divorciado dela sem perder sua significação. Como esse contexto imediato se relaciona com o verbal é a pergunta que ele se faz. O exemplo que ele dá é o de duas pessoas conversando em uma sala, observando a neve que cai, quando um se dirige ao outro, dizendo: 'Bem!'. A outra não responde.

De que forma essa expressão pode significar? Todo o contexto imediato é acionado para que esse enunciado seja compreendido, ou aquilo que ele denominou de parte percebida e parte presumida. O horizonte comum entre os interlocutores, o tempo e o espaço, o contexto imediato são condições para que esse enunciado seja apreendido. Os já-ditos históricos e sociais são recuperados, mas deslocados, para que uma nova significação possa emergir. Aparentemente, esse contexto imediato não será importante para Foucault, mesmo quando lembramos que é dele a assertiva de que 'ninguém fala qualquer coisa a qualquer um'; é preciso cumprir certas normas institucionais para poder falar. Este falar, entretanto, ao que parece, já estará definido no interior das *epistémês*. Assim, para Foucault não há espaço para a criação individual, o homem já está determinado pelos discursos; para Bakhtin, no entanto, há espaço para o individual, mas para um individual que é sempre social.

Se nesse ponto esses teóricos se distanciam, é possível aproximá-los quando, no interior dessas *epistémês*, Foucault localiza o discurso racional e científico como aquele hegemônico que tenta se impor sobre os outros, (sobre o discurso do louco, do artista, do homeopata, do adolescente, etc.) desqualificando-os. Bakhtin aponta o discurso monológico como aquele que tenta obliterar ou ‘arrebentar’ outros discursos que não estejam adequados ao discurso hegemônico, ao discurso tido como oficial. Além disso, para ambos, os contextos não existem antes ou fora da declaração: ou, os objetos não pré-existem ao saber, mas a linguagem que diz o objeto cria o próprio objeto.

A criação da linguagem como resultado da intersubjetividade (pela qual nossa consciência é criada) concepção presente nos estudos do Círculo de Bakhtin não vai ser tema de Foucault, que não é teórico da linguagem, mas filósofo historiador. Para ele, quando o sujeito nasce, já nasce num mundo discursivo que vai assujeitar o indivíduo, sem nenhum espaço para a ação individual. O que aparentemente pode parecer uma determinação inexorável não se sustenta, no nosso entender, haja vista que ao apontar para a possibilidade de reconhecermos esse assujeitamento, sobre ele podemos refletir. A consciência do assujeitamento é a estratégia para combater, para resistir às regulações e às opressões. Essa resistência ao assujeitamento só pode ser possível se o reconhecermos, se dele tivermos consciência, combatendo-o com as armas de que dispomos, entre elas a teoria. Em outras palavras, a partir da consciência desse assujeitamento, não estamos mais assujeitados totalmente.

Assim, é no interior da teoria do assujeitamento que emerge a possibilidade de ação do indivíduo de que fala Bakhtin (sobre a qual falamos na seção sobre dialogismo e poder). Não é isso que Foucault faz ao denunciar as opressões, as regulações presentes no hospital, na prisão, produzidas exatamente pelo poder do discurso racional e científico sobre outros discursos não hegemônicos? Ao tomar consciência dessas regulações, opressões e disciplinarizações, não podemos pretender outra forma de ação? Não é possível, desse discurso da resistência, emergir o sujeito? São questões que nos colocamos para que não fechemos todas as possibilidades de emergência do sujeito na teoria elaborada por Foucault, no nosso entender muito mais um combativo resistente do que um niilista puro.

Ainda com relação à questão do sujeito, se para Foucault o discurso é uma posição vazia que vai ser ocupada pelo sujeito, para Bakhtin, os sujeitos, formados

pelas relações intersubjetivas, ocupam posições intercambiantes, visto que o receptor também é emissor. Não há, para ambos, um lugar de sujeito determinado para sempre. Ambos, assim, desconstróem a categoria epistemológica do sujeito burguês, a epistemologia do 'faça-se você mesmo', que prega e reforça o individualismo, um individualismo que é impossível existir, se levarmos em consideração a natureza social do indivíduo.

Assim, mesmo com a natureza social do indivíduo ser relativamente um conceito difundido, é no interior da orientação individualista individual, de um sujeito livre das sobredeterminações sociais e históricas que são produzidos os discursos que disciplinam e definem o corpo. Mas tanto Foucault quanto Bakhtin não entendem o discurso como um bloco homogêneo de saberes constituído para sempre e nem os sujeitos como fontes de seus dizeres. Ora, se o discurso possui qualidades de abertura, (não há um sentido único, não há um sujeito único, não há um discurso único) explorar essas aberturas é o que permite que nossa intervenção ocorra. São essas aberturas que também nos permitem entender por que a concepção de identidade discursiva pode ser desconstruída.

Como já afirmamos, a desconstrução da identidade do sujeito como ser fundante do seu discurso é questão presente também no Círculo de Bakhtin, que recusa a imagem de língua como um sistema abstrato e unitário e o falante como um ser univocal que, ao falar apenas atualiza aquele sistema. Para os integrantes do Círculo, a realidade da consciência do sujeito é a linguagem e, portanto, o conteúdo da consciência é dado por ela. Por isso, sem linguagem não podemos falar de psiquismo humano, uma vez que sem ela o que sobraria seria apenas o processo fisiológico ou processo do sistema nervoso e nenhuma atividade mental seria possível. Segundo Bakhtin; Volochinov, (1997a, p. 112) o discurso não é a expressão da consciência, mas esta é formada pelo conjunto de discursos sociais interiorizados pelo indivíduo, num processo ininterrupto de interação. Por isso, nesse ponto, é importante destacar a importância que Bakhtin e os componentes do Círculo dão ao 'outro' na constituição do sujeito. Com efeito, para ele, nós só nos damos a conhecer como sujeitos pelo outro:

Tudo que me diz respeito, a começar por meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros (da mãe, etc.) e me é dado com a entonação, com o tom emotivo dos valores deles. Tomo consciência de

mim, inicialmente, através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão para a formação original da representação que terei de mim mesmo. [...] Assim como o corpo se forma inicialmente dentro do seio materno (corpo) assim a consciência do homem desperta envolvida na consciência do outro. (BAKHTIN, 1997b, p. 378).

Estamos, desse modo, inelutavelmente presos ao outro pela linguagem; a alteridade é uma dimensão constitutiva do sentido que damos às coisas. Sem a presença do outro, não existiríamos como consciência. Ao contrário dessa tese, a concepção de que a consciência é individual acredita que o sujeito é livre para pensar e produzir enunciados. Desse conceito deriva a idéia de que há uma liberdade abstrata de pensamento e expressão e uma criatividade que seria preciso cultivar, pois seria a expressão da subjetividade dessa consciência individual (subjetivismo idealista, já tratado nesse trabalho). Essa liberdade absoluta do indivíduo como sujeito pensante aparece segundo Faraco; Negri (1998) como resultado da não problematização do falante, entendido como um ente ideal que possui uma competência lingüística, determinada biologicamente ou como detentor de determinadas características (sexo, idade, classe social, etc.) que fazem distinguir aspectos de sua fala. Segundo esses autores, é por isso que a imagem que permanece soberana quando é preciso mencionar o falante nos estudos lingüísticos, é aquela do indivíduo construída pelo pensamento pós-medieval. No mundo medieval cabia ao ser humano exercer uma função específica numa ordem social estática, cumprindo assim um determinado plano divino e se preparando para a vida pós-morte. No mundo pós-medieval, ele passa a ser encarado modernamente como um ente individual e autônomo.

Não é desse modo que os componentes do Círculo vão entender o sujeito, haja vista a dimensão social e histórica que atribuem à sua constituição. O enunciador enquanto ser social constitui-se no entrecruzamento de várias esferas discursivas, e esse entrecruzamento de variedades de discursos no qual ele está imerso é o que permite a ele forjar discursos diferentes daqueles estabelecidos como dominantes ou como oficiais. A característica social do indivíduo é também o que determina que tudo o que ele diz está inscrito numa esfera social.

Todos esses quadros múltiplos, por sua vez, estão ensopados de valores, pois nossas ações e interações estão recobertas por diferentes axiologias. Por isso, como afirmam Faraco; Negri (1998), é que somos seres plurigenéricos e

pluriaxilógicos. Como lembra Foucault (2002, p.142) "Não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar".

Para Foucault, na esfera dos enunciados discursivos, o lugar do sujeito é vazio, podendo ser ocupado por aquele que preencher certas condições, tais como cumprir as normas institucionais, ou ter o direito de falar por estar capacitado para a função que ocupa. Estas condições é que dirão quem pode legitimamente vir a ocupar a posição de sujeito na construção do discurso oficial. Para ele, o sujeito não é o dono do discurso, por isso não importa saber quem é o autor da formulação, mas se alguém enunciou algo só pôde fazê-lo mediante condições estritas que aparecem no regime regulador dos enunciados de uma época. Isso significa entender que nem tudo pode ser dito, de qualquer lugar, por qualquer um, o que remete para o que ele chamou de interdição.

Para Bakhtin (1997b, p. 279), "todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua". Mas é uma utilização também regulada, e que por isso também pode sofrer interdições. Segundo ele, como há uma grande variedade de atividades humanas, os gêneros de discurso também são infinitos; além disso, cada esfera social cria seu repertório de gêneros. Quando fala dos gêneros, Bakhtin enfatiza o papel do outro na constituição de qualquer discurso:

Todo enunciado – desde a breve réplica (monolexêmica) até o romance ou tratado científico – comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estreitamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mudo "dixi" percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou. (BAKHTIN, 1997b, p. 294).

Há, nas sociedades constituídas, procedimentos que se encarregam de organizar, selecionar e controlar os discursos que podem ou não ser veiculados. São, segundo Foucault (2003a, p.09), regulações: "Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de

três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar".

Em “História da sexualidade I – Vontade de Saber” – Foucault explica como essas regulações são produtivas e não castradoras; como esmiuçam, controlam e vigiam com o objetivo de dominar, ou seja, não têm um cunho eminentemente repressivo e negativo, que só proíbe, mas também é um poder produtivo:

Numa sociedade como a nossa, onde os aparelhos do poder são tão numerosos, seus rituais tão visíveis, e seus instrumentos tão seguros, afinal, nessa sociedade que, sem dúvida, foi mais inventiva que qualquer outra em mecanismos de poder sutis e delicados, por que essa tendência a só reconhecê-lo sob a forma negativa e desencarnada da interdição? Por que reduzir os dispositivos de dominação ao exclusivo procedimento da lei da interdição?

Razão geral e tácita que parece se impor por si mesma: é somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos. O poder seria aceito se fosse inteiramente cínico? O segredo, para ele, não é da ordem do abuso: é indispensável ao seu funcionamento. (FOUCAULT, 1999, p. 83).

A necessidade que o poder tem de mascarar uma parte de si mesmo revela o quanto se pode ‘esconder’ sob a linguagem diversas vozes que a formam, vozes sociais que coexistem numa rede de contatos; somente entrando nessa intrincada rede de relações, nela nos envolvendo, é possível buscar as relações dialógicas que se estabelecem entre elas. Segundo Faraco; Negri (1998, p. 07), o estudo do que é dito (o estudo dos enunciados) “deixa de ser uma questão de gramática para ser uma questão eminentemente verbo-axiológico, dimensionando-a na complexa rede dialógica que se estabelece entre as diferentes vozes sociais”.

O sujeito vai nascer nessa complexa teia, nesse mundo de vozes, absorvendo a língua axiologicamente estratificada e as visões de mundo que ela contém e, junto, suas inter-relação dialógica. Somos seres construídos nessa profusão de vozes sociais, seres feitos de linguagens, somos uma profusão de discursos que se cruzam e se dispersam. Por isso é que estranhemos quando, às vezes, nos vemos repetindo o discurso do outro. Como foi que esse outro "entrou" em nós? Para Lacan, isso se deve ao fato de nascermos num mundo de discursos, que precedem o nosso nascimento e que continuará após a nossa morte.

Muito antes de uma criança nascer, um lugar já está preparado para ela no universo lingüístico dos pais: os pais falam da criança que vai nascer, tentam escolher o nome

para ela, preparam-lhe um quarto, e começam a imaginar como suas vidas serão com uma pessoa a mais no lar. As palavras que usam para falar da criança têm sido usadas, com frequência, por décadas se não séculos e, geralmente, os pais nem as definiram e nem as redefiniram, apesar dos muitos anos de uso. Essas palavras lhes são conferidas por séculos de tradição: elas constituem o Outro da linguagem, como Lacan chama em francês (*l'Autre du langage*), mas que podemos tentar converter em o Outro da lingüística, ou o Outro como linguagem. (FINK, 1998, p. 21).

Por esses pressupostos teóricos, podemos perceber o quanto a concepção de sujeito uno, indivisível, senhor de suas próprias decisões e de fonte de seu próprio dizer é problematizado, tanto por Foucault quanto pelos componentes do Circulo de Bakhtin. Mesmo sendo considerados antitéticos em alguns pontos pela crítica, a problematização do sujeito como ser fundante de seu dizer os aproxima, ainda que os horizontes axiológicos sejam diferentes.

1.6 Vontade de verdade e monologismo

Quando Foucault comenta, em “As Palavras e as Coisas” as restrições que as formas de fazer ciência impõem a uma pretensa liberdade dos cientistas, diz que, nos séculos XVI e XVII surgiu uma nova forma de vontade de verdade. Ela obrigava o sujeito de conhecimento a ter determinadas atitudes. Por exemplo, ler mais que ver, verificar mais do que comentar. Essas características da nova ciência de então se devem basicamente ao fato de que, na Idade Média, a atitude era exatamente a oposta: liam-se os clássicos e a Bíblia (atitude de ler e comentar) mas os fatos do mundo, num certo sentido, não eram vistos.

Saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar. Isto é, em fazer nascer, por sobre todas as marcas, o discurso segundo do comentário. O que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar, mas interpretar. Comentário das Escrituras, comentário dos antigos, comentário do que relataram os viajantes, comentário da lenda e das fábulas: não se solicita a cada um desses discursos que se interpreta o seu direito de enunciar uma verdade; só se requer dele a possibilidade de falar sobre ele. A linguagem tem em si mesma seu princípio interior de proliferação. [...] A tarefa do comentário, por definição, não pode jamais ser completada. (FOUCAULT, 1985, p. 56-57).

Segundo Foucault (1985, p. 57), “a linguagem do século XVI – entendida não como um episódio na história da língua, mas como uma experiência cultural global - foi sem dúvida tomada nesse jogo, nesse interstício entre o Texto primeiro e o infinito da Interpretação”.

Porém, “a partir do século XVII, a disposição dos signos tornar-se-á binária, pois que será definida, com Port-Royal, pela ligação de um significante com um significado” (p. 58). E isso trará novas questões, segundo Foucault: se antes se perguntava como reconhecer que um signo designasse realmente o que ele significava, a partir do século XVII a pergunta será como um signo pode estar ligado àquilo que ele significa.

Questão à qual a idade clássica responderá pela análise da representação: e à qual o pensamento moderno responderá pela análise do sentido e da significação. Mas por isso mesmo a linguagem não será nada mais que um caso particular da representação (para os clássicos) ou da significação (para nós). A profunda interdependência da linguagem e do mundo acha-se desfeita. O primado da escrita está suspenso. Desaparece então essa camada uniforme onde se entrecruzavam indefinidamente o *visto* e o *lido*, o visível e o enunciável. As coisas e as palavras vão separar-se. O olho será destinado a ver e somente ver, o ouvido somente a ouvir. O discurso terá realmente por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais que o que ele diz.

Imensa reorganização da cultura de que a idade clássica foi a primeira etapa, a mais importante talvez, posto ser ela a responsável pela nova disposição na qual estamos ainda presos – posto ser ela que nos separa de uma cultura onde a significação dos signos não existia, por ser absorvida na soberania do Semelhante, mas onde seu par enigmático, monótono, obstinado, primitivo, cintilava numa dispersão infinita. (FOUCAULT, 1985, p. 59 itálico do autor).

Para Foucault, essa nova disposição se apresentará de duas maneiras: o sistema dos signos no mundo ocidental, que era ternário desde o estoicismo, (significado, significante e “conjuntura”) vai ser fixado numa forma binária que os tornará estáveis; por sua vez, a linguagem, em vez de existir como escrita material das coisas terá espaço somente no regime geral dos signos representativos.

Essa nova forma de fazer ciência é o que Foucault vai chamar de vontade de verdade, uma vez que a verificação (ver mais que comentar) passa a ser a característica da modernidade. Segundo Possenti, essa vontade de verdade pode também estar relacionada com os fatos da língua. Disse ele:

Eu me pergunto se, em relação aos fatos de língua ainda não somos, muitos de nós, medievais: quando aparece um fato novo, vamos aos livros para ver se eles o registram. Se não, o fato pode ser considerado um erro. Não nos ocorre que os livros podem ser imperfeitos, ou feitos com determinados objetivos, que impedem o registro de certos fatos. (POSSENTI, 2001, p. 61).

O comentário de Possenti alude ao estatuto de verdade que damos aos registros que estão sob a chancela de uma instituição, de uma cientificidade

atestada historicamente, mas que deve ser relativizada. É o que Foucault faz na obra “Microfísica do Poder” (2003), ao abordar a questão da ideologia e de explicar as razões de considerá-la uma noção que deve ser utilizada com precaução, pois

queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso revela da cientificidade e da verdade e o que revelaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. (FOUCAULT, 2003b, p. 07).

Essa precaução tem sua razão de ser. Quando fala do discurso em “A Ordem do Discurso” (2003a) Foucault afirma ser o discurso um objeto de desejo, pelo qual lutamos, querendo que o nosso seja ‘o’ discurso, aquele que contém ‘a’ verdade.

Segundo ele, “há um combate pela verdade”, ou pelo menos, “em torno da verdade” cuja existência não se dá fora do poder. Para o autor

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2003b, p. 12).

Segundo ele, a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidades, exército, escritura, meios de comunicação); é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).

Esse combate “em torno da verdade” procura atribuir ao ‘verdadeiro’ efeitos específicos de poder. Segundo ele

Há um combate pela verdade ou, pelo menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico político que ela desempenha. (FOUCAULT, 2003b, p. 13).

Esses pressupostos teóricos em torno da questão da verdade nos fazem refletir sobre certos enunciados tidos como inquestionáveis porque considerados verdadeiros e que nos acostumamos a ouvir sem relativizá-los ou sem refletir sobre eles como construções discursivas históricas e situadas. Esses enunciados estariam, se levamos em conta as considerações do teórico, ligados a um “regime de verdade” sustentado por sistemas de poder que os reproduzem. Assim, os discursos das mais diversas esferas sociais, hegemônicos e que são costumeiramente repetidos, seriam apenas uma das possibilidades de construção de realidades.

Se todo enunciado se dirige a outro enunciado, como enfatiza Bakhtin, o discurso estabelece uma relação de sujeição entre o sujeito enunciator e o outro – aquele a quem procura sujeitar. Assim, a construção dos sujeitos e, conseqüentemente dos próprios discursos, está relacionada com o caráter de luta que a construção de qualquer tipo de discurso envolve. Na voz oficial da empresa, por exemplo, tema da presente pesquisa, representada pelo discurso de autoridade dos empresários na relação entre o capital e o trabalho, pode-se pretender impor, pelo caráter intrínseco a esse tipo de discurso, uma visão de mundo que pode ser a de um grupo (empresários) sobre outro (trabalhadores).

Assim, toda e qualquer informação sobre a empresa ou sobre a relação capital x trabalho é uma interpretação que privilegia determinados aspectos e por mais que nos esforcemos nunca conheceremos todos eles e aquilo que acreditamos ser sua imagem seria, na verdade, uma montagem de uma série de pontos de vista, sempre parciais, porque produzidos nos mais diversos aparelhos políticos ou econômicos, como enfatiza Foucault. É assim que o efeito de ‘verdade’ é produzido e mesmo que tivéssemos acesso a outros pontos de vista sobre o objeto analisado, essa análise seria sempre parcial.

Esse efeito de verdade de que nos fala Foucault (2003b) pode ser entendido, em Bakhtin, como o monologismo (1998), efeito de sentido de que há uma voz única para que expliquemos os acontecimentos discursivos de nosso tempo.

Na obra “Problemas da Poética de Dostoievski”, Bakhtin, ao analisar o diálogo em Dostoievski afirma (1981, p. 223): “Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência”. O que Bakhtin revela com essa afirmação é o princípio dialógico que rege seus estudos, em contraposição à orientação monológica da filosofia idealista. Segundo ele, “os princípios do monologismo ideológico encontram na filosofia idealista a expressão mais nítida e teoricamente precisa. O princípio monístico, isto é, a afirmação da unidade do *ser*, transforma-se, na filosofia idealista, em princípio da unidade da *consciência*”. (1981, p. 67, itálico do autor).

Ao fazer a crítica da unidade da consciência propagada pela filosofia idealista, ele afirma que ao lado dessa consciência indivisa e inevitavelmente única, há uma infinidade de consciências humanas empíricas. Mas no ideal, diz ele, “uma consciência e uma boca são totalmente suficientes para toda a plenitude do conhecimento”. Bakhtin (1981, p. 67) acredita que

Essa fé na auto-suficiência de uma consciência em todos os campos da vida ideológica não é uma teoria, criada por esse ou aquele pensador; é, isto sim, uma profunda particularidade estrutural da criação ideológica da Idade Moderna, que determina todas as formas externas e internas dessa criação.

Percebe-se que o que Bakhtin formula não é um arcabouço teórico, mas, como diz Brait (1994, p. 16), a concepção de linguagem do pensador russo é, antes, uma postura científico-filosófica, uma vez que “o discurso e seu concerto incessante de produção de efeitos de sentido não é jamais um objeto pacífico e passível de submissão ao monologismo de uma teoria acabada”. Desse modo, ele vê no monologismo uma forma “estrutural da criação ideológica da Idade Moderna”, em que a voz única, detentora da verdade procura se impor sobre outras vozes, subjugando-as. É uma forma de compreensão unicentrada e unidirecionada que tende a absorver o outro em dependência cognitiva. Por isso, foi chamado por Zavalla de imperialismo epistêmico, no texto *Notes on the cannibalistic discourse of*

monologism (1993), em que o autor define o discurso monológico como uma “forma de apropriação dialógica do contrário, que substitui outras experiências pela própria”.

Enquanto princípio de representação, essa cultura ideológica apresenta e admite apenas uma idéia de verdade. Esse horizonte monológico representa o outro como um objeto sem voz, isolando e fragmentando o sujeito enquanto objeto reificado. Não leva em consideração a multiplicidade de significados de palavras e expressões, nem a plurivocidade em que estamos mergulhados. Antes, esse tipo de orientação procura unificar os significados e as vozes, na tentativa de produzir uma palavra final com a intenção de limitar ou mesmo eliminar interpretações, objetivando reduzir diferenças de posição, de entendimento dos eventos ou das atividades humanas.

Esse mundo da monologia apela para uma política de percepção da realidade em que o tempo e o espaço são também estáticos e unilineares. Bakhtin utiliza a metáfora da consciência ptolomaica de mundo para analisar como isso ocorre. No ensaio *Da pré-história ao discurso romanesco* (1998) em que ele analisa o nascimento do romance, aborda o mito de uma só linguagem, a idéia grega acerca da formação unitária desta, baseada em duas suposições: a primeira, que entendia a língua nacional como a única língua completa, ‘real’. Os gregos sabiam que havia muitas outras línguas nacionais no mundo, mas faziam uma distinção entre a língua deles e todas as demais, consideradas inferiores, bárbaras. A segunda, o mito da monoglossia, que supõe uma linguagem una, homogênea, sem diferença entre os vários discursos e dialetos que constituem a língua nacional. A primeira suposição é surda à poliglossia ou às diferenças de interlinguagens; a segunda recusa-se a ouvir a heteroglossia ou as diferenças de intralinguagens.

As duas pressuposições por trás de uma linguagem mítica unificada foram desconstruídas pelo poder do riso, analisado por Bakhtin nos escritos sobre o contexto de Rabelais, e pela interação com outras línguas nacionais, cada uma das quais pressupunha sua própria unidade e singularidade. O riso, por meio da sátira e da paródia, punha em questão a ‘santidade’ da linguagem unificada. E à medida que o contato com outras línguas se tornou mais comum e continuado, a ilusão do privilégio absoluto de qualquer linguagem isolada ficou desgastada. O mito da linguagem unitária foi sendo desmontado pelo plurilingüismo.

No processo do aclaramento recíproco das línguas e culturas, a língua tornou-se algo inteiramente diferente, modificou-se na sua própria qualidade; em lugar do mundo lingüístico ptolomaico, único e fechado, surge o mundo aberto de Galileu, de muitas línguas que se iluminam umas às outras. (BAKHTIN, 1998, p. 382).

De acordo com Bakhtin (1998, p. 384)

todos esses processos de mudança e renovação da língua nacional refletidos pelo romance não apresentam um caráter lingüístico-abstrato: eles são inseparáveis do conflito social e ideológico, do processo de formação e renovação da sociedade e do povo. [...] O mito de uma só língua e o de uma língua única perecem ao mesmo tempo.

Nesta época, uma percepção da diferença entre línguas específicas se fez sentir de maneira tão intensa que criou toda uma nova atitude frente à atividade da linguagem. Esta condição poliglota veio acompanhada de um novo senso de diferença entre os vários estratos discursivos no interior de uma língua nacional, a condição que Bakhtin denominou heteroglossia.

Cada época histórica da vida ideológica e verbal, cada geração, em cada uma de suas camadas sociais, tem a sua linguagem: ademais, cada idade tem sua linguagem, seu vocabulário, seu sistema de acentos específicos, os quais, por sua vez, variam em função da camada social, do estabelecimento de ensino (a linguagem do cadete, do ginásiano, do realista, são linguagens diferentes) e de outros fatores de estratificação. [...] Enfim, em cada momento dado coexistem línguas de diversas épocas e períodos da vida sócio-ideológica. Existem até mesmo linguagens dos dias: com efeito, o dia sócio-ideológico e político de "ontem" e o de hoje não têm a mesma linguagem comum; cada dia tem a sua conjuntura sócio-ideológica e semântica, seu vocabulário, seu sistema de acentos, seu slogan, seus insultos e suas lisonjas. (BAKHTIN, 1998, p. 97 - 98).

Para Bakhtin, o romance é a expressão da consciência galileana da linguagem, que rejeitou o absolutismo de uma língua só e única, reconhecendo a pluralidade de línguas nacionais e sociais. Segundo ele, é com o romance (na literatura) que vai ser possível o plurilingüismo aparecer, quando as linguagens se correlacionam dialogicamente e começam a existir umas para as outras, como se fossem réplicas de um diálogo. A linguagem literária, assim, torna-se um diálogo de linguagens que se conhecem e se compreendem umas às outras. Trata-se de uma revolução muito importante e substancialmente radical nos destinos do discurso

humano: é a libertação fundamental das intenções semântico-culturais e expressivas do poder de uma língua única e só e, conseqüentemente, trata-se também da perda da percepção da língua como um mito, como uma forma absoluta de pensamento.

Essa mudança no modo de conceber a linguagem não está restrita ao gênero do romance, mas a todas as outras esferas da atividade verbal, seja na conversação cotidiana, seja em qualquer outra esfera sociocultural (artística, científica, filosófica, religiosa, política, jurídica, jornalística). É a essa interanimação que Bakhtin vai chamar de heteroglossia dialógica.

Mas apesar dessa constatação, a mudança de uma consciência unicentrada, tal como se apresentava no unilingüismo fechado e obtuso, a que ele denominou consciência ptolomaica de mundo, para uma consciência galileana ou consciência da diversidade das línguas que há no mundo, não se apresenta como algo fácil de acontecer, justamente porque não é apenas uma 'mudança' de 'a' para 'b', mas uma relação estabelecida entre língua, ideologias e visões de mundo, em condições sócio-históricas definidas. Não basta apenas aderir a modos de dizer que levem em consideração a 'guerra discursiva' em que estamos inseridos, se a vontade de verdade, como afirma Foucault, permanece conosco. Assim, numa sociedade como a nossa em que a regulação é a norma, a consciência ptolomaica de mundo ajuda a generalizar universalizações, valores, tradições e formas autoritárias de dominação cultural.

Impossível não lembrar, aqui, do Panóptico do observador, que Foucault chamou de ficção regulatória, feita com a pretensão de regular, normalizar e qualificar. Assim como o monologismo, essa observação feita a partir de um lugar que pretende regular tem a pretensão de dominar, levando à exclusão.

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (FOUCAULT, 1987, p. 180).

Panóptico de Bentahm é uma arquitetura do século XVIII, idealizada por Jeremy Bentham, filósofo inglês. Esse tipo de construção permite, a partir de determinado ponto, avistar todo o interior de um edifício (ou claustro). Deste lugar ou

torre de observação, o Diretor da prisão – segundo a idealização de Bentham – “veria sem ser visto”. Assim, ele monitoraria o comportamento no claustro amparado na incerteza de quem é observado. Entre outras coisas, esta incerteza resultaria em economia e eficácia no controle dos subalternos, detentos ou doentes enclausurados, uma vez que, tendo a privacidade invadida de modo furtivo, o vigiado acabaria, ele mesmo, em dado momento, se vigiando. Foucault estudou a impessoalidade no Panóptico de Bentham e desconfiou que “o grande olho” não precisaria necessariamente ser do Diretor; podia ser de um amigo, um simples funcionário subalterno, inclusive podia não ser ninguém, mas a própria internalização do olhar de fora, que continuaria a vigiar.

Nessa espécie de construção, o vigia situa-se no centro; cada indivíduo ocupa uma cela no círculo exterior, não podendo comunicar-se com seu vizinho e em permanente vigilância a partir de uma abertura para o centro. Como a iluminação vem de fora, vê-se a silhueta do prisioneiro, alvo fácil para vigiar, punir e examinar. Segundo Araújo (2000, p. 77), até hoje esse prédio ideal de Bentham é projetado, com poucas variações, devido a sua grande utilidade como máquina que pode corrigir, curar, instruir, guardar loucos, treinar operários, recuperar mendigos e desocupados. Segundo Foucault, um modo econômico de fazer funcionar relações de poder.

A construção da identidade serve-se também do mesmo princípio para excluir todo aquele que não esteja adequado aos parâmetros tidos como universais: sexo, idade, etnia, religião, nacionalidade, etc. São parâmetros também esquadrihados, normalizados, expurgados, controlados, vítimas do mesmo entendimento redutor e monológico da vida. Em nome dele, muitas vezes excluímos o diferente por não corresponder às categorias universalmente aceitas, assim como no século XVIII o louco foi distinto do não louco, o normal do anormal, o delinqüente do inocente.

Hoje, no mundo do trabalho, vemos o discurso da gerência aparecer, entendido por Ball, citado por SILVA (1996, p. 263) como imperialista, uma vez que vê o mundo social como “preso num caos irracional, necessitando ser trazido a uma ordem redentora”. Para tanto, constrói sua superioridade através de um conjunto de poderosas oposições: a ordem contra o caos, a racionalidade contra a irracionalidade, a eficiência contra a ineficiência, a meritocracia contra a influência

peçoal. Essa perspectiva oferece, segundo Ball, a racionalidade e a eficiência para promover o controle sobre os trabalhadores. É uma tecnologia moral e política, que exclui todo aquele que não se adequar aos ‘parâmetros’ consagrados. Por isso, deixa de fora outras formas de entender o mundo, como constata Placer (1998, p. 136).

Que vidas, que formas de estar no mundo tivemos que evacuar para poder desenvolver, sobre nós e sobre os demais, um olhar tão envaidecido como aquele que quer embutir, categorizar, identificar, e diferenciar tudo? Que formas de sabedoria, de contemplar e perceber, de ignorar e conhecer, de horrorizar-se e maravilhar-se, de ir e vir foram afogadas nessas patrulhas pelo mundo e pela vida à caça e captura da identidade e da alteridade? Que modos de fragmentar e de experimentar o dentro e o fora, de inventar e descobrir, de unir e separar acabaram fazendo de nós seres adeptos da delimitação, devotos da finitude, apegados à determinação, isto é, seres reivindicadores de identidade?

O ponto de vista absoluto e universal da única voz, da vontade de verdade constitui, assim, uma exclusão do ‘outro’, ao ganhar universalidade e permanecer como ‘a’ interpretação que fixa, reproduz e reacentua o caráter monológico. Para construir essa cultura hegemônica monológica, as reproduções de estereótipos e de clichês são mecanismos utilizados para perpetuar a subordinação. Assim é que todo aquele que não se enquadrar nas categorias apregoadas como universais⁷ é expurgado. Reconstruídos como totalidade, os indivíduos perdem sua singularidade.

O monologismo é uma forma de discurso ‘canibalístico’ que tenciona reduzir o mundo em uma única e racional ordem de totalização. ‘Canibalístico’ porque, quando falamos em nome de outros, tentando assumir suas vozes e experiências a intenção é ‘engolir’ suas histórias, pensamentos, posicionamentos, etc. (ZAVALLA, 1993). Esse monólogo é falado em nome da razão, da civilização, da cultura, ou do gênero do discurso e oferece verdades definitivas, em uma linguagem que se pretende transparente e não problemática.

A forma monológica de percepção do conhecimento e da verdade [...] só surge onde a consciência é colocada acima do ser e a unidade do ser se converte em unidade da consciência. [...]

⁷ Um universal é uma qualidade ou propriedade que cada membro individual de uma classe de seres deve possuir para que a mesma palavra possa ser aplicada a todas as coisas nesta classe.

Com base no monologismo filosófico é impossível uma interação substantiva de consciências, razão pela qual é impraticável um diálogo substantivo. Em essência, o idealismo conhece apenas uma modalidade de interação cognitiva entre as consciências, ou seja, o sujeito que é cognoscente e domina a verdade ensina ao que não é cognoscente e comete erros, vale dizer, conhece a inter-relação entre o mestre e o discípulo e, conseqüentemente, apenas o diálogo pedagógico. (BAKHTIN, 1981, p. 68).

Em contrapartida, o dialogismo tem como fundamento de toda a existência o 'outro' e o diálogo como uma constante troca entre o que já é e o que não é ainda. O intercâmbio contínuo entre o 'eu' e o 'não-eu-em mim', ou seja, as outras vozes que vivem em mim, é uma atividade da consciência humana. O *self* bakhtiniano nunca é sozinho, nunca está completo, uma vez que só pode existir dialogicamente. Não é uma essência ou substância por direito próprio; existe apenas num relacionamento tenso com o outro, ou com os outros. É preciso lembrar que, de acordo com Bakhtin, o ser humano é um ser social dadas as infinitas e múltiplas vozes sociais que o circundam, atravessadas por uma tensão permanente entre o devir e a história, mas é dessa imensa diversidade de vozes e de suas relações dialógicas que emerge como possível a individualidade, a singularidade que se constituirá explorando o espaço infindo da tensão dialógica das vozes sociais. A individualidade é, assim, uma característica social.

Desse modo, a consciência não está centrada no agente, como no monologismo, em que "até mesmo onde a questão gira em torno de uma coletividade, da diversidade de forças criadoras, a unidade é ilustrada pela imagem de *uma* consciência: do espírito da nação, do espírito do povo, do espírito da história, etc." (BAKHTIN, 1981, p. 68, *itálico nosso*).

No monologismo, as interpretações e avaliações do autor dominam todas as demais e constituem-se num todo compacto e preciso. Qualquer intensificação das entonações do outro em outro discurso é apenas um jogo que o autor se permite para em seguida dar uma ressonância mais enérgica ao seu próprio discurso:

Qualquer discussão entre duas vozes num discurso com o intuito de assenhorar-se dele, de dominá-lo é resolvida antecipadamente, sendo apenas uma discussão aparente. Cedo ou tarde, todas as interpretações plurissignificativas do autor se incorporarão a um centro do discurso e a uma consciência, todos os acentos, a uma voz. (BAKHTIN, 1981, p. 177).

Por sua vez, a orientação dialógica do discurso é completamente diferente, uma vez que o 'outro' do discurso está sempre presente, não como receptor passivo, mas como aquele que compreende e responde. "O discurso sente tensamente ao seu lado o discurso do outro falando do mesmo objeto e a sensação da presença deste discurso lhe determina a estrutura." (BAKHTIN, 1981, p. 171). Esse dialogismo velado é assim descrito por Bakhtin:

Imaginemos um diálogo entre duas pessoas no qual foram suprimidas as réplicas do segundo interlocutor, mas de tal forma que o sentido geral não tenha sofrido qualquer perturbação. O segundo interlocutor é invisível, suas palavras estão ausentes mas deixam profundos vestígios que determinam todas as palavras ausentes do primeiro interlocutor. Percebemos que esse diálogo, embora só um fale, é um diálogo sumamente tenso, pois cada uma das palavras presentes responde e reage com todas as suas fibras ao interlocutor invisível, sugerindo fora de si, além dos seus limites, a palavra não pronunciada do outro.

Como o monologismo tenta obliterar a voz do outro, é pela análise sintática e semântica que a multiplicidade de vozes 'apagadas' pela orientação monológica pode vir à tona. A essa multiplicidade de vozes, a análise do discurso denominou heterogeneidade, baseada na idéia de que a linguagem é tecida a partir do discurso do outro, que é o 'exterior constitutivo', o 'já-dito' sobre o qual qualquer discurso se constrói. Isso quer dizer que o discurso opera sobre outros discursos, atravessados e habitados pelo discurso do outro. Por isso, a fala é constitutivamente heterogênea. Sob a palavra, há outras palavras. A palavra do outro é condição de constituição de qualquer discurso.

Essa condição heterogênea de constitutividade, porém, muitas vezes não está explicitamente mostrada no fio do discurso, porque não revela a alteridade, o outro, na sua manifestação, quando não vem marcada lingüisticamente por aspas, por travessões, negação, etc, marcas objetivas da presença do outro. Como é possível, então, perceber essa presença? Nesse ponto, recorreremos à memória discursiva de uma dada formação social. É ela que nos ajuda a entender os pontos de vista múltiplos sobre uma dada realidade, pois pela apreensão dos diferentes discursos que circulam numa formação social, em que há grupos de interesse divergentes, observamos as relações polêmicas entre as diversas vozes. É ainda pela memória discursiva que saberemos o que uma determinada época pôde dizer

devido a certos arranjos entre o discurso e condições não-discursivas (FOUCAULT, 2002).

Para tanto, será necessário inscrever esse discurso na história, o que não significa relacioná-lo mecanicamente com este ou aquele aspecto ou acontecimento da vida social, alerta que Bakhtin faz quando critica o ideologismo. Desenvolver uma análise com a preocupação de inscrever o seu objeto na história significa levar em conta a historicidade discursiva, o que significa estudar as condições de aparecimento do enunciado, como afirma Foucault, mas também perceber o quanto esses enunciados têm o poder de ressignificação:

Sabemos – e talvez desde que os homens falam – que as coisas, muitas vezes, são ditas umas pelas outras, que uma mesma frase pode ter, simultaneamente, duas significações diferentes; que um sentido manifesto, aceito sem dificuldade por todos, pode encobrir um segundo, esotérico ou profético, que uma decifração mais sutil ou apenas a erosão do tempo acabarão por descobrir, que sob uma formulação visível pode reinar uma outra que a comande, desordene, perturbe, lhe imponha uma articulação que só a ela pertence; enfim, que, de um modo ou de outro, as coisas ditas dizem bem mais que elas mesmas. (FOUCAULT, 2002 p. 126-127).

Assim, passar de uma consciência ptolomaica de linguagem para uma consciência galileana implica, antes de tudo, compromisso assumido com os outros que vivem dentro de nós e que foram constituídos na relação com os nossos outros exteriores: uma profusão de vozes emergentes e imersas, muitas vezes abafadas pela orientação monológica de concepção de mundo.

Por outro lado, implica perceber o quanto as ‘verdades’ são construções discursivas em torno das quais os homens lutam; verdades produzidas no interior desses embates, nas relações sociais e históricas que permitem que ora aflore, de modo hegemônico, determinadas concepções de homem, ciência, história, sociedade, linguagem, etc.

Portanto, com base nos pressupostos teóricos de Michel Foucault e de Mikhail Bakhtin acreditamos que não é possível pensar a produção do conhecimento, a constituição da verdade, da linguagem e da subjetividade humana prescindindo do permanente embate discursivo do qual participamos diuturnamente.

2. ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem o objetivo de analisar os dados coletados para a presente pesquisa. São enunciados do discurso do 'time' destinados à área empresarial, selecionados entre tantos outros dizeres que circulam nessa área. Quando se trata de análise do discurso, porém, as categorias de análise não estão dadas *a priori*; foi, portanto, no processo da leitura desses enunciados selecionados para análise que elas foram sendo construídas, pela observação do 'exercício' do dizer. Na leitura analítica dos dados de pesquisa algumas características (regularidades) foram emergindo, como a noção de língua como código, a repetição de certos vocábulos e o uso de metáforas, como veremos a seguir.

Nossos dados de pesquisa são compostos de obras destinadas a empresas: "Administração Estratégica" (2001); "Novos Paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas" (1996) "Gestão de Pessoas" (1999); "Os Gênios da Organização" (1999); "Introdução à Teoria Geral da Administração" (1996); "O que podemos aprender com os gansos" (2001); "Trabalho de Equipe" (2002); "Como trabalhar em Equipe" (2002). Além dessas obras, a apostila Oficinas de Empreendedorismo (1996), a Revista Conexão 14 (2001) e um panfleto publicitário fizeram parte de nossos dados de pesquisa.

A seleção dos enunciados do discurso organizacional empresarial, como já dito, teve o objetivo de investigar a estreita relação que há entre a construção da subjetividade e o discurso do 'time', uma vez que, considerados os substratos teóricos de Foucault e Bakhtin, essa construção se dá sempre na inter-relação de vozes sujeitas à história, à ideologia e ao poder.

Na seção 2.1, analisamos o discurso destinado à empresa em que a supremacia do código, ou a noção de língua como sistema aparece como aquele que permite um entendimento unívoco das comunicações internas. Consideramos relevante tal análise porque entendemos que o discurso da importância do código para a eficiência da comunicação está estreitamente relacionado com o discurso do 'time', que também se constituiu objeto de análise nesse capítulo, na seção 2.3.

Na seção 2.2, analisamos o discurso da crítica que se faz ao individualismo no interior da empresa, para entendermos a construção do discurso organizacional

empresarial, uma vez que esse discurso refuta o individualismo em nome do grupo, ou do 'time'.

Na seção 2.3, analisamos o discurso do trabalho em equipe, aquele que supostamente 'apaga' as relações hierárquicas no interior da empresa e as metáforas usadas para expressar a união e a cooperação. Tratados como 'time', ou como equipe, as individualidades dos trabalhadores são diluídas, como se todos os componentes da equipe pensassem e objetivassem uma única meta: o desenvolvimento da empresa.

Nas seções 2.4 e 2.5 analisamos duas palavras presentes no discurso organizacional empresarial, que são entendidas não como componentes isolados do contexto onde surgem, mas como signos ideológicos, indicadores dos horizontes apreciativos de que fala Bakhtin. Essas palavras foram selecionadas por dois motivos: a) pela recorrência com que são utilizadas nas publicações destinadas à área empresarial, b) por remeterem para uma suposta tentativa de 'pessoalização', de humanização das relações de trabalho. São elas: 'pessoas' e 'nós', ambas remetendo para um efeito de sentido incluído no discurso organizacional empresarial.

2.1 A organização empresarial e a comunicação: a supremacia do código

Dada a grande variedade de matizes com que se apresenta o discurso da cultura empresarial, selecionamos previamente, diante dessa grande variedade, alguns enunciados representativos desse discurso, como a obra "Administração Estratégica" de autoria de Saloner, Shepard, Podolny (2001), em que os autores apresentam aquilo que se convencionou chamar de cultura da empresa, apresentando a cultura da Hewlett Packard (HP), denominada 'The HP Way'. Escolhemos essa obra por considerá-la representativa do discurso organizacional empresarial que dá destaque ao discurso da união, baseada no que diz Maingueneau em "Semantique de la polemique" (1983). Nessa obra, o autor investiga o discurso do jansenismo e do humanismo, utilizando-se de poucos textos representativos de cada discurso, tendo em vista que, se o discurso pode mesmo

ser entendido como um conjunto de coerções semânticas, estas devem estar em todo e qualquer um dos textos desse discurso.

Assim, é possível selecionar apenas um dos textos (visto como enunciado) representativos desse discurso para encontrar os traços semânticos que o definem. Consideramos que o fragmento abaixo, recortado da obra citada acima é representativo de um discurso recorrente no interior das organizações empresariais:

As realizações de uma organização são resultados de esforços combinados de cada indivíduo na organização, trabalhando em prol de objetivos comuns. Estes devem ser realistas, **claramente entendido por todos** e devem refletir o caráter e a personalidade básicos da organização. (SALONER, SHEPARD, PODOLNY, 2001, p. 55, grifo nosso).

O discurso de se estabelecer uma linguagem que consiga expressar os objetivos de modo transparente e “claramente entendido por todos” no universo discursivo empresarial é o que teve a nossa atenção, principalmente por entendermos ser este um discurso facilmente reconhecido pela comunidade (empresarial ou não). Que implicação há com relação ao uso da linguagem, ou melhor, que concepção de linguagem norteia esse discurso que pretende estabelecer objetivos comuns e que sejam claramente entendidos por todos?

A noção de que é possível um entendimento unívoco, unidirecional e homogêneo da comunicação revela uma visão especular da ‘realidade’, ou seja, a de que o universo é constituído de coisas muito simples, claras e distintamente cognoscíveis, a de que há um vocabulário-mestre que permite interpretar os discursos de modo igual, por todos, indistintamente. A língua é vista como código.

Na obra citada, os autores abordam a questão da comunicação no capítulo cinco, dedicado a entender o processo comunicativo no interior das empresas. Neste capítulo, os autores conceituam comunicação baseados na teoria da informação tal qual descrita por Shannon e Weaver⁸ que entendem a comunicação como transmissão de informações: uma fonte emissora de informação (emite humano) seleciona, em um conjunto de mensagens possíveis, dada mensagem; um emissor (mecânico) a codifica (converte em sinais) de acordo com as regras e combinação

⁸ Claude Shannon e Warren Weaver eram engenheiros que trabalhavam para a Bell Telephone, nos EUA. Em 1949, apresentaram, no livro *Theory of Communication*, seu modelo teórico matemático da comunicação.

de um código determinado; assim convertidos, esses sinais são transmitidos por meio de um canal específico a um receptor (mecânico). Este capta os sinais e os decodifica, recuperando a mensagem original e permitindo sua assimilação por parte de um destinatário (humano). Portanto, o foco principal é o problema técnico de se transmitir um sinal de um ponto a outro, a despeito de diversas interferências que possam afetá-lo durante a transmissão. Para Saloner, Shepard e Podolny (2001, p. 81).

embora não haja um modelo único de comunicação humana que leve em consideração todos os elementos que possam ser envolvidos numa situação específica, todos os modelos incluem os quatro elementos básicos da troca de informações: uma fonte de informação, uma mensagem, um receptor e uma interpretação da mensagem.

Os autores admitem, porém, a falácia de se entender o processo da comunicação como mecânico, dedicado a fazer com que a mensagem chegue a um destino em particular com o mínimo de distorções e erros, afirmando que esse tipo de modelo não pode ser aplicado literalmente à comunicação humana, pois é necessário decodificar a informação, que pode ser escrita, falada, posta em cartões, discos ou fitas, etc. De outro lado, a figura do receptor decodifica e interpreta a mensagem colocando-a em ação. O sinal da recepção, porém, é afetado pela quantidade de ruído, estática ou erros do sistema, o que inviabiliza que o comunicado obtenha sucesso.

Como se vê, quando fazem a crítica ao modelo, os autores não escapam à orientação objetivista abstrata de entendimento da linguagem, tal como discutida no capítulo teórico, uma vez que atribuem ao código (e não aos falantes e a todos os fatores a eles relacionados) a possibilidade de 'erro' na comunicação. Acreditam, portanto, no sucesso da comunicação unívoca:

Assim, a comunicação não estará completa enquanto o receptor não tiver interpretado a mensagem, se o ruído for demasiadamente forte em relação ao sinal a mensagem não chegará ao destino ou chegará embaralhada. Neste contexto mais amplo, todavia, a exatidão da comunicação se refere até que ponto o receptor consegue interpretar o sinal de modo consistente com a intenção do transmissor. (SALONER, SHEPARD, PODOLNY, 2000, p. 82).

Depois de apresentar a teoria da informação tal qual descrita por Shannon e Weaver, os autores alertam para o fato de que tal teoria não leva em consideração que pessoas diferentes dão significados diferentes a coisas e eventos, e, portanto, as mensagens nem sempre são percebidas da forma como se pretendia. Propõem, então, que se concentrem esforços nos diversos modelos comportamentais de comunicação e na forma como os significados são interpretados. Afirmam que (2000, p. 82, grifo nosso) “como os significados surgem a partir da **interação social**, o significado dentro de uma mensagem é influenciado tanto pela própria informação como pelo contexto da mensagem”.

Apesar de os autores falarem de interação social, alertamos para o fato de que não é a mesma concepção de interação social como vista por Bakhtin. Para este, “toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*” (BAKHTIN, VOLOCHINOV, 1997 a, p. 113, itálico dos autores). É nesse embate dialógico que se constroem as relações sociais. E por ser dialógica, a palavra não pertence totalmente a um ou a outro, mas adquire seus efeitos de sentido a partir dessa interação.

Assim, “a própria informação e o contexto da mensagem”, que parecem ser as preocupações centrais do modelo adotado pela empresa, não problematizam o falante, uma vez que o sujeito fica de fora dessa interação. E quando surge a figura do sujeito, ele é tratado como se fosse um ser centrado, dotado de consciência plena de seus atos e pensamentos. Não há, nessa concepção, nenhuma alusão às sobredeterminações históricas e sociais vivenciadas pelo homem situado. Agentividade, intenção, consciência una são conceitos utilizados com o efeito de sentido de determinação da vontade do sujeito uno, centrado, senhor da sua história. A preocupação com o ruído da mensagem determina que não se problematize o sujeito, mas o meio utilizado para a disseminação da informação.

Na página 82 do capítulo destinado à análise da comunicação no interior da empresa, ao abordarem o conceito de significado, os autores alertam para o fato de que “antropólogos lingüistas demonstraram que as palavras ‘comuns’ são

interpretadas de maneira bem diferente pelas **peessoas**⁹, porque o significado delas está na mente das **peessoas** e não nas palavras em si”, revelando assim, uma concepção idealista da linguagem, depois de haverem, alguns parágrafos acima, abordado a questão da significação como um processo de interação social. Se estiver na mente das pessoas, não há necessidade de um processo de interação para que os significados se construam.

Mas, se nossa natureza social não permite que escapemos à interação, é importante apreender melhor a diversidade de relações que se estabelecem no interior de uma determinada interação humana, já que é importante saber se ela é circunstanciada pela relação entre interlocutores, entre discursos ou entre moléculas. Segundo Morato (2004, p. 313)

Se não podemos simplesmente recusar a afirmação segundo a qual praticamente toda ação humana procede de interação, a mesma disposição não pode ser aplicada com relação ao que pode ser entendido em Lingüística por interacionismo. Reconhecendo-se o esvaziamento semântico que passou a partir de um certo momento a marcar a expressão, uma legião de termos invocados para predicá-la ou qualificá-la epistemologicamente surgiu em várias áreas.

Se no interior da Lingüística, como afirma a autora, é possível haver diversos sentidos para a expressão interacionismo, isso parece também ocorrer em outras áreas do saber, como ocorre no enunciado sob análise. Esse aparente “esvaziamento semântico” a que se refere nos lembra o que diz Bakhtin; Volochinov (1997a, p. 37) “O signo [...] é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica”. A possibilidade de poder preencher qualquer função ideológica é o que permite que a palavra ‘interação’ possa ser utilizada pelas mais conflitantes concepções, embora com sentidos, enfim, com valorações diferentes, como ocorre com os autores citados. Ora como código, ora como interação, ou ora como idealismo, eles vão preenchendo os sentidos da expressão ‘interação social’, como se ela fosse independente dos enunciados já-ditos, apenas como palavra isolada do seu contexto mediato e imediato.

⁹ Grifo nosso, por ser palavra recorrente nas publicações dessa área, conforme se verá mais adiante, nesta dissertação.

Além disso, ao apontar para a necessidade de se priorizar os modelos comportamentais de comunicação, esses autores apresentam uma inspiração behaviorista. No pensamento psicológico do behaviorismo, o produto de uma aprendizagem efetuada não vai representado por um conteúdo a ser adquirido, mas por comportamentos a serem apresentados uma vez concluída a aprendizagem. Uma orientação em que os fatores culturais não são levados em conta, uma vez que o modelo não faz a eles nenhuma referência.

Em nosso ponto de vista, a metáfora condutivista que define a mensagem como o trânsito de um emissor para um receptor e que trouxe um grande desenvolvimento para as tecnologias materiais de comunicação não é suficiente para dar conta das relações humanas de comunicação. Apesar das numerosas críticas a esse modelo, disponíveis na literatura atual¹⁰, é interessante observar a recorrência com que os conceitos de emissor e receptor são mantidos até hoje, conferindo ao emissor a capacidade de gerar sentido para a mensagem, num contexto teórico de ação teleológica, ou seja, ação orientada a fins.

Colocadas essas questões, remetemos esta análise do processo de comunicação às concepções do Círculo de Bakhtin e de Michel Foucault, em que se desconstrói a idéia de que o código garante a comunicação. Para esses autores, comunicação é algo muito mais complexo do que supõem o objetivismo abstrato e a teoria da informação. Por exemplo: eles não explicam como 'defeitos' da linguagem o fato de a circulação de significados não dar conta de todos os possíveis efeitos de sentido que a linguagem permite. Para eles, a circulação de significados não está garantida pelo código, seja ele qual for. A idéia de 'uma vez dito, uma vez compreendido' é difícil de ser sustentada. Isso porque todo o universo dos equívocos e dos mal-entendidos da linguagem não decorre de 'defeitos' ou de 'erro' dos falantes, mas está inscrito no coração da linguagem. Segundo esses teóricos, a linguagem humana tem de ser equívoca sob o risco de, se não o for, não atender a diversidade das experiências humanas. A característica do equívoco é justamente o que permite o 'deslizamento' constante dos significados.

Isso significa que a comunicação verbal não tem garantia de ser 'captada' tal qual foi na sua emissão, como prevê o modelo teórico adotado nas empresas.

Precisamos, portanto, negociar os significados, ter uma ‘escuta’ constante para verificar como nossos dizeres estão chegando na outra ponta. Não que isso possa resolver o problema, mas nos permite entender por que a comunicação é complexa. Essa complexidade, porém, não se deve ao fato de a diversidade semântica estar inscrita na mente dos falantes como acreditam Saloner, Shepard, Podolny, mas sim porque está entre as mentes (é intersubjetiva), o que dá uma outra perspectiva de entendimento, dada a imensa variedade de matizes que podem adquirir as palavras que circulam, haja vista a diversidade e heterogeneidade das experiências humanas.

A heterogeneidade inscrita na língua nos permite entender que os significados das palavras ‘deslizam’ constantemente entre as diferentes relações de oposição, como afirma Derrida, no texto *Assinatura, acontecimento contexto* (1991, p. 394). Nesse texto, o autor problematiza a palavra comunicação como correspondente a um conceito único, unívoco, rigorosamente ordenável e transmissível. Para ele, entender comunicação desse modo significa veicular uma representação de um conteúdo ideal, tal qual a formulada por Austin, na teoria dos atos de fala, em que a presença consciente da intenção do sujeito falante perante a totalidade de seu ato locutório “implica teleologicamente que nenhum *resto* escape à totalização da comunicação presente” (DERRIDA, 1991, p. 364, *itálico do autor*).

Esse *resto* a que se refere Derrida é construído pela experiência pessoal de cada um, que é social de ponta a ponta, mas que também é singular de ponta a ponta. Isso porque o social se realiza, em cada um de nós, de maneira singular. Estamos, portanto, diante de duas heterogeneidades: a social e a de cada um. Obviamente, o reconhecimento dessa heterogeneidade do indivíduo não implica idealismo, porque destaca apenas que o feixe de relações sociais de cada um diverge. Portanto, assumir essa perspectiva torna a questão da comunicação bem mais complexa do que pressupõe a teoria da univocidade do código.

Assim, podemos perceber que o entendimento da comunicação unívoca, presente no modelo adotado pelas empresas, difere fundamentalmente de tudo o que se concebe a respeito de linguagem e da possibilidade de uma comunicação única nas teorias do Círculo de Bakhtin e de Foucault, que a remetem para uma

¹⁰ Ver Mattelart, História das teorias da comunicação (2002).

perspectiva intersubjetivista, isto é, no interior de uma relação aberta, cujo sentido comunicacional não aparece dado de antemão, mas construído na tensão por produzi-lo, no âmbito da vida cotidiana de sentidos negociados, no caso de Bakhtin, e de assujeitamento aos dizeres circulantes, no caso de Foucault, em que o sujeito enunciador vai assumir um lugar na enunciação.

Mas essas interações sociais, que pertencem aos níveis superiores da ideologia do cotidiano, segundo Bakhtin; Volochinov estão em contato direto com os sistemas ideológicos formalizados ou seja, com a ideologia não cotidiana. Segundo ele

Aí justamente é que se acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. É claro, no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência) essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados. (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1997 a, p. 120 -121).

Essa submissão da ideologia do cotidiano à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos se efetiva porque o centro organizador de toda expressão não é interior, mas exterior, pois está situado no meio social que envolve o indivíduo. Ora, o indivíduo não vive só, mas rodeado por outros e, juntos, organizam a vida da comunidade, instituem leis, criam organizações, erigem e derrubam monumentos, enfim, instauram relações sociais que constituem o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística. Nessa interação, as ideologias cotidianas vão incorporando, ao mesmo tempo em que também são incorporadas, pela ideologia oficial constituída. São, portanto, essas interações entre o que está instituído e o que ainda não está que vão interanimando a vida da linguagem, permitindo seu mútuo esclarecimento, como afirma Bakhtin (1998).

Mas a ilusão de que é possível 'segurar' o significado daquilo que dizemos parece ser ainda muito forte entre nós. Essa ilusão foi analisada por Pêcheux (1995), que a atribuiu a um duplo esquecimento: esquecemos que não somos a fonte de nosso dizer e esquecemos que a linguagem não é transparente.

O primeiro esquecimento é o ideológico, que nos dá a ilusão de sermos a origem do que dizemos, quando na verdade, retomamos sentidos já existentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico¹¹, o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras, quando nada mais são do que nossa inscrição na língua e na história.

O segundo esquecimento produz em nós a realidade do pensamento, denominada por Pêcheux de ilusão referencial e que nos faz acreditar que há uma relação natural entre a palavra e a coisa. Esse duplo esquecimento pode ser uma das possíveis explicações para a crença que há no interior das organizações de que os objetivos devem ser claramente entendidos por todos ou, numa versão mais espontânea do mesmo enunciado, todos devem falar a mesma linguagem.

2.2 A organização empresarial, o individualismo e o trabalho de equipe: mudança de paradigma?

Se a concepção de comunicação no interior da empresa segue uma orientação objetivista abstrata, quando se fala sobre a relação capital x trabalho o que vemos emergir é uma orientação em que o subjetivismo idealista aparece. Procuramos explicitar como isso ocorre nos valendo de discursos da esfera organizacional empresarial aparentemente contrários, mas que consideramos pertencentes a uma mesma orientação ideológica.

Ambos os discursos dos nossos dados de pesquisa desta seção (o do trabalho de equipe, do time, e o do empreendedorismo, apresentados na seqüência) convivem pacificamente na sociedade do trabalho. Se o indivíduo está empregado, o discurso que funciona é do 'time'; se ele está desempregado, é o discurso do pleno emprego, que atribui ao trabalhador a responsabilidade pela sua condição. Na obra "Os Novos Paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas" Chiavenato (1996, p. 64), chama a atenção para a questão do individualismo

¹¹ O mito do sonho adâmico foi discutido por Bakhtin na obra "Questões de Literatura e Estética" (1998) e a relação "natural" entre a palavra e a coisa foi discutida por Foucault na obra "As palavras e as Coisas" (1985).

presente na sociedade ocidental, contrapondo-o ao que ele denomina de novo paradigma: o do sujeito coletivo.

Nossa sociedade ocidental tem preservado um paradigma cultural que é o individualismo. A ênfase no indivíduo e na presunção de que cada pessoa deve fazer seu trabalho sem interferir no trabalho alheio levou à divisão e à fragmentação das tarefas e ao confinamento social das pessoas dentro das empresas. A cultura individualista leva cada pessoa a decidir e agir por conta própria, desprezando as outras pessoas, o grupo e a própria organização. Cada pessoa leva sua própria vida, independentemente dos outros. Essa atitude não condiz com o novo paradigma: é preciso que nos esforcemos para que o trabalho de equipe prevaleça sobre o trabalho individual.

Nesse enunciado, observamos a preocupação do autor em agregar os esforços de todos num trabalho conjunto, de equipe, em que o trabalhador seria uma parte importante na construção de um novo comportamento, exigido pelas organizações: a criação do conjunto uno, do 'time' para a consecução dos objetivos da empresa, em contraposição ao discurso do sujeito individual, que funcionaria apenas no discurso do empreendedorismo, ou seja, quando o trabalhador é incentivado a buscar seu espaço no mercado de trabalho e responsabilizado pelo seu sucesso ou insucesso.

No discurso do empreendedorismo, o 'eu para si', ou o subjetivismo idealista, solitário, ilusoriamente livre das amarras sociais que o determinam, à semelhança da Teoria do Capital Humano dos anos 60, transfere a cada indivíduo em particular a responsabilidade por sua situação nesse mercado. O enunciado a seguir, retirado da apostila Oficinas de Empreendedorismo, utilizada no Ensino Médio do CEFET/PR, ilustra a individualidade própria do discurso do empreendedorismo, que aparentemente se contrapõe ao discurso da equipe.

O novo profissional da era da empregabilidade tem de ser hoje uma empresa. Tem de possuir para si mesmo vários "departamentos" dos quais tomará conta como o fazia antes para os seus empregadores: marketing, pesquisa e desenvolvimento, recursos humanos (ele mesmo). Essa constatação é, a um só tempo, assustadora e libertadora. Saber que fracasso ou sucesso estão ambos em nossas mãos é salutar. Essa é a angústia da liberdade de que tanto nos falavam os existencialistas. Escolha o seu destino. Isso é possível. Forja-se, então, em meio à crise mundial um novo tipo de conceito: mais importante que ter emprego é ter empregabilidade. (DAVID, MAYER, 2000, p.14).

Aparentemente há uma mudança de paradigma na noção de sujeito no meio organizacional empresarial. Não interessa mais o sujeito isolado, individual, pois o que interessa ao capital é o sujeito do 'time', da equipe. Esse sujeito coletivo, desejado pelas empresas, porém, não é necessariamente o que Bakhtin; Volochinov denominaram o 'eu para nós', formalizado no capítulo sobre *Interação Verbal*, na obra "Marxismo e Filosofia da Linguagem", (1997) mas sim um 'eu para a empresa', ou o que Bakhtin denominou o 'eu para si'.

Para Bakhtin; Voloshinov (1997a , p. 117, itálico dos autores)

o individualismo é uma forma ideológica particular da atividade mental do *nós* da classe burguesa (encontra-se um tipo análogo na classe feudal aristocrática). A atividade mental de tipo individualista caracteriza-se por uma orientação social sólida e afirmada. Não é do interior, do mais profundo da personalidade que se tira a confiança individualista em si, a consciência do próprio valor, mas do exterior; trata-se da explicitação ideológica do meu *status* social, da defesa pela lei e por toda a estrutura da sociedade de um bastião objetivo, a minha posição econômica individual. Mas a contradição interna que está inscrita nesse tipo de atividade mental do *nós*, assim como na estrutura social correspondente, cedo ou tarde destruirá sua modelagem ideológica.

Portanto, ambos os discursos não são opostos, mas complementares, uma vez que na equipe o sujeito se subjetiva como 'eu para a empresa' ou 'eu para si', enquanto que no discurso do empreendedorismo ele se subjetiva como uma ilusão necessária (atividade mental do eu) para que se justifique o desemprego estrutural. E afirmamos isso baseando nossa análise em Bakhtin; Volochinov para quem a tomada de consciência de uma ou de outra situação qualquer vai depender, segundo os teóricos, "do grau de consciência, da clareza e do acabamento formal da atividade mental do indivíduo, que é proporcional ao seu grau de orientação social" (1997 a, p. 114).

Exemplificando com a sensação da fome, Bakhtin; Volochinov mostram que "a tomada de consciência da fome pode ser acompanhada de depreciação, de raiva, de lamento ou de indignação", dependendo do grau de orientação social do sujeito. É o contexto social imediato que irá determinar quais serão os ouvintes possíveis para quem serão lançadas as imprecizações pela situação da fome: uns poderão culpar a natureza ingrata, outros, a si mesmos, outros ainda, à sociedade ou um grupo social determinado. As diferentes reações à sensação da fome "pode

dispensar uma expressão exterior, mas não dispensam uma expressão ideológica” (1997 a, p. 114).

Assim, responder de um ou de outro modo às situações externas depende da orientação social de caráter apreciativo de cada indivíduo em particular. É uma orientação social construída e que oscila entre a *atividade mental do eu* e *atividade mental do nós* (BAKHTIN; Volochinov, p. 115, grifos dos autores). A atividade mental do eu é inexistente para os teóricos, ou tende para a auto-eliminação, uma vez que “duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência” (BAKHTIN, 1981, p. 223). A atividade mental do *nós*, por outro lado, não é uma atividade de caráter primitivo, é uma atividade diferenciada, que depende, ao mesmo tempo, da situação imediata em que se situa a percepção e da situação social do indivíduo.

[...] a diferenciação ideológica, o crescimento do grau de consciência são diretamente proporcionais à firmeza e à estabilidade da orientação social. Quanto mais forte, mais bem organizada e diferenciada for a coletividade no interior da qual o indivíduo se orienta, mais distinto e complexo será o seu mundo interior. A atividade mental do *nós* permite diferentes graus e diferentes tipos de modelagem ideológica. (BAKHTIN; VOLOCHINOV, p. 115, itálico dos autores).

Os diferentes graus de percepção da modelagem ideológica dos eventos ou a interação social é o que vai explicar a possibilidade de respostas diferenciadas para a mesma situação. Assim, ambos os discursos em análise nesta seção (como qualquer outro discurso) encontram respostas diferentes dos indivíduos envolvidos: alguns trabalhadores desempregados poderão atribuir a si mesmos a culpa por essa situação, enquanto outros atribuirão essa situação à ausência de uma política nacional de geração de empregos, dependendo do grau de percepção da situação social mediata e imediata de cada um.

A atividade mental do *nós*, portanto, não esclarece nada se não estiver no movimento das relações sociais, que lhe determinam a forma e o conteúdo, enfim, a expressão exterior. A equipe, o time não significa necessariamente a união, a coesão de um grupo social em torno de objetivos comuns, pois pode ser apenas uma imposição a que o trabalhador se submeteria para conservar seu emprego. Isso porque o discurso do ‘time’ é muitas vezes uma imposição e não uma construção social dos trabalhadores organizados.

Por outro lado, a crença na individualidade livre de amarras sociais, a ilusão do sujeito único, senhor de seu destino, expressa o desconhecimento da subordinação humana às conjunturas, ao contexto social mediato e imediato, e que não depende apenas do trabalhador. Essa automistificação não seria uma ilusão necessária a uma *epistémé* que elegeu a individualidade como orientação social?

2.3 A organização empresarial e o trabalho de equipe: metáforas do universo discursivo

A proposição do trabalho em equipe remete para a união de todos na consecução dos objetivos da empresa, ou do 'time' como contemporaneamente se fala no discurso organizacional empresarial. Primeiramente, analisemos de onde vem o vocábulo 'time'. Histórica e semanticamente falando, o termo 'time' vem do inglês arcaico (século XVI) e significa 'puxar' (CUNHA, 1986, p. 103). Remete, nesse século, para a idéia de cooperação, no mundo animal, em que todos os bois puxavam ao mesmo tempo para conseguirem realizar o trabalho de puxar o arado. Aqueles que puxavam mais acabavam atrapalhando o trabalho dos outros. Por isso, a necessidade de haver um trabalho conjunto, uno e indivisível. Mais contemporaneamente, encontramos o vocábulo em questão, no dicionário etimológico, como: "nos esportes coletivos, o número de pessoas selecionadas que, na disputa de uma partida, constituem a equipe" (CUNHA, 1986, p. 102).

Portanto, hoje, no século XXI, quando nos referimos ao termo 'time' estamos também nos referindo ao universo discursivo do mundo esportivo, o futebol, em que os esforços de todos são congregados para que se obtenha a vitória, mas que reserva para alguns poucos 'craques' da bola resolver o jogo com seu talento: são os jogadores que recebem a bola na frente do gol para decidir a partida. A esses é reservado o direito de serem diferentes, uma vez que irão decidir o jogo.

Além desses dois conceitos diferentes de time: o primeiro, extraído do século XVI, remetendo à idéia da coesão, da união; o segundo, do século XXI, do universo discursivo dos esportes, em que o talento individual acaba prevalecendo sobre a união do restante do time, vemos emergir, no interior da empresa, um discurso em que essa metáfora também está presente. E apesar de estarem no interior de

diferentes esferas, a mesma palavra é utilizada. Essa migração e mudança de acento de valor da palavra podem ser entendidas com a afirmação de Bakhtin; Voloshinov: (1997, p. 106): “O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis”.

A metáfora transferida do mundo esportivo para o interior das organizações traz consigo um alto grau de positividade, haja vista que esporte sempre esteve historicamente aliado à boa qualidade de vida, à saúde e ao lazer. Mas também poderíamos remeter o discurso do ‘time’ ao discurso da esfera da religião, que prega a união, a igualdade e a coesão dos seres para que a harmonia possa ser atingida. Na apresentação da obra *O Princípio da Cooperação*, de Maurício Abdalla (2002), Leonardo Boff (2002, p. 14) afirma que em momentos de crise total precisamos consultar a fonte originária de tudo: a natureza. E indaga: “Que ela nos ensina? – que a lei básica do universo não é a competição que divide e exclui, mas a cooperação, que soma e inclui”. Segundo o teólogo, esta é a saída para um novo sonho civilizatório e para um futuro para as nossas sociedades: fazermos desta lei da natureza, conscientemente, um projeto pessoal e coletivo, sermos seres cooperativos. Propõe, ao invés da troca competitiva na qual só um ganha, fortalecer a troca complementar e cooperativa, na qual todos saem beneficiados, todos ganham, sem haver perdedores.

Sendo assim, resta-nos indagar: essa união, essa quebra do individualismo proposta pelo trabalho de equipe das empresas, tem o mesmo efeito de sentido que tem na esfera discursiva do mundo religioso ou do mundo dos esportes? O que propõem cada um desses universos discursivos? Quando a área da organização empresarial propõe um novo comportamento nas empresas, explodindo com o individualismo, é para que todos saiam ganhando? Responder a essa questão exigiria uma pesquisa sociológica da qualidade de vida dos trabalhadores: têm eles aquilo de que realmente necessitam para uma vida digna e confortável, tanto quanto têm seus empregadores? Essa investigação, porém, foge aos objetivos desta pesquisa.

Nosso ponto de vista defende a tese de que são discursos de esferas sociais diferentes (da empresa, da religião e do mundo dos esportes), mas que são fronteiriços, imbricados e chamados a dar significado ao que se está propondo, a completar certas lacunas ainda não preenchidas. É difícil encontrar aquele que

contradiga o discurso da união e da cooperação, apregoada pelo discurso religioso ou pelo discurso do mundo dos esportes. Há, por assim dizer, uma aceitação tácita dessa orientação, pelos participantes do discurso.

Estamos problematizando esse ideário do time, da união e da coesão, que pressupõe o progresso de todos, baseados na idéia foucaultiana de sujeito, já que o ideário do progresso precisa supor um sujeito consciente e dono de seus atos, capaz de deliberadamente atingir seus objetivos, transformando o mundo a sua volta. Ora, segundo Foucault (2002) o sujeito consiste em papéis e posições ocupados no discurso, a partir das regras da formação desses discursos. Se o sujeito é histórico, descentrado e incapaz de 'conscientemente' transformar o mundo a sua volta, ele, apesar de poder provocar algumas mudanças, não tem controle total sobre elas.

Definido pela dispersão e pela divisão, fragmentado enquanto sujeito, uma vez que é produzido na relação com o interdiscurso, o sujeito apresenta-se como uno na aparência ou na ilusão, pelo fato de operar-se nele os dois esquecimentos já citados na seção anterior: esquecemos que não somos a fonte de nosso dizer, isto é, estamos iludidos pelo mito adâmico da origem da primeira palavra, e esquecemos que as palavras não têm um sentido único. As palavras são sempre as palavras dos outros, pois estamos inelutavelmente presos ao tempo, ao espaço e ao outro: socialmente situados, como enfatiza Bakhtin.

Interessante observar que essa idéia de time, de trabalho de equipe teve também seu lugar no discurso daquilo que se convencionou chamar de discurso de auto-ajuda¹²: podemos encontrar esse mesmo discurso na obra 'O que podemos aprender com os gansos', do radialista¹³ e economista Alexandre Rangel. Nessa obra, o autor propõe que observemos o vôo dos gansos, numa história simples e, segundo a Revista Veja (2004, p. 46) com uma moral simplória. Nessa reportagem, intitulada 'Os gansos dos ovos de ouro', seu autor, Jerônimo Teixeira, afirma que 'escrever sobre negócios é um bom negócio'. Diz ele que livros sobre negócios

¹² O discurso de auto-ajuda sustenta que o segredo para conseguir melhorar de vida e alcançar o sucesso está na crença incondicional da realização dos sonhos pelo próprio esforço.

¹³ Uma pesquisa interessante a ser feita seria sobre os comunicadores populares que tanto sucesso fazem na sociedade contemporânea: de onde viria tanta adesão aos seus princípios?

prometem ensinar o caminho do sucesso, mas que quem ganha mesmo são os autores desses livros.

Esse livro já vendeu, segundo a Revista Veja, mais de 40.000 exemplares¹⁴ e já foi seguido por 'O que podemos aprender com os gansos 2'. Nessa fábula, Rangel dá o exemplo da migração dos gansos, quando a debandada geral para um lugar seguro não ocorre sem que todos estejam empenhados: a sobrevivência do grupo depende da união, da coesão e do trabalho de equipe. São histórias simples que também se utilizam da moral vigente para significar. Observemos.

Podemos aprender muito com os gansos selvagens. Quando um ganso bate as asas, por exemplo, voando numa formação em V, cria um vácuo para a ave seguinte passar, e o bando inteiro tem um desempenho 71% melhor do que se voasse sozinho. Sempre que um ganso sai da formação, sente subitamente a resistência do ar por tentar voar sozinho e, rapidamente volta para a formação, aproveitando o vácuo da ave imediatamente à frente. Quando um ganso líder se cansa, ele passa para trás e imediatamente um outro assume seu lugar, voando para a posição da ponta. Na formação, os gansos que estão atrás grasnam para encorajar os da frente a aumentar a velocidade. Se um deles adoece, dois gansos abandonam a formação e seguem o companheiro doente para ajudá-lo e protegê-lo. Ficam com ele até que esteja apto a voar de novo ou venha a morrer. Só depois disso voltam ao procedimento normal, com outra formação, ou vão atrás do bando. A lição dos gansos: pessoas que compartilham uma direção comum e senso de comunidade podem atingir mais facilmente os objetivos. Para atingir nossos objetivos, é necessário estar junto com aqueles que se dirigem para onde queremos ir, dando e aceitando ajuda. É preciso haver um revezamento na liderança e nas tarefas pesadas. As pessoas, assim como os gansos, dependem umas das outras. Precisamos assegurar que nosso grasnido seja encorajador para nossa equipe e que a ajude a melhorar seu desempenho. (RANGEL, 2002, p. 19-20).

Assim como os autores dos livros de auto-ajuda, o autor de livros destinados à área empresarial é sempre confiante na positividade da proposição organizacional. Por isso, a fronteira entre as publicações na área da administração e publicações na área da auto-ajuda, em nosso ponto de vista, é indefinida.

Nos exemplos a seguir, extraídos de obras da área da administração, pode-se observar esse fenômeno. Na obra "Os Gênios da Organização", Bennis (1999, p. 23, grifo nosso) afirma:

¹⁴ Dados de setembro de 2004.

[...] líderes inspirados conseguem transformar até mesmo pequenos projetos em missões divinas. Pode-se argumentar que a venda de ferramentas profissionais não é intrinsecamente uma causa nobre. Porém, quando Arthur Martinez assumiu o comando de lojas da Sears, em 1992, **ele recrutou executivos com a promessa de um desafio digno das cruzadas religiosas**. “Senti que precisava ser como um pregador”, disse ele ao repórter da *Fortune*, **“eu estava engajando as pessoas numa missão”**. [...] Não há modelos para o que vamos fazer. Será arriscado. Devemos ser corajosos, cheios de autoconfiança. Se conseguirmos ganharmos mais dinheiro, sim. Porém, mais do que isto, teremos uma inacreditável recompensa espiritual.

Na página seguinte da mesma obra, o autor se utiliza de uma metáfora em que o sentido do grupo, da união está presente. Diz ele: “A observação de Luciano de Crescenzo de que ‘somos como anjos com uma asa só, e **só podemos voar quando abraçados uns aos outros**’ é tão verdadeira para o líder quanto para qualquer um dos membros”. (BENNIS, 1999, p. 24, grifo nosso).

A fluidez entre as esferas discursivas da auto-ajuda e do mundo dos negócios não é uma característica apenas dessas esferas, haja vista que não podemos estabelecer onde as fronteiras de qualquer discurso começam ou terminam. Mas o que nos chama a atenção é a insistência com que os autores da área da administração se utilizam da visão sempre positiva nas relações no interior da empresa. Além disso, podemos observar como o discurso organizacional empresarial evoca o discurso da esfera religiosa, como pode ser observado nas duas citações anteriores: “cruzadas religiosas”; “Senti que precisava ser como um pregador”; “eu estava engajando as pessoas numa missão”; “recompensa espiritual”; “anjos com uma asa só”.

E quando alguma característica individual é lembrada, é também com a positividade necessária para impulsionar o trabalho em grupo:

Recrutar as pessoas mais talentosas possíveis é a primeira tarefa de qualquer um que deseje criar um Grande Grupo. As pessoas capazes de alcançar algo verdadeiramente inédito possuem mais do que simples talento e inteligência. Elas possuem mentes originais. Vêem as coisas de forma diferente. [...] Possuem um faro para descobrir problemas interessantes e importantes, bem como a habilidade para resolvê-los. Querem entrar na próxima atividade, não ficar na anterior. [...] E possuem a tenacidade, tão importante para se alcançar algo de valor. (BENNIS, p. 179).

Ora, considerando que a teoria neoliberal¹⁵ tem no individualismo o seu princípio básico, decorrente do eixo central da racionalidade burguesa, cuja meta é instigar o ser humano a competir com o outro, obtendo vantagem e retendo o ganho, parece-nos que não há espaço, nesta teoria, para uma integração entre as pessoas, restando somente o indivíduo como princípio último da estrutura social. Segundo Abdalla (2002, p. 78-79) o máximo de integração possível no cenário neoliberal é a união com o escopo de fortalecer a capacidade de competição de determinados grupos, como têm sido as megafusões de empresas e de bancos no cenário mundial ou a criação de cooperativas com o único objetivo de concorrer no mercado. Mas esse tipo de integração e de união não rompe com o individualismo, pois é apenas uma contingência que visa justamente a fortalecê-lo e a eliminar a possibilidade de concorrência. Ainda segundo Abdalla, Friedrich von Hayek (1889-1992), a quem se costuma atribuir a paternidade do neoliberalismo, afirma que “o individualismo é um valor a ser preservado e conquistado, ao contrário do socialismo e do coletivismo que é responsável por toda forma de servidão e opressão”.

É também de Hayek, citado por Abdalla (2002, p. 80), a afirmação seguinte.

[...] impossível a qualquer intelecto abarcar a infinita gama de necessidades diferentes de diferentes indivíduos que competem entre si pela posse dos recursos disponíveis [...] portanto, se deve permitir ao indivíduo, dentro de certos limites, seguir seus próprios valores e preferências em vez dos de outrem, e que, neste contexto, o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios. É esse reconhecimento do indivíduo como juiz supremo dos próprios objetivos, é a convicção de que suas idéias deveriam governar-lhe tanto quanto possível a conduta, que constitui a essência da visão individualista.

Portanto, o individualismo está posto como um dos pilares de sustentação do capitalismo vigente. E um individualismo como o pregado pela modernidade, já visto anteriormente, como a possibilidade de um sujeito livre de qualquer amarra social. Esse ideário não chega sequer a ser questionado com a proposição da união, do grupo, do ‘time’, uma vez que os benefícios do lucro obtido com a coesão organizacional não se constituem em benefícios dos trabalhadores, bastando, para isso, conhecer os índices de salários oferecidos a eles. É óbvio que para esse detalhe uma pesquisa sócio-econômica faz-se necessária, o que foge ao objetivo do

¹⁵ Teoria econômica presente na condução da economia brasileira.

presente trabalho. Não é desconhecido, porém, do conjunto da sociedade brasileira, dados a esse respeito.

Analisando as metáforas referidas, poderíamos dizer que estão ligadas a já-ditos no discurso organizacional empresarial analisado e que a utilização dessas metáforas provoca efeitos de sentido próximos aos efeitos produzidos pelos discursos de auto-ajuda, aqueles que carregam em si certezas absolutas, que prescrevem algumas ações simples para o sucesso do trabalho a ser realizado, como ocorre também com o universo discursivo do mundo dos esportes, evocado quando se fala em 'time', utilizando, inclusive, o termo que lembra a equipe. Há, nesses discursos, um alto grau de positividade e de confiança no sucesso absoluto da unidade.

Uma outra possibilidade é a de que o discurso marxista, que pregou a união dos trabalhadores com o objetivo de derrubar o sistema capitalista também seja evocado, também venha, no momento da enunciação, contribuir com sua parcela de efeito de sentido para a interpretação contemporânea do trabalho de equipe e do 'time', haja vista que esse discurso se dirige para os trabalhadores, que poderiam identificar-se com ele, pela memória ou pela história.

Considerando que a nossa perspectiva é a da análise de discurso, sugerimos, então, que em se tratando de discurso, o conjunto de conhecimentos e crenças a partir dos quais um sujeito enunciador pode fazer uma afirmação está relacionado com o lugar de onde se enuncia, isto é, de um lugar discursivo. Isso significa, entre outras coisas, assumir certo conjunto de crenças, comprometer-se com certos valores e verdades. Assim, embora o que se diga pareça independente das crenças do sujeito enunciador, sua validade enquanto verdade está circunscrita aos limites do discurso no qual circula. Além disso, ser sujeito de um discurso também significa assumir o modo de dizê-lo.

O fato de Foucault afirmar que o discurso é um conjunto de enunciados que se apóia na mesma formação discursiva, definido pelas condições de existência desses discursos, autoriza-nos a aventar a possibilidade de o discurso organizacional empresarial sobre o trabalho ser um discurso que apresenta pontos de contato com os discursos marxista, religioso, esportivo e de auto-ajuda, por estes discursos trazerem em si "um mesmo jogo de relações" (FOUCAULT, 2002, p. 75) colocando em jogo sempre mais de uma força ideológica, portanto, mais de um

discurso (e muitas vezes, contraditórios). Apesar dessa proximidade, porém, não é o mesmo discurso. Como afirma Foucault (2002, 127) “sob uma formulação visível pode reinar uma outra que a comande, desordene, perturbe, lhe imponha uma articulação que só a ela pertence”.

Essa análise aproxima-se da análise de dialogização interna, presente nos estudos do Círculo de Bakhtin, que defende a idéia de que um discurso não é um bloco homogêneo que se opõe a outro, mas é constitutivamente heterogêneo, formado por diferentes esferas que estão em constante intersecção, construídas por diferentes horizontes axiológicos, mas cujas fronteiras se imbricam.

Esse ‘outro’ não deve ser confundido com o outro, interlocutor, mas a relação que ele tem com outros discursos. A interação entre interlocutores garante apenas o aspecto dialogal e não sua dialogicidade interna, que pode ‘traduzir’ o outro discurso imbricado, interpretado de acordo com as regras de sua existência ou de seu sistema semântico e valorativo (axiológico). Se levarmos isso em consideração, observamos que há um discurso sob o discurso. Esse outro discurso, porém, não é um equivalente ao discurso do adversário; é apenas um simulacro. Ou seja, algo que lembra o outro, mas não é o outro. Assim, embora, pela memória discursiva e pelos já-ditos em circulação no interior das organizações lembrem o discurso religioso, o discurso do esporte e da auto-ajuda, ele não é esse discurso. É outro com outra orientação ideológica, com outra materialidade discursiva, com outro pano de fundo sócio-histórico. Como disse Foucault (2002, p. 127), “As coisas ditas dizem bem mais que elas mesmas”.

Essa remissão do discurso organizacional empresarial funciona como argumento, sustentação para a construção de pontos de vista que preferencialmente se utilizam de discursos de uma fala social com um determinado valor. Por exemplo, o discurso da esfera dos esportes. A preferência pela remissão a essa esfera discursiva (o ‘time’, a equipe) quando se fala do trabalho organizacional empresarial pode ser interpretada como sendo dirigida a um leitor (no caso, o trabalhador) que iria reconhecer essa fala facilmente, uma vez que faria parte de seu universo cultural, portanto, de sua rede de relações. Segundo Rodrigues (2001), são formas discursivas fixas, cuja autoria se perdeu no tempo e no espaço, mas que foi incorporada, encarnada pelo povo; essas formas gozam de um certo prestígio na

comunicação social e isso pode nos ajudar a entender por que foram selecionadas, entre tantos outros discursos do cotidiano.

E como é possível o discurso ser o mesmo e ao mesmo tempo ser outro? Isso é possível se considerarmos que tal efeito encontra-se na própria natureza de ressignificação da palavra. A cada deslocamento é possível ampliar, dar novo sentido, reacentuar a 'mesma' palavra, embora ela não seja mais a 'mesma'. Porém, paradoxalmente, esse deslocamento, esse ressignificar, essa nova acentuação é o que também nos permite questionar, pensar sobre e não simplesmente agir em resposta a uma palavra. Entre a palavra e a ação há sempre a possibilidade da reflexão para que não sejamos enredados na ilusão do significado único e inquestionável.

Diante de qualquer enunciado escrito ou falado, não há como ficar na neutralidade, porque o ser humano está condenado a interpretar, a compreender. Ao interpretar, porém, ele direciona o sentido para uma dada orientação ideológica. No caso em questão, cada uma das esferas de circulação dos discursos sobre a coesão, a união, a equipe e o 'time' corresponde a determinadas crenças e valores que não são os mesmos, apesar de, pela memória dos já ditos, (ou reditos) lembrarem um ao outro e serem, muitas vezes, confundidos, quando tomados um pelo outro.

Portanto, é importante procurarmos as marcas da especificidade do sujeito enunciativo do discurso organizacional empresarial, considerando essa uma ordem discursiva própria. A posição sujeito, ao enunciar, convoca os pré-construídos, os já-ditos. No texto *Governando a alma: a formação do eu privado*, Nikolas Rose (1998, p.32) disse:

Quando os empresários buscam aumentar a produtividade e a harmonia, ao adaptar práticas de trabalho à luz das considerações sobre dinâmicas de grupo, é porque a intersubjetividade se tornou central para a autoridade gerencial. Isto é, a vida organizacional adquiriu um matiz psicológico.

Por isso, segundo ele, a administração da subjetividade tem-se tornado uma tarefa central das organizações modernas. A esse respeito, Accardo, professor de Sociologia da Universidade de Bordeaux III, no texto *A liberdade de fazer como se deve* afirma

Pode-se dizer que a modernização do capitalismo consistiu em **desenvolver métodos de gestão dos recursos humanos e de comunicação para camuflar os abusos patronais por meio de eufemismos** e envolver psicologicamente os assalariados na sua própria exploração. Sem dúvida, tamanha colaboração resulta em diversos ganhos materiais e morais, no primeiro caso a garantia da subsistência e no segundo na sensação de uma certa importância e utilidade para seus semelhantes. (ACCARDO, 2000, p. 21, grifo nosso).

Portanto, tomar a imagem do 'time' como o modelo ideal de condução dos trabalhos da organização é uma das estratégias do sujeito enunciativo do discurso das empresas para convencer o trabalhador a cooperar, o que supostamente aumentaria a sua própria eficiência e a eficiência da organização. Desse modo, o trabalhador estaria assumindo o que se convencionou chamar de cultura da empresa. No texto *Antropologia e as culturas organizacionais*, Carvalho afirma:

Apesar de haver uma polissemia do termo cultura no discurso empresarial, o sentido antropológico do termo é um referencial amplamente utilizado. Porém, é um sentido antropológico contestável, pois remete a uma concepção de cultura num universo fechado, mais ou menos imutável, que caracteriza uma população supostamente homogênea. A empresa passa a ser vista como uma entidade social, capaz de desenvolver suas próprias regras, costumes, hábitos, visões, linguagem, ou seja, uma entidade capaz de produzir sua própria cultura. (CARVALHO, 1997, p. 43).

Segundo a pesquisadora, mesmo considerando que a cultura é construída através de relações sociais, existe nessa concepção a crença de que a cultura da empresa assujeite o indivíduo. Legitimar a noção de organização do trabalho no interior de cada empresa seria, segundo ela, o objetivo. O objetivo da empresa, assim, seria definir sua 'cultura' da mesma forma que define seus empregos, ou seja, para o trabalhador, aceitar o emprego é aceitar a cultura da empresa.

Esta afirmação da pesquisadora é facilmente comprovável nos nossos dados de pesquisa. Na obra "Gestão de Pessoas", Chiavenato não deixa nenhuma dúvida acerca da questão, ao afirmar que

Cultura é um termo genérico utilizado para significar duas acepções diferentes. De um lado, o conjunto de costumes, civilização e realizações de uma época ou povo e, de outro lado, artes, erudição e demais manifestações mais sofisticadas do intelecto e sensibilidade humana, consideradas coletivamente. **A cultura organizacional nada tem a ver com isso.** No estudo das organizações, a cultura organizacional equivale ao modo de vida

das organizações em todos os seus aspectos, como ideais, crenças, costumes, regras, etc. [...] A essência da cultura de uma empresa é expressa pela maneira como ela faz seus negócios, a maneira como ela trata seus clientes e funcionários, o grau de autonomia que existe em suas unidades e o grau de lealdade expresso por seus funcionários com relação à empresa. (CHIAVENATO, 1999, p. 139, grifo nosso).

O autor assume explicitamente outra significação (ou ressignificação) que caracteriza seu entendimento de cultura, ao 'fechá-la' num universo imutável e que cria sua própria cultura, como enfatiza a pesquisadora antes citada. Porém, em outra passagem de seu texto, o autor assume que alguns aspectos da cultura organizacional são de difícil controle, pois são 'invisíveis'. Utilizando-se de uma metáfora, ele afirma que "a cultura organizacional reflete um iceberg: apenas 10% ou 20% ficam acima do nível da água e são visíveis. A maior parte permanece oculta sob as águas e fora da visão das pessoas". Assim, essa cultura mostra aspectos formais e facilmente perceptíveis, como as políticas e diretrizes, métodos e procedimentos, objetivos e tecnologia adotada. Contudo, "oculta alguns aspectos informais como as percepções, sentimentos, atitudes, valores, interações informais, normas grupais, etc." (CHIAVENATO, 1999, p. 139). Segundo ele, esses aspectos da cultura organizacional são os mais difíceis de compreender e interpretar e também são os que resistem a mudanças ou a transformações.

Esse fato pode ser a explicação para que se utilizem os já-ditos de outras esferas discursivas para se conseguir a adesão ao discurso da empresa, numa estratégia para se criar a cultura organizacional no interior das organizações empresariais.

2.4 A recorrência de vocábulos e a ideologia: uma análise possível

Nesta seção analisamos algumas palavras e expressões que se mostraram recorrentes na leitura dos textos dos nossos dados. Acreditamos que tais palavras podem ser categorias de análise se forem entendidas como partes significantes dos enunciados a que pertencem, considerando que estes são elos na cadeia discursiva.

A característica da recorrência nos chamou a atenção para o vocábulo 'pessoas', largamente utilizado pelos escritores da área dos negócios. Tal procedimento é

revelador, principalmente quando nos deparamos com uma obra, do autor cujos dizeres estávamos analisando, intitulado “Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações” (CHIAVENATO, 1999), pois verificamos, no título da obra, que a expressão ‘recursos humanos’ havia sido usada como sinônima de ‘pessoas’. Essa constatação que, a princípio, poderia ser encarada como uma simples substituição de palavras foi destacada para nossa análise pela sua constante repetição, ocorrida em outros exemplos de nossos dados.

Baseamos nossa análise desta seção no que afirmam os teóricos do Círculo de Bakhtin (1997a, p. 36, itálico do autor): “*A palavra é o fenômeno ideológico por excelência*”. Esses teóricos vão fazer a defesa da palavra verbal como material semiótico privilegiado face a outros sistemas semióticos (como a pintura, por exemplo) para o estudo das ideologias. Para defender essa posição, eles levantam as características específicas da linguagem verbal, como sua pureza semiótica, neutralidade ideológica (pela sua ubiquidade social), além de a palavra constituir-se no material privilegiado da consciência e da vida cotidiana.

O valor exemplar, a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a excepcional nitidez de sua estrutura semiótica já deveriam nos fornecer razões suficientes para colocarmos a palavra em primeiro plano no estudo das ideologias. [...] Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo. É também um signo *neutro*. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhes são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa. (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1997a, p. 37, itálico dos autores).

A neutralidade é condição necessária do signo, pois é ela que vai permitir que a palavra possa não só refletir mas também refratar o mundo. As significações não estão dadas no signo em si, nem estão garantidas por um sistema semântico abstrato, nem pela referência a um mundo uniforme e transparente. São construídas na dinâmica da história e estão marcadas pela diversidade de experiências humanas, com suas contradições e confrontos de valoração. Portanto, “estão a serviço de qualquer locutor e de qualquer juízo de valor, que podem mesmo ser diferentes, até mesmo contrários” (BAKHTIN, 1998, p. 309).

Por esses pressupostos, não estaremos vendo a palavra de forma isolada, como unidade da língua vista como sistema, mas como parte representativa de um enunciado. É com essa base que procedemos a nossa análise, pois se a palavra forma nossa consciência, é importante que constatemos o fenômeno que pode vir a ser criado a partir da substituição de uma expressão por outra. O que a substituição de 'recursos humanos' por 'pessoas' acarretaria na ideologia das relações de trabalho?

Essa indagação está assentada na concepção dialógica da linguagem que, segundo Bakhtin (1981, p. 176) vê a palavra não como um objeto, mas como um “meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica”.

Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra. Nesse processo ela não perde seu caminho nem pode libertar-se até o fim do poder daqueles contextos concretos que integrou.

Um membro de um grupo falante nunca encontra previamente a palavra como uma palavra neutra da língua, isenta das aspirações e avaliações dos outros ou despovoada das vozes dos outros. Absolutamente. A palavra ele a recebe da voz de outro e repleta de voz de outro. No contexto dele, a palavra deriva de outro contexto, é impregnada de interpretações de outros. O próprio pensamento dele já encontra a palavra povoada. Por isso, a orientação da palavra entre palavras, a sensação distinta da palavra do outro e os diversos meios de reagir diante dela são provavelmente os meios mais candentes do estudo metalingüístico de toda palavra, inclusive da palavra artisticamente empregada. (BAKHTIN, 1981, p. 176).

Como nossa análise na seção 2.3 destacou o discurso do 'time', do trabalho em equipe, selecionamos, para esta seção, exemplos em que a palavra 'pessoas' aparece nesse discurso. O objetivo dessa seleção é estabelecer a dialogização interna entre a utilização dessa palavra no contexto do 'time' e as relações que estabelecem entre si e o contexto onde são empregadas.

Iniciando nossa análise, buscamos um enunciado que fosse representativo dessa orientação. Para o autor da obra “Os Novos Paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas”, o trabalho em equipe traz ganhos para todos. Segundo ele:

O trabalho em equipe traz enormes vantagens às organizações e às **pessoas**. Para as organizações, as equipes podem romper as tradicionais barreiras interdepartamentais e facilitar o funcionamento da estrutura funcional, lubrificando as comunicações, melhorando a coordenação e

integração e sobretudo impondo um tempo de reação mais rápido. As equipes constituem um poderoso mecanismo informal de integração dentro do esquema tradicional da organização. Para as **peessoas**, as equipes trazem maior envolvimento social e emocional, mais participação nas decisões, maior penetração nos assuntos da empresa e conseqüentemente maior compromisso e motivação. (CHIAVENATO, 1996, p. 268, grifo nosso).

Neste excerto, além do discurso laudatório ao trabalho de equipe, que remete ao discurso do time, tal como discutimos na seção 2.3, o que nos chama a atenção é o uso do vocábulo 'peessoas', por uma razão: é um vocábulo largamente utilizado pelo autor em diversas passagens de seu texto e parece, a cada aparição, com a pretensão de apenas um significado. Em todas as construções, o autor parece pretender dar ao vocábulo o mesmo efeito de sentido. Observemos os vários trechos a seguir, retirados da obra em questão, no capítulo intitulado 'Nove condições para o sucesso empresarial' (1996, p. 294 a 300, grifo nosso).

- 1) Para que o compromisso com relação à qualidade e produtividade possa ser implementado na prática, através de todas as **peessoas** da organização, a alta direção precisa eliminar a distância hierárquica que a separa das **peessoas** que executam cotidianamente as tarefas da empresa.
- 2) [...] Isso produz dois resultados altamente desejáveis: em primeiro lugar, as **peessoas** se aproximam mais da cúpula, o que lhes permite participar mais diretamente nas decisões do negócio e entender melhor o que se passa na empresa; em segundo lugar, faz com que as **peessoas** focalizem rapidamente as atividades essenciais ao negócio e o atendimento ao cliente, deixando de lado outras atividades que poderiam ser melhor planejadas por outras **peessoas**.
- 3) [...] O confinamento das **peessoas** em atividades isoladas e gregárias deve ser urgentemente substituído pelo trabalho em equipe e em conjunto, como qualquer atividade social. A simples execução de tarefas repetitivas e simples [...] deve ceder lugar ao trabalho significativo, capaz de desafiar e motivar as **peessoas** a usarem suas cabeças.
- 4) A empresa deve proporcionar novas habilidades para inovar e resolver problemas para todas as **peessoas**, desde o topo até a base.
- 5) Um compromisso para melhorar a qualidade sem que se tente melhorar as **peessoas** tem pouco valor.
- 6) [...] Se as **peessoas** devem resolver os problemas e inovar, elas precisam ter atitudes, conhecimentos e habilidades **peessoais** para tanto. A organização tem obrigação de proporcionar tais conhecimentos, apropriados para as tarefas com as quais as **peessoas** se defrontam.

- 7) [...] E as **peessoas** que recebem essas novas habilidades para resolver problemas devem compreender que têm plena autoridade e responsabilidade para usá-las (...).
- 8) [...] O uso de novas técnicas deve ser uma atividade contínua de todas as **peessoas**, do topo até a base da organização, através do espírito de equipe, da cooperação e da colaboração, do comprometimento **peessoal** e da confiança irrestrita.
- 9) Uma empresa é um conjunto integrado de **peessoas** trabalhando juntas e lidando com assuntos que isoladamente os indivíduos não conseguem lidar sozinhos.
- 10) A empresa deve proporcionar uma nova cultura organizacional de inovação, de participação e de envolvimento emocional de todas as **peessoas** em seu negócio, através do esforço coletivo e do trabalho em equipe.
- 11) As **peessoas** passam a ser visualizadas como portadoras do conhecimento capaz de realizar e alavancar o potencial da empresa e não como simples fatores de produção. Os gerentes devem deixar seu comportamento autocrático e passar a colaborar com o grupo.
- 12) As decisões passam a ser compartilhadas entre todas as **peessoas** envolvidas em sua execução.
- 13) Toda mudança deve buscar o apoio das **peessoas** envolvidas.
- 14) A empresa precisa dar condições de orientação e de ação visando o futuro para todas as **peessoas**, pois elas precisam saber em que direção devem trabalhar e para onde apontar seus esforços e habilidades.
- 15) Acima de tudo, o líder usa as **peessoas** como uma extensão de sua própria capacidade gerencial. Se todas as **peessoas** podem lidar com os problemas da mesma maneira que o gerente, elas podem atuar com partes do gerente e aumentar substancialmente sua eficácia.
- 16) A mais importante recompensa que uma **peessoa** recebe é a atenção e consideração a respeito das soluções e das recomendações que ela está sugerindo.
- 17) As recomendações que têm sentido e que são implementadas pela organização já constituem em si uma importante recomendação para as **peessoas**.
- 18) A organização deve registrar o progresso obtido na inovação e na solução de problemas operacionais, os efeitos dos esforços das **peessoas** e o dinheiro economizado com isto. E que as economias não sejam um benefício exclusivo da empresa, mas algo que possa ter alguma participação das **peessoas** que as provocaram.
- 19) Os ganhos de produtividade devem ser repartidos com as pessoas para proporcionar reforço positivo. É através desse tipo de informação que as

peessoas e a organização podem conhecer e reconhecer o valor de suas contribuições.

A reiterada aparição da palavra 'peessoas' nos instigou a pesquisar se em outras publicações da mesma natureza, isto é, publicações direcionadas ao administrador que forma os recursos humanos da empresa essa reiteração se comprovava. Essa pesquisa confirmou nossa hipótese: o discurso do trabalho de equipe também aparece em outras publicações, que reforça o discurso da necessidade do envolvimento de todos para os objetivos comuns da organização empresarial; além disso, essas publicações também se utilizam do vocábulo 'peessoas'. Vejamos.

20) O trabalho em equipe já é uma exigência do mercado. Sendo assim, o estímulo à utilização de técnicas de treinamento devem ser implantadas como parte formadora da **peessoa** (SANTOS, 2003, p. 45).

21 Estimular as **peessoas** a serem melhores não é um bom método, porque para obter seu melhor é preciso entrar na comparação. É preciso estimular as **peessoas** a fazerem o melhor que elas podem para auxiliar o grupo, usando seus talentos (GOES, 2004, p.29).

22) Se os programas de motivação incluírem o incentivo ao auto-conhecimento e à auto-estima, com certeza teremos **peessoas** mais capazes de administrar sua vidas e, com isso, a equipe. Assim, as empresas ganharão mais (www.sebrae.com.br).

23)O hábito de mostrar orgulho de pertencer ao time *deve ser* mais reconhecido e incentivado dentro das organizações. Precisamos entender que a solidão enfraquece as **peessoas**. (SHINYASHIKI, site www.campeões.com.br, 2004).

24) Entre as razões para as empresas e as **peessoas** fracassarem no mundo moderno, uma pesquisa feita nos EUA com altos executivos de sucesso apontou a insensibilidade entre as **peessoas**. D. Wayne Calloway, presidente mundial da PepsiCo Inc., empresa holding da Pepsi Cola, diz que a arrogância é mortal para uma empresa e para as **peessoas**. **Peessoas** inteligentes, que pensam ter todas as respostas para todas as questões e se acham o máximo em todos os assuntos estão fadadas a nunca experimentarem o sucesso. O trabalho em equipe é fundamental para o sucesso e a arrogância mata qualquer trabalho em equipe (ARAÚJO, 2004, p. 32).

25) O programa de desenvolvimento de equipes ativa o potencial humano e vem se firmando como uma resposta estrutural à necessidade das empresas e das **peessoas**, na medida que resolve os problemas críticos no local de trabalho. (CHAVES, site www.INDG - Instituto de Desenvolvimento Gerencial, 2004).

26) Numa empresa, todas as **peessoas** precisam ter uma visão ampla do que estão fazendo, perceber o impacto de sua atuação no todo. O foco de atuação de cada um se amplia: ao invés de realizar atividades isoladas, passa-se a valorizar o trabalho das equipes. (site www.rits.org.br)

Portanto, com base nesses dados, levantamos a hipótese de que entre outras estratégias que se apresentam aos autores de publicações da área da organização empresarial para conseguir a adesão dos trabalhadores aos projetos da empresa, uma delas pode ser a tentativa de ‘pessoalizar’ as relações no interior da organização. Porém, paradoxalmente, à medida que a leitura desses dados acontecia, percebíamos que esse uso parecia expressar certa diluição do sujeito a quem se dirigia esse discurso, o que acabava por impessoalizar essas relações.

‘Diluídos’, essa poderia ser a expressão que poderia dar uma idéia do que é possível perceber do vocábulo em estudo. Ora como sujeito gramatical, ora como complemento, a palavra ‘pessoas’ preenche as possíveis posições sintáticas. Discursivamente, porém, há um efeito de sentido interessante, pois, por mais que o vocábulo, semanticamente, refira-se a seres humanos, o que acaba por emergir dessa palavra é a impessoalização, ou a ‘diluição’ dos outros (interlocutores) a quem se dirige esse discurso. Quem são essas pessoas?

Tentando responder a essa questão, encontramos uma possível resposta na obra “Ser e Tempo” de Heidegger, em que ele afirma: “Todo mundo é outro e ninguém é si próprio” (1998, p. 181), numa reflexão sobre o fato de a interação humana nos tornar sempre o outro, aquele que nos limita e ao qual limitamos.

O impessoal, que responde à pergunta *quem* da pre-sença cotidiana, é ninguém, a quem a pre-sença já se entregou na convivência de um com o outro. [...] Na verdade, o impessoal, assim como a pre-sença não é algo simplesmente dado. Quanto mais visivelmente gesticula o impessoal, mais é difícil percebê-lo e apreendê-lo e menos ele se torna um nada. [...] O impessoal também não é uma espécie de sujeito universal que paira sobre vários outros. (HEIDEGGER, 1998, p. 181, itálico do autor).

Segundo Heidegger, o existencial da impessoalidade, o *quem*, que não pode ser remetido a ninguém especificamente, determina boa parte do que se é. No impessoal, o ‘eu’ é também aquilo que os outros são, embora ninguém seja alguém em específico.

Pelo exposto, baseados em Heidegger, seria possível afirmar que, ao inserir nos discursos o vocábulo ‘pessoas’, as publicações voltadas para a esfera do discurso organizacional empresarial produzem o efeito de sentido de nivelar todos, seja de forma intencional ou não: gerentes, funcionários, peões, diretores,

provocando o efeito de sentido da igualdade (de condições, de importância, de situacionalidade, etc...), 'eliminando' a hierarquia, tornando todos iguais, fazendo 'desaparecer' qualquer diferença. Essa percepção, porém, não está visível, nem mesmo oculta, mas como disse Foucault (2002, p. 130) está "no limite da linguagem". De acordo com ele: "O enunciado não é imediatamente visível, não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica. [...] O enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto" (FOUCAULT, 2002, p. 126).

Essa não transparência do enunciado, porém, não é um defeito da linguagem, mas característica constitutiva dela. Considerando essa questão, percebemos a reiteração da palavra 'pessoas' no interior de um discurso que prioriza o trabalho de equipe, do time. Mas já houve outras utilizações da palavra pessoas, com outras orientações, com outros significados, em outros contextos e em outras épocas, e isso continuará a ocorrer indefinidamente, uma vez que a cada processo de interação humana novos efeitos de sentido serão possíveis. Mesmo o trabalho de equipe tem diferentes sentidos em diferentes contextos e situações. Mas no caso que estamos analisando, o sentido que se quer dar ao trabalho de equipe parece ter um sentido único: a congregação de todos ao redor dos objetivos comuns da empresa. O que é preciso indagar é por que é essa e não outra palavra que aparece quando se fala do trabalho de equipe, pois, "certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever" (FOUCAULT, 2002, p. 56, *italico do autor*).

Ora, se para Foucault o discurso é sempre institucional, é raro, porque repetível, não remete a um sujeito, pois pode ocupar diferentes posições, indagar quem fala e de que lugar o faz parece uma estratégia possível para compreendermos como esse discurso significa. Não é importante, para ele, o que se diz, que remeteria para uma interpretação, mas o como se diz. E o como se diz implica estabelecer quem está falando e de que lugar institucional o faz.

Assim, a palavra 'pessoas', em publicações voltadas para a área da administração, e que tem como interlocutores os trabalhadores das empresas, os seus administradores, e os professores dessa área, ao não hierarquizar ou não

estabelecer as diferenças que existem nas diversas funções no interior da empresa (operário, assistente administrativo, gerente, administrador, auxiliar de serviços gerais, telefonista, diretor) pode provocar o efeito de sentido de que há uma igualdade de condições numa situação em que o conflito ou as diferenças deixam de existir.

Voltando à questão já levantada no início da seção, ou seja, à relação sinonímica que se parece propor entre 'recursos humanos' e 'pessoas', é preciso ressaltar que do ponto de vista discursivo não é apenas uma questão de substituir 'recursos humanos' por 'pessoas', mas o efeito de sentido que isso provoca. Não há um agente definido, uma vez que a palavra no plural dissemina o efeito da inclusão, sob a mesma orientação, de todos os trabalhadores. Mas entre essas pessoas, um fator de diferença é apontado no enunciado abaixo:

27) As **pessoas passam a ser** visualizadas como portadoras de conhecimento capaz de realizar e alavancar o potencial da empresa e não como simples **fatores de produção**. (CHIAVENATO, 1996, p. 296, grifo nosso)

Nesse enunciado, é possível perceber a relação dialógica opositiva entre as expressões destacadas: se o sujeito do discurso afirma que as pessoas *passam a ser*, quer dizer que não eram vistas anteriormente como portadoras de conhecimento, mas como fatores de produção, recursos humanos usados na produção. É flagrante a distinção que o sujeito enunciadador faz entre conhecimento e produção, reconhecendo a necessidade de o trabalhador aliar o saber com o fazer para o progresso da empresa. Esse discurso revela a percepção da dicotomia entre teoria e prática, característica de uma época em que se dá bastante ênfase à qualificação do trabalhador, em que a formação técnica não pode prescindir da formação teórica. Essa dicotomia, porém, se analisada à luz da teoria bakhtiniana não existe; o que existe é uma valorização do discurso científico em detrimento da prática, que também é preche de saber, mas que não encontra a mesma receptividade no que se convencionou chamar de sociedade do conhecimento.

Observemos o enunciado seguinte, em que essa questão retorna: o sujeito visto como recurso humano, fator de produção deve dar lugar ao sujeito do conhecimento.

28) O confinamento das **peçoas** em atividades isoladas e gregárias deve ser urgentemente substituído pelo trabalho em equipe e em conjunto, como qualquer atividade social. A simples execução de **tarefas repetitivas e simples** [...] deve ceder lugar ao **trabalho significativo**, capaz de desafiar e motivar as **peçoas** a usarem suas cabeças. (CHIAVENATO, 1996, p. 299, grifo nosso).

A tarefa repetitiva e simples está aliada ao trabalho individual: atividades isoladas e gregárias, enquanto que o conhecimento e o trabalho significativo estão aliados ao trabalho de equipe. A positividade de se trabalhar em equipe se estabelece pela estreita relação que se faz dessa forma de trabalhar com o conhecimento, com o desafio de “usarem suas cabeças”. Portanto, a substituição do sujeito do fazer pelo sujeito do saber ocorre quando o indivíduo está em equipe. Essa constatação pode ser observada também nos trechos a seguir:

29) Uma empresa é um conjunto integrado de **peçoas trabalhando juntas** e lidando com assuntos que isoladamente os indivíduos não conseguem realizar sozinhos. (sic). (CHIAVENATO, 1996, p. 300 grifo nosso).

30) **Peçoas** inteligentes, que pensam ter todas as respostas para todas as questões e se acham o máximo em todos os assuntos estão fadadas a nunca experimentarem o sucesso. **O trabalho em equipe é fundamental** para o sucesso e a arrogância mata qualquer trabalho em equipe. (ARAÚJO, 2004, p. 32).

Se os enunciados são elos na teia discursiva que respondem a outros enunciados, podemos perceber que os exemplos acima são respostas a uma possível contra-resposta do interlocutor que poderia apostar no trabalho ou no talento individual. Para o autor dos enunciados de que os exemplos fazem parte, o indivíduo isolado não existe. O que existe é a equipe, o time, e o uso da palavra **peçoas** parece ter o efeito de sentido de reforçar essa orientação.

Outra questão que nos chamou a atenção nos dados desta seção foi a presença de modalizações classificadas como deônticas pela lingüística. Esse tipo de modalização refere-se ao âmbito das condutas e das normas, pois tenta estabelecer um efeito de verdade ao que é dito. Segundo Rodrigues (2001, p. 219, itálico da autora).

Os indicadores modais são considerados como “lexicalização” dessas modalidades, como “sinalizadores” lingüísticos da atitude do falante perante seu enunciado (proposição). É dessa forma que Ducrot e Todorov definem modalização, como uma atitude assumida pelo sujeito falante com respeito ao conteúdo, ou seja, com o *dictum*. O que interessa desses indicadores modais é o seu papel como elementos estilísticos que são indícios da inter-relação do enunciador com a reação-resposta do leitor.

Observamos que as modalizações utilizadas nos enunciados sob análise (devem ser, é preciso, precisam ter...) dão a eles um caráter injuntivo, caracterizado por organizar informações, instruções ou ordens que pretendem orientar a ação do interlocutor. Há, neles, um caráter de autoridade, efeito conseguido pela utilização desse tipo de modalização.

Vejamos os exemplos a seguir, selecionados dos dados sob análise (grifos nossos).

- 31) [...] a alta direção **precisa eliminar** a distância que a separa das pessoas que executam cotidianamente as tarefas da empresa. (CHIAVENATO, 1996, p. 294)
- 32) **Isso produz** dois resultados altamente desejáveis [...] (CHIAVENATO, 1996, p. 294).
- 33) O confinamento das pessoas [...] **deve ser** [...] a repetição de tarefas simples e repetitivas **deve ceder** [...] (CHIAVENATO, 1996, p. 299).
- 34) A empresa **deve proporcionar** [...] **deve resolver** problemas [...] (CHIAVENATO, 1996, p. 299).
- 35) [...] Se as pessoas **devem resolver os problemas e inovar** [...] (CHIAVENATO, 1996, p. 300).
- 36) [...] E as pessoas [...] **devem compreender** que têm plena autoridade [...] (CHIAVENATO, 1996, p. 300).
- 37) [...] O uso de novas técnicas **deve ser** uma atividade contínua [...] (CHIAVENATO, 1996, p. 301).
- 38) Os gerentes **devem deixar** seu comportamento autocrático [...] (CHIAVENATO, 1996, p. 301).
- 39) Toda mudança **deve buscar** o apoio [...] (CHIAVENATO, 1996, p. 302).
- 40) A empresa **precisa dar** condições [...] (CHIAVENATO, 1996, P. 302).
- 41) A organização **deve registrar** [...] (CHIAVENATO, p. 303).

- 42) Os ganhos da produtividade **devem ser** repartidos [...] CHIAVENATO, p. 303).
- 43) [...] todas as pessoas **precisam ter** [...] (SANTOS, 2003, p. 45).
- 44) Se os programas de motivação incluírem o incentivo [...] **com certeza** teremos [...] (www.sebrae.com.br).

Quando o autor, ao produzir seus enunciados, utiliza-se de expressões como as que selecionamos, apresenta-se como autoritário, característica própria de quem tem a intenção de impor os seus argumentos, apresentando-os como incontestáveis. O recurso ao autoritarismo é uma estratégia discursiva que tem o efeito de sentido da certeza, do imperativo, das normas a serem seguidas por todos. Nas palavras de Rodrigues, (2001, p.220, grifo nosso)

Além de introduzirem e avaliarem uma possível reação-resposta do leitor, abafando uma contra-argumentação não desejada (movimento dialógico de refutação) também funcionam como um outro modo de persuasão do leitor: **eles não introduzem um possível enunciado do leitor, mas funcionam como lugares na sua interpelação (movimento dialógico de interpelação) ou seja, objetivam orientar a sua reação resposta (verbal ou não, imediata ou retardada). Essa é uma das funções centrais da modalização.**

Assim, o que poderia se analisar como uma tentativa de humanização, dada pela substituição da expressão 'recursos humanos' (expressão ligada à produção, ao fazer) por 'pessoas' (expressão ligada ao sujeito de conhecimento) acaba por se revelar bem mais complexo: a humanização não é algo que se estabeleça ao se escolher palavras que fariam, automaticamente, essa humanização. Essa prática exige bem mais que troca de expressões: exige um compromisso ético de construção de relações em que o 'outro' seja visto na sua diferença, na sua 'outridade' e nisso respeitado.

Portanto, o movimento de mudar o discurso sem mudar a materialidade histórica e social não consegue viabilizar efetivamente a humanização ou a 'pessoalização', se é isso que se pretendia com a substituição da expressão 'recursos humanos' por 'pessoas'.

Algumas questões podem ser levantadas a partir das considerações acima arroladas. Uma delas é a observação sobre como uma nova estrutura organizacional começa a ser delineada pelos dizeres que a sustentam e que fica explícita: as

relações verticalizada dão lugar a uma discursivização voltada para os grupos, para o trabalho de equipe formado por membros do mesmo nível, ou seja, uma relação mais horizontal. Esse efeito de relação mais horizontal aparece explicitamente na seguinte assertiva, em que a diretora da empresa afirma:

44) As competências mais importantes para a companhia são: foco no cliente, **trabalho de equipe**, busca de desenvolvimento, senso de urgência e orientação para mudanças e resultados. Tais atributos não se restringem a diretores ou gerentes, mas valem para todos. “A Brasil Telecom é uma orquestra e cada um toca um instrumento diferente. Se alguém desafina, isso pode afetar o resultado da companhia. Não existe uma diretoria mais importante, nem um colaborador mais importante que outro. Nem mesmo eu”. (CICO, 2004, p. 11, grifo nosso).

Assim, o poder, outrora centrado na figura do chefe, é cada vez mais substituído pelo poder institucional, expresso na adesão à missão da empresa, que passa a ser a missão do trabalhador, e na responsabilidade interiorizada pelo sujeito. A aspereza da autoridade hierárquica parece se diluir na suavidade do controle que cada um toma para si.

‘Não existe nenhuma diretoria mais importante, nem um colaborador mais importante do que o outro. Nem mesmo eu’. Podemos afirmar que esse discurso está construído sobre outro, dialogicamente, e é possível pensar sua relação com esse outro dizer, que não aparece explicitamente, mas que com ele se constituiu:

- a) Há diretoria mais importante, há colaborador mais importante. Sou eu, diz o outro.
- b) Não há diretoria mais importante, não há colaborador mais importante que outro. Nem mesmo eu, respondo a esse outro.

Observamos que a hierarquia, dada historicamente pelas relações sociais estabelecidas, desaparece no discurso da diretora da empresa que, em nome do trabalho de equipe, do ‘time’, metaforizado aqui pela imagem da orquestra, inclui-se entre todos os trabalhadores. Ao se utilizar da expressão ‘nem mesmo’, provoca o deslocamento de sentido: esse deslocamento só é possível quando a empresa desenvolve uma cultura capaz de promover uma adesão dos funcionários aos seus projetos, ou àquilo que se convencionou chamar de ‘missão’. Para tanto, a

organização tenta criar um vínculo baseado na cumplicidade e na 'perfeita convergência' de interesses entre o indivíduo e a organização.

Essas considerações são importantes para nossa análise, uma vez que remetem para o que estabelecemos como uma possibilidade: a de que as equipes ou times, formados por indivíduos diferentes, com horizontes aperceptivos e avaliativos diversos são incentivados a agirem de modo uniforme e coeso, direcionando suas atividades para um fim comum a todos os trabalhadores. O que percebemos, entretanto, é que o discurso do time, apesar de aparentemente disseminar o discurso do sujeito coletivo, carrega em si as marcas da situação social onde foi engendrado e que o delimita, fazendo aparecer a contradição interna que o compõe.

2.5 O 'nós' do discurso organizacional

Assim como o vocábulo 'pessoas' é um vocábulo largamente utilizado no discurso das organizações, o vocábulo 'nós' ocupando a posição do sujeito do discurso é bastante recorrente. Destacamos, para esta seção, um folheto promocional de uma companhia de cigarros para nossa análise discursiva. Mencionamos aqui a teoria dos gêneros do discurso formulada por Bakhtin, para destacarmos a diferença de gênero dos textos sob análise. Nas seções anteriores analisamos textos da área da administração, que pertence ao gênero da divulgação científica.

Os gêneros do discurso estão ligados a atividades humanas diferenciadas e que têm especificidades. O panfleto promocional analisado nessa seção caracteriza-se por uma linguagem própria da esfera discursiva do gênero propaganda

Apesar dessa diferença, observamos que o discurso do trabalho de equipe e da coesão também está presente nessa esfera discursiva:

De um folheto promocional da Phillip Morris.

45) A Philips Morris International (PM) com sede em Lausanne, Suíça, é uma das maiores companhias de tabaco no mundo. **Temos** atualmente uma participação de 14% no mercado internacional de cigarros, **empregamos**

cerca de 40.000 pessoas no mundo inteiro e **temos** participação em, **operamos** ou **possuímos** mais de 50 fábricas ao redor do mundo. **Nossas** afiliadas fabricam, vendem ou distribuem cigarros de qualidade em mais de 160 países. Como qualquer empresa de sucesso, **estamos** muito orgulhosos de **nossas** conquistas. Porém, **nossos** produtos provocam doenças graves e, por isso, queremos falar sobre as questões que os envolvem. [...] Por quê? **Estamos** fazendo isso porque, além de ser a coisa certa a fazer, a discussão destas questões faz todo o sentido do ponto de vista comercial. Nossa meta é: “ser a mais bem sucedida, respeitada e socialmente responsável companhia produtora do mundo”. (Folheto promocional da Companhia)

Após a análise do pronome pessoal ‘nós’ no texto em análise, observamos que o uso desse pronome também produz o efeito de sentido de tornar pessoal o que não é. Quem são os ‘nós’ do discurso organizacional empresarial? Quem ocupa, nesse caso, a posição sujeito? Se todo dizer está assentado sobre um outro, esse discurso poderia ser dito de outra forma? Como?

Vejamos:

A Philips Morris International (PM) com sede em Lausanne, Suíça, é uma das maiores companhias de tabaco no mundo. **Tem** atualmente uma participação de 14% no mercado internacional de cigarros, **e emprega** cerca de 40.000 pessoas no mundo inteiro e **tem** participação em, **opera** ou **possui** mais de 50 fábricas ao redor do mundo. **Suas** afiliadas fabricam, vendem ou distribuem cigarros de qualidade em mais de 160 países. Como qualquer empresa de sucesso, **esta** muito orgulhosa de **suas** conquistas. Porém, **seus** produtos provocam doenças graves e, por isso, **quer** falar sobre as questões que os envolvem. [...] Por quê? **Está** fazendo isso porque, além de ser a coisa certa a fazer, a discussão destas questões faz todo o sentido do ponto de vista comercial. **Sua** meta é: “ser a mais bem sucedida, respeitada e socialmente responsável companhia do mundo”.

Essa transformação do autor do enunciado foi realizada aqui de modo hipotético, para que possamos observar a possibilidade de se utilizar outro modo de enunciar o discurso. Essa possibilidade não é prerrogativa só de determinados discursos, mas de todos eles, uma vez que o princípio dialógico é constitutivo de todos eles.

Mas não é apenas nessa construção hipotética que é possível perceber uma outra voz, no interior mesmo do discurso em que o pronome nós aparece, é possível perceber a bivocalidade interna constitutiva do discurso, diluindo as fronteiras internas formais entre o discurso do autor e o outro discurso que ele incorpora na propaganda. Há, por assim dizer, a fusão de dois enunciados, de duas perspectivas

axiológicas. As palavras do panfleto representam a voz dos dirigentes, ou os donos da empresa, mas o efeito de sentido que provocam com o uso do pronome nós é o de inclusão, de assimilação desse outro no discurso. Ressoa, no discurso do empresário, uma outra voz, pois o 'nós', nesse caso, serve simultaneamente a dois locutores: exprime a intenção refratada do autor e a de um outro locutor incorporado ao discurso, pois "a bivocalidade intencional e o híbrido internamente dialogizado possuem uma estrutura sintática bastante específica: nos limites de seu enunciado estão fundidos dois enunciados potenciais, como que duas réplicas de um possível diálogo". (BAKHTIN, 1998, p. 158).

Nesse panfleto promocional, o discurso bivocal encontra-se nessa assimilação da voz do outro, que pode ser observada na inter-relação do autor desse panfleto, que é uma voz representativa da empresa, com sua esfera de atuação. Se perguntarmos "quem fala?", a resposta mostrará essa bivocalidade. O autor do texto e a empresa formam um nós, que pode incorporar, ainda, outros locutores.

Nesse movimento dialógico de assimilação da voz de outros locutores, como o entende Bakhtin (1998), o discurso bivocal pode ser entendido como de orientação única, pois as diferentes vozes (a do autor e as outras incorporadas) tendem para uma mesma orientação valorativa.

O efeito discursivo de utilizar o 'nós' é interessante para apreendermos as relações dialógicas internas e o uso da língua. Vejamos: para a análise lingüística tomada como objeto neutro, o 'nós' representa toda referência que se faz à primeira pessoa do plural, como *nosso*, *nossa*, *nos*, bem como é representado pela desinência verbal de primeira pessoa do plural *mos*. Para a análise discursiva, o 'nós' pode representar a integração de outros enunciadores ao dizer do autor do texto, associando-o a referentes variados, sem especificá-los lingüisticamente. Assim, é impossível, sem uma análise discursiva, determinar quem são os 'nós' contemplados nos ditos acima.

Podemos observar que o 'nós' remete para o universo discursivo dos acionistas da empresa, um universo que deixa de fora o trabalhador que, não obstante, não se vê de fora desse discurso. O que possibilita essa inclusão é a ambigüidade própria do *nós*. Ao utilizar-se do 'nós' sem marcas da especificidade,

que determinariam o autor do texto e a situação, provoca o efeito de sentido de não pessoa discursiva, ao qual o 'eu' se associa para formar o 'nós'.

Para restabelecer essa cadeia enunciativa, que faria emergir o autor e a situação, é necessário que retomemos os fios do discurso do anúncio analisado: quem tem 14% de participação no mercado mundial de cigarros? Quem emprega 40.000 pessoas? Quem possui mais de 50 fábricas ao redor do mundo? Essas respostas possibilitam perceber que nem todos fazem parte do 'nós' (aqui representado pela indústria de cigarros, na primeira frase do panfleto: a Phillip Morris tem...) a que se refere o autor do panfleto. Portanto, é um 'nós' excludente. É relativamente fácil constatar que essa ambigüidade pode provocar o efeito de sentido de agregar todos os trabalhadores em torno do objetivo comum, em torno do trabalho de equipe, ou seja, um efeito de sentido diverso da exclusão. A pretensa inclusão se dá pela utilização do pronome 'nós' provocando o efeito de sentido da igualdade, da convergência de interesses.

No artigo *Um sonho de liberdade*, o sociólogo alemão Robert Kurz explica os fundamentos e as ilusões por trás dos valores de trocas ocidentais. Questiona os conceitos de liberdade e igualdade, submetendo-os à crítica, afirmando que

A modernização enfiou a humanidade em um uniforme homogêneo de sujeitos de dinheiro. Atrás disso se ocultam relações de dependência estrutural. Na realidade, as carências, os gostos, os interesses culturais e os objetivos jamais são "iguais"; eles foram somente submetidos à igualdade da forma mercado.

Na compra e venda não há senhores nem escravos, ordem ou obediência mas apenas as pessoas livres e iguais do direito. [...] A esfera da troca de mercadorias é a esfera do respeito recíproco. Onde se realiza uma troca comercial não há violência. O sorriso burguês é sempre um sorriso de vendedor. (KURZ, 2005, p. 08).

Nesse caso, a liberdade a que o autor se refere é única e exclusivamente a liberdade de se vender o que se quer e comprar o que se quer. A liberdade burguesa moderna possui, segundo Kurz, um caráter peculiar: ela é idêntica a uma forma superior, abstrata e anônima de servidão. A emancipação social seria libertar-se dessa espécie de liberdade, em vez de realizá-la. Segundo ele, as coisas não são melhores com o conceito de igualdade, que implica abertamente uma ameaça: a de "espremer os indivíduos em uma única e mesma forma".

Discursivamente, como vimos, essa possibilidade pode ser observada pelo uso do pronome pessoal 'nós', utilizado como um vocábulo com o poder do efeito de

sentido includente, como se essa inclusão dependesse da linguagem verbal, e não da sua materialidade histórica, tal qual ocorre com o vocábulo 'pessoas' e seu correlato sentido de humanização das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar as vozes presentes no discurso organizacional empresarial teve a intenção de compreender como se constrói a subjetividade do sujeito submetido a esse discurso. O exercício da crítica, balizado por teóricos que nos ajudaram a entender o universo da linguagem como algo heterogêneo e complexo, possibilitou perceber como é possível observar os mecanismos de poder a que estamos eventualmente aprisionados. Assim, o movimento de fazer ‘aparecer’ a outra voz constitui-se em uma estratégia discursiva que possibilita uma leitura menos inocente dos enunciados que produzimos (ou que ouvimos) e que nos formam. O pano de fundo sócio-histórico cultural da linguagem é o que nos auxiliou nessa leitura, uma vez que a constituição dos dizeres e de seus sujeitos se dá na trama histórica, segundo Foucault e os teóricos do Círculo de Bakhtin.

Foucault nos ensina, na obra “Microfísica do Poder”, que a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem ligado ao que ele chamou de ‘regime’ da verdade. Assim, podemos afirmar que o discurso da equipe, do ‘time’, analisado nesse trabalho, aceito por grande parte dos trabalhadores e da sociedade em geral, está ligado a esse ‘regime’ da verdade que o sustenta e apóia.

Nesse sentido, foi importante, para nós, percebermos que o trabalhador já está inscrito nessa rede de memória quando chega ao universo do seu trabalho. Por isso, aceita esse discurso sem problematizá-lo, uma vez que ele (o discurso) já funciona nele como uma ‘verdade’. Assim, o trabalhador não está ‘inaugurando’ esse discurso, apenas o reutiliza, com seu acento apreciativo, com seu horizonte aperceptivo. E que rede de memória é essa? Para responder a essa pergunta, precisamos considerar algumas questões: observamos que o discurso do ‘time’ não é repressivo, não oprime o trabalhador, mesmo quando este trabalhador está espoliado de seus direitos, o que comprova a tese de Foucault quando, na obra História da Sexualidade – Volume I, afirma que a negação e a opressão não são sempre repressivas, pois produzem saber, o que nos permite concluir que não podemos jamais subestimar o poder da negação.

Segundo Foucault, esse regime não é simplesmente ideológico ou superestrutural, mas uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo. Assim, ainda segundo esse teórico, o problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico e institucional de produção da ‘verdade’. E como esse movimento é muito mais difícil do que simplesmente mudar o discurso, torna-se mais importante entender por que esse discurso pôde aparecer e não outro em seu lugar. Havia um espaço a ser ocupado, justamente nas frinchas das ideologias e da história, que acabou sendo ocupado por esse discurso, pois era o que mais fazia sentido, pelo processo de assimilação, nas relações entre capital e trabalho, nesse momento histórico.

Por sua vez, Bakhtin nos ajuda a entender que nesse discurso aparentemente monológico há outras vozes, sobre as quais ele se formou. Buscá-las é o exercício crítico do intelectual comprometido com o seu tempo. Dialogizar esse discurso, fazendo dele emergir outras vozes, possibilitou-nos o entendimento de que nos fazemos mutuamente. Fazer-mos mutuamente é, por assim dizer, um dos pilares de sustentação da teoria bakhtiniana. No texto sobre o Autor e o Herói, presente na obra *Estética da Criação Verbal*, ele fala sobre o ‘excedente de visão’: ninguém tem a visão do todo. A visão do outro nos vê como um todo que não dominamos. O outro tem, relativamente a nós, um excedente de visão. Ele tem, portanto, uma experiência de mim que eu próprio não tenho. Isso ocorre também em relação a ele, de quem eu tenho uma visão que ele jamais terá. Esse acontecimento nos mostra o não-acabamento e constitui o outro como único lugar possível de um acabamento impossível.

Se a experiência de mim vivida pelo outro me é inacessível, esta inacessibilidade, ao mostrar sempre nosso não-acabamento, mobiliza o desejo de completude. Aproximo-me do outro, também inacabado por definição, com esperança de encontrar a fonte restauradora da totalidade perdida. É na tensão do encontro/desencontro do eu e do tu que ambos se constituem. E nessa atividade construímos os discursos, que por sua vez nos constroem.

Assim, se nascemos no universo de discursos que nos precederam, internalizamos expressões e compreensões que já existiam, num processo contínuo de assimilação, de tornar intra-individual o que é interindividual. Portanto, o discurso da união, do ‘time’, do trabalho em equipe só foi possível porque já existia e ele

próprio funcionava, sustentado pelo 'regime' de verdade de que nos fala Foucault. Quando o trabalhador chega à empresa, internaliza esse discurso e passa a reproduzi-lo.

Assim, desvincular o poder da 'verdade' das formas de hegemonia é uma das conseqüências do exercício do intelectual que busca essas outras vozes. Se o discurso do 'time' no interior das empresas é visto como 'verdadeiro' e necessário, é porque já se tornou hegemônico, de efeito monológico, ligado que está à palavra de autoridade, não questionada ou não problematizada.

Não é, portanto, um discurso que se fez de forma isolada, pois está numa rede complexa da comunicação verbal, e por isso sobre ele não temos e jamais teremos controle. Contudo, como voz que contém algum valor pelo qual lutamos, nossa palavra pode construir um sentido assumidamente empenhado em transgredir um mundo que reduz o alcance da ação humana apenas ao imediatismo da satisfação racional das necessidades materiais concretas que, no caso de 'reprodução' de um discurso imposto pela voz da autoridade significa a manutenção do emprego. Se não podemos transgredir, nada nos restará, a não ser repetir o registro da nomeação utilitária. Novamente o que se põe como importante é termos a consciência das determinações sociais e históricas a que estamos afetos, mas também, e principalmente, às sobredeterminações criadas pelas relações sociais. Uma consciência enredada pelos discursos circundantes.

É, portanto, com esse enfoque que julgamos pertinente lermos os discursos de nossa época, buscando seus fios históricos e sociais, para entendermos como fomos sendo formados, e como fomos aceitando como 'naturais' e 'verdadeiros' determinados discursos, pois se a liberdade absoluta do dizer é impossível, é a consciência desse fato que nos leva a refletir, uma vez que a consciência da impossibilidade abre a consciência a tudo que lhe é possível refletir.

Nesse ponto, podemos responder a algumas questões que levantamos como hipóteses no início do trabalho: apesar de o discurso organizacional empresarial se apresentar como monológico, sabemos que isso é um efeito de sentido, já que nenhum discurso existe sem o outro, uma vez que é de sua natureza ser constitutivamente heterogêneo. O que ocorre é o efeito de exclusão de seu outro, quando não se problematiza a linguagem, tomando-a com um sentido único e transparente.

Observamos também que outros discursos estão imbricados no discurso das organizações empresariais, que buscam, preferencialmente, em dizeres do cotidiano o auxílio para serem aceitos pelos trabalhadores. É uma estratégia sobre a qual não podemos afirmar a intencionalidade do autor de tais imbricações: dizer isso seria negar o caráter complexo dos dizeres sociais, bem como suas fronteiras móveis, de um processo ininterrupto.

Vimos também o quanto a substituição da expressão recursos humanos por 'pessoas' tem implicações profundas, implicações estas que nem sempre estão na superfície dos discursos, mas que também não estão encobertas: estão no limite da linguagem e têm o seu funcionamento assegurado pelas relações sociais de constituição e 'repetição' desses dizeres.

Mas, e principalmente, pudemos constatar que o discurso da união é inequivocamente algo que está antropologicamente ligado a uma característica própria dos seres humanos: a interação social. Portanto, não há como ser diferente, pois sem o outro não existiríamos. E talvez por isso esse discurso funcione, mesmo com toda a crítica que ele possa vir a sofrer. E é justamente disso que as organizações se valem para que esse discurso seja eficaz: ao adotarem este e não outro, elegem como estratégia penetrar no mais recôndito da subjetividade do sujeito para fazer ecoar um discurso que, embora inalienável ao ser humano, pode ser regulado, domesticado, otimizado, para atender aos propósitos próprios do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. **O princípio da cooperação**: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002.

ACCARDO, Alan. A liberdade de fazer como se deve. São Paulo: **Revista Caros Amigos**, p. 8-9, junh/2000.

ARAUJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoievski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

_____. VOLOSHINOV, V.N., BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997a.

_____. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997b.

_____. **Questões de literatura e estética**. A teoria do romance. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

BRAIT, Beth. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana L. P. de; Fiorin, José Luiz (Org.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 1994.

CARVALHO, Marília Gomes. **Antropologia e as culturas organizacionais**. **Revista Educação e Tecnologia**, v. 1, n.2, p. 47-58, dez/97.

CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário Etimológico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Campina, SP: Papyrus, 1991.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo: as idéias do Círculo de Bakhtin**. Criar Edições: Curitiba, 2003.

_____. Pesquisa aplicada em linguagem: desafios para o próximo milênio. Curitiba, 1999. (mimeo)

_____. NEGRI, Lúcia. O falante: que bicho é esse, afinal? (mimeo) Curitiba, 1999.

FINK, Bruce. Linguagem e alteridade. In: **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. RJ: Jorge Zahar Editora, 1998.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **O que é um autor?** São Paulo: Passagens, 3. ed, 1992.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6. ed., 2002.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 5. ed., 2003a.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003b.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura organizacional: identidade, sedução, carisma?** 2. ed. , Rio de Janeiro: Editora da UFGV , 2000.

GERALDI, João Wanderley. A linguagem nos processos sociais de constituição da subjetividade. In: ROCHA, Gladys. COSTA VAL, Maria da Graça. (Orgs.) **Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003, p. 5-12.

HEIDEGGER, Martin. **O ser e o tempo**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1998.

INDURSKI, Freda. **As vozes dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

KURZ, Robert. Um sonho de liberdade. **Folha de São Paulo**, 16/ 01/ 05. Caderno Mais, p. 08.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Pontes, Ed. Da Unicamp, 3ª. Edição, 1997.

_____. **Semantique de la polemique**. Discours religieux ex Ruptures ideologiques au XVII siècle. Lausanne, l'Âge d'Homme, 1983.

MATTELART, Armand e Michele. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MORATO, Edwiges Maria. O interacionismo no campo lingüístico. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**, vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 74-83.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. São Paulo, Editora da Unicamp, 1985.

PLACER, F. Gonzáles. In: LARROSA, Jorge. PÈREZ de Lara. (Orgs.) **Imagens do outro**. Petrópolis: Vozes, 1998.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A cor da língua e outras croniquinhas de lingüista**. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo.** PUC/São Paulo: Tese de doutorado, 2001.

ROSE, Nikolas. **Governando a alma: a formação do eu privado.** In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org). **Liberdades reguladas.** A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

V. N. Voloshinov. **Discurso na vida, discurso na arte.** Texto traduzido do inglês 'Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics', por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza para fins didáticos. Mimeo. 1999

_____ **Que é linguagem.** In: **La revolución bajtiniana: el pensamiento de Bajtin y la ideología contemporânea.** Madrid, Cátedra, 1998, p. 107.

ZAVALLA, Íris M. **Notes on the cannibalistic discourse of monologism.** Critical Studies, v. 03, n. 02, 1993.

REFERÊNCIA DOS DADOS DE PESQUISA

BENNIS, Warren. **Os gênios da organização**. As forças que impulsionam a criatividade das equipes de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CICO, Carla. Sem sair do tom. **Conexão 14**. São Paulo, Revista da Brasil Telecom, no. 36, agosto de 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas: 1996.

_____. **Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas**. 3. ed., São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

_____. **Gestão de pessoas**. O novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

DAVID, Denise Elizabeth Hey. MAYER, Rosana. Apostila Oficinas de Empreendedorismo. Curitiba: CEFET/Pr., 1999.

GOES, Ivan. **Trabalho de equipe**. Um novo fazer. São Paulo: Original, 2002.

PHILLIP MORRIS INTERNATIONAL. Responsabilidade social em ação. Panfleto promocional.

RANGEL, Alexandre. **O que podemos aprender com os gansos**. Vol. 1. São Paulo, Original, 2002.

SALONER, Garth, SHEPARD, R., PODOLNY, A. **Administração Estratégica**. São Paulo: Ed. Mark Books, 2001.

SANTOS, Altair. **Como trabalhar em equipe**. São Paulo: Alternativa, 2002.

SITES ACESSADOS PARA A PESQUISA

INDG – Instituto de Desenvolvimento Gerencial. Disponível em www.INDG.com.br .
Acessado em 24/03/05

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em www.sebrae.com.br. Acessado em 02/04/05.

SHYNIASHIKI, Roberto. Disponível em www.campeões.com.br. Acessado em 24/03/05.

PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA. Disponível em www.golfinho.com.br.
Acessado em 02/04/05

REVOLUÇÃO. Disponível em www.revoluçoespiritual.com.br. Acessado em 29/03/05

RITS COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA. Disponível em www.rits.com.br. Acessado em 31/03/05.